

PAULO FRANCIS,

DO TEATRO À POLÍTICA:

“PERDOA-ME POR ME TRAÍRES”

Alexandre Torres Fonseca

Alexandre Torres Fonseca

PAULO FRANCIS, DO TEATRO À POLÍTICA:

“PERDOA-ME POR ME TRAÍRES”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Tradição e Modernidade. Política, Cultura e Trabalho

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Heloísa Maria Murgel Starling

Belo Horizonte

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2001

Dissertação defendida e aprovada, em 22 de junho de 2001, pela banca examinadora constituída pelas professoras:

Prof^ª. Dra. Heloísa Maria Murgel Starling (orientadora)
Professora do Departamento de História (UFMG)

Prof^ª. Dra. Lúcia Lippi Oliveira

Prof^ª. Dra. Carla Maria Junho Anastasia
Professora do Departamento de História (UFMG)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de, ao encerrar este trabalho, agradecer às pessoas que compartilharam comigo este dois últimos (ótimos) anos. Todas, de alguma forma, contribuíram para que eu conseguisse superar inúmeras dificuldades, pessoais e intelectuais, e chegasse até o final. A todas eu devo muito mais do que possam imaginar.

A orientação da professora Heloísa Starling foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Sempre achei que os agradecimentos ao orientador eram mera formalidade. Hoje sou obrigado a reconhecer que não. Se não fosse pela leitura crítica, estimulante, instigante que a professora Heloísa fez do meu texto, pelo seu apoio e incentivo, eu não teria conseguido fazer este trabalho. Sua participação foi fundamental e decisiva.

O apoio de minha família foi também muito importante. Aos meus pais, minhas tias, meus irmãos, meus sobrinhos, meus cunhados o meu maior agradecimento, Francisco Doc Fonseca, Terezinha Fonseca, Beto, Cláudia, Francisco, Maria Elisa, Carolina, Ana Luíza, Zá, Lili, Fred, Dayse, Isabela, Valéria, Peter, Francesca, Maximilian, Pauline.

Aos colegas do mestrado, Rita, Camila, Maira, Renato, Márcio, Evandro, Jesulino, Jean, Dangelis, Sonia, Carmem, Rodrigo, Ana Cláudia, Marcos, Adriane, Daniela.

A Ana Lúcia, secretária do mestrado.

Ao pessoal do xerox, especialmente ao Juninho.

A Vilma da biblioteca.

Aos meus alunos do segundo período nos quais eu me apoiei em um dos momentos mais difíceis pelo qual passei.

Aos professores José Carlos Reis, Luiz Arnaut, Eliana Dutra, Rodrigo Patto, Junia, Kátia, Vinhosa, Ciro, Marco Antônio, Douglas.

Aos professores Luiz Werneck Vianna, Newton Bignoto, José Eisenberg.

Aos meus amigos Daniel, Carmem, Rodrigo, obrigado pelos bons momentos e pelas leituras.

Ao meu amigo Marcos, obrigado pelo apoio e pelas longas conversas, além da trabalhosa revisão final do texto.

Aos meus amigos Catarina, John, Murilo, Bárbara, André, Eduardo, Salim, Marcelo, Patrícia, Gilberto, Chico, Harley, Aloisio.

A dona Maria e dona Senhorinha.

A Elisângela.

A Sandrinha, Margarida, Elizabeth, Karla.

A Natália.

Ao Fredinho, que sempre esteve comigo desde que tudo começou há muitos anos atrás. A Isabela e a Dayse.

A Valéria, que mesmo de longe, sempre me ajudou e me incentivou. A Francesca e ao Peter.

A Regina Horta, Maria Efigênia e Carla Anastasia, que, além de professoras, são também minhas amigas.

A FAPEMIG e a CAPES que me auxiliaram com bolsas durante uma boa parte do mestrado.

A Ana Maria e a Tereza Casasanta, obrigado pelo incentivo.

A professora Lena, uma das primeiras a ler meu projeto.

A professora Lucília, um especial obrigado por todo incentivo, apoio e amizade.

Ao doutor Jarbas, que me ajudou a realizar os sonhos que eu tinha, mas não sabia que tinha.

A Alice.

A UFMG.

“A história de uma vida, seja qual for, é a história de um fracasso.”

Jean-Paul Sartre, *O ser e o nada*.

“Deixai toda esperança, ó vós que entraís.”
Dante, A Divina Comédia, Inferno – Canto III.

SUMÁRIO

RESUMO.....	02
INTRODUÇÃO.....	03
CAPÍTULO 1 – O COMPLEXO DE “VIRA-LATAS” OU “DISSERAM QUE VOLTEI AMERICANIZADA”.....	27
CAPÍTULO 2 – “ELES QUEREM TÃO POUCO E LHES NEGAMOS” OU “A DEMOCRACIA BRASILEIRA, COMO ALZIRO ZARUR, ESTÁ SENDO CHAMADA POR JESUS”.....	54
CAPÍTULO 3 – “A HISTÓRIA DOS QUE FORAM SEM NUNCA TEREM SIDO” OU “MAIS LEMBRANÇAS TENHO EU DO QUE TODOS OS HOMENS TIVERAM DESDE QUE O MUNDO É MUNDO. MINHA MEMÓRIA, SENHOR, É COMO UM DEPÓSITO DE LIXO”.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
POSFÁCIO.....	102
SUMMARY.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107

RESUMO

Esta dissertação analisa, dentro de um enfoque político, a atuação de um intelectual brasileiro, Paulo Francis, no final dos anos 50 e início dos 60, especificamente até o Golpe de 1964. Um intelectual que escrevia diariamente em um jornal da grande imprensa, o *Última Hora*. É feita inicialmente uma discussão sobre o que é um intelectual. Depois, mostram-se três momentos da atuação do intelectual Paulo Francis. No primeiro, apresenta-se o começo da sua carreira como jornalista que, como crítico teatral, ergueu um modelo cultural a ser seguido e por meio da crítica conseguiu influir com sucesso na mudança do panorama teatral brasileiro. Em um segundo momento, demonstra-se como, após o sucesso com a crítica teatral, Francis tentou aplicar o mesmo modelo à política, com resultados muito pouco satisfatórios para ele e para o Brasil. Aponta-se ainda o descaso deste intelectual com a defesa das liberdades democráticas, e a influência negativa de interesses econômicos-financeiros na linha do jornal *Última Hora* e, aparentemente, também na atuação de Paulo Francis. Por fim, busca-se apontar como Francis, ao construir uma memória desses anos 50/60, distorceu alguns fatos. Essa tentativa teria como finalidade amenizar, ou mesmo desvirtuar, o seu comportamento e de seus companheiros de esquerda, tentando criar um novo passado que os redimiria de seus erros e enganos. Com isso, ele acabou por ajudar na criação de um “lugar de memória”.

PALAVRAS CHAVE: Intelectuais; Paulo Francis; *Última Hora*, imprensa, Golpe de 64.

INTRODUÇÃO

“Quem não conhece aquela figura típica da GB, a do ‘intelectual’ de ‘gauche’ que se ceva nos lares grã-finos, bebe todo o uísque disponível, tenta seduzir a mulher do anfitrião e, ao mesmo tempo, descompõe os presentes, chamando-os de ‘alienados’ e ‘exploradores’?”

Paulo Francis – *Última Hora*, 08.01.64.

A pergunta inicial que me motivou a fazer este trabalho e que o perpassa todo o tempo é entender porquê um período de plenas liberdades democráticas, 1945-1964, como nunca havia acontecido antes em nossa história, encerrou-se com um resultado, aparentemente indesejado, pelo menos para alguns, de restrição extrema da liberdade. O golpe de 1964, que levou a uma ditadura de 21 anos, foi apenas uma contingência, um produto da Providência? Ou teria faltado *virtù* a nossos neófitos democratas? A tentativa de responder parcialmente a essas perguntas parte da análise da atuação de um intelectual, escrevendo em um jornal de grande circulação. O intelectual é Paulo Francis, o jornal é o *Última Hora*.

Francis usava uma linguagem acessível ao grande público, formando uma opinião pública. Refiro-me à opinião pública como “*uma noção comumente utilizada para designar o que a maioria da população de um país julga, gosta, prefere em matéria de política, de economia ou de outros assuntos de importância nacional ou internacional*”. Essa opinião não seria uma “*simples adição das opiniões individuais, pois sua formação e sua significação dependem do contexto nacional, do governo, dos partidos políticos, das grandes empresas, dos meios de comunicação de massa*”. Assim, a opinião pública seria determinada por todo esses fatores, apresentando-se “*como espaço nacional no qual se opõem diversas tendências ideológicas, sendo que uma delas é majoritária*”.¹

No início dos anos 60, segundo Schwarz, o Brasil vibrava, e “*suas opções diante da história mundial eram pão diário para o leitor dos principais jornais*”. Os jornais estavam cheios de opinião produzida por intelectuais sobre reforma agrária, a inquietação camponesa, o movimento sindical, greves, a nacionalização de empresas americanas.

“A literatura antiimperialista foi traduzida em grande escala e os jornais fervilhavam de comentários. Foi a época de Brasilino, uma personagem que, ao longo de um livrinho inteiro, não conseguia mover um dedo sem topar no imperialismo. Se acendia a luz, pela manhã, a força era da Light & Power. Indo ao trabalho, consumia gasolina da Esso num ônibus da General Motors. As salsichas do almoço vinham da Swift & Armour, etc. Os *Cadernos do Povo*, por sua vez, vendidos por um cruzeiro, divulgavam amplamente as manobras em

¹ THIOLENT. *Opinião Pública e Debates Políticos*, p. 16. Sobre o conceito de opinião pública ver CHACON, Vamireh, *Comunicação de Massas na Sociedade Democrática*; NASCIMENTO, Milton Meira, *Opinião Pública e Revolução*; HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na Esfera Pública*; SARTORI, Giovanni, *A Teoria da Democracia Revisitada*, especialmente o capítulo 5.

torno do petróleo, relações entre latifúndio e doença endêmica, questões de reforma agrária, discutiam quem fosse ‘povo’ no Brasil.”²

Era essa a situação do intelectual Paulo Francis que escrevia uma coluna diária no *Última Hora*. Um jornal que refletia bem todo este clima que existia no país. O intelectual que atua na periferia não se ajusta perfeitamente ao padrão europeu, mas, assim como o centro serve de referência à periferia, o intelectual europeu, e também o norte-americano, nos serve de parâmetro. Aqui a modernidade ainda não acabou de chegar, mas a pós-modernidade já se instalou, e convivem ambas com ilhas de pré-modernidade.

“O caminhar da modernização fáustica no Brasil produziu a coexistência de situações muito díspares: o índio e o *yuppie*, o analfabeto e o pós-doutor, a mais ousada e sofisticada tecnologia junto com o jegue e o carro de boi, a oitava economia do mundo e altas taxas de mortalidade infantil.”³

No *Extremo Ocidente*, onde “as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar”⁴, lugar no qual o *atraso* e o *moderno* dividem espaço, a situação do intelectual seria outra, estando muitas vezes diante da opção entre ser cooptado pelo Estado ou se apegar a uma missão salvadora.

“A elite intelectual brasileira se vê como parte do mundo ocidental, e então absorve o valor do ‘universalismo’. Ao mesmo tempo, no entanto, a desigualdade é a característica dominante da relação e resulta em sentimentos como anomalia, estranhamento, ou no senso de ser ‘desterrados na própria terra’.”⁵

Para tratar desse intelectual, atuando em um país da periferia, tentarei inicialmente responder às perguntas: o que é um intelectual? Tem ele uma função, um papel, uma missão a cumprir na sociedade? Ao tentar responder a essas perguntas, a minha intenção não é fazer um histórico do que seriam os intelectuais desde suas origens até os dias de hoje. Busco elementos que permitam pensar sobre a função, o papel, e a missão do intelectual moderno surgido no fim do século XIX. Esta reflexão inicial auxiliará a que se faça uma crítica a respeito da atuação deste intelectual brasileiro, que escrevia em um dos jornais da grande imprensa.

² SCHWARZ. *Cultura e Política*, p.64-69.

³ OLIVEIRA. *Modernidade e questão nacional*, p. 65

⁴ CANCLINI. *Culturas Híbridas*, p. 17.

⁵ LIMA. *Um sertão chamado Brasil*, p. 27.

Até 1898, o termo “intelectual” era classificado como adjetivo, sendo usado para definir as faculdades e atributos do intelecto, tanto na linguagem filosófica quanto na linguagem comum. Esse termo começou a fazer parte do vocabulário europeu por volta da segunda metade do século XIX, sendo que, aparentemente, sua difusão foi anterior a da palavra de origem russa, ou polonesa, *inteligentzia*. Se o destino de um conceito pode ser expresso pelo destino da palavra que o define, então a palavra intelectual vai deixar isto bem claro quando, a partir do caso Dreyfus, intelectual passa a ser usado como substantivo.

O capitão Dreyfus era um oficial do Exército francês, de origem judaica, que foi acusado e condenado, em 1894, por vender segredos militares a um adido militar alemão. Após a sua condenação, foram descobertas várias irregularidades em seu julgamento, o que ocasionou um movimento em favor da revisão da sentença. Esse episódio ficou conhecido como o “caso Dreyfus”. Nesse período, um certo grupo de pessoas passou não só a denominar-se “intelectuais” como também a ser visto e denominado, por outros não pertencentes a este grupo, como intelectuais. Eram dois grupos. Os *antidreyfusards* defendiam que a absolvição ou a condenação do capitão Dreyfus era atribuição exclusiva dos tribunais militares. O grupo dos “intelectuais”, também chamados de *dreyfusards*, afirmava a inocência do capitão e exigia um novo julgamento. Portanto, já na sua origem,

“o conjunto dos intelectuais aparece como uma variedade de homens que, tendo adquirido alguma notoriedade por trabalhos que dependem da inteligência (ciência exata, ciência aplicada, medicina, literatura etc.), abusam dessa notoriedade para sair de seu domínio e criticar a sociedade e os poderes estabelecidos em nome de uma concepção global e dogmática (vaga ou precisa, moralista ou marxista) do homem.”⁶

O jornalista Georges Clemenceau⁷, em 1898, usou o termo para descrever o grupo de defensores proeminentes do capitão Dreyfus. Esse grupo, homens de cultura que se atribuíam tarefas e deveres na sociedade política, assinou um manifesto em apoio ao capitão Dreyfus, o *Manifeste des intellectuels* – 14 de janeiro de 1898. Assinaram o *Manifeste* escritores ilustres como Zola, Anatole France e Marcel Proust, homens que não estavam, até então, ligados diretamente à política e que eram conhecidos por sua atividade predominantemente literária.

⁶ SARTRE. *Em defesa dos intelectuais*, p. 15.

⁷ Clemenceau era proprietário do jornal *Aurore*, que publicou na primeira página o *J'Accuse* de Zola.

Apesar de só no fim do século XIX o termo “intelectuais” ter sido usado como substantivo, a função atribuída aos intelectuais já era exercida anteriormente na história por outras pessoas. Eventualmente, essas pessoas eram chamadas de sábios, sapientes, doutos, *philosophes*, *clercs*, *hommes de lettres*, ou literatos. Porém, se essa função já existia de várias maneiras, a consciência e a função de classe dos intelectuais, ligados à sua posição social no mundo surgido com a revolução industrial, só se consagram no decorrer da história do capitalismo, relacionando-se com a profunda modificação dos papéis e da divisão social do trabalho.

Um autor que fez uma importante reflexão sobre os intelectuais e que teve sua obra repercutida no Brasil, da qual nos dá notícia Mário de Andrade⁸, é Julien Benda. Ele é referência obrigatória em qualquer discussão sobre intelectuais, sendo citado por praticamente todos estudiosos do tema. Sua obra mais conhecida, e que será aqui discutida, é *La Trahison des clercs*, publicado pela primeira vez em 1927. Nesse livro, Benda faz um ataque ao envolvimento dos clérigos – filósofos, líderes religiosos, escritores, artistas e cientistas – na arena política. Ele chama de *clercs* (clérigos) aqueles homens cuja função seria defender os valores eternos e desinteressados, como a justiça e a razão.⁹ Critica o engajamento dos clérigos, condena a natureza facciosa desse envolvimento, já que, no passado, eles teriam se mantido à distância das vulgares paixões políticas.

“Os clérigos, que colocam suas atividades de intelectuais a serviço de paixões políticas, são poetas, romancistas, dramaturgos, em resumo, artistas, homens para quem a predominância, mesmo voluntária, da paixão em suas obras é, no final das contas, coisa permitida.”¹⁰

Benda vê uma estreita ligação entre o ideal do “clérigo” e a democracia como forma racional de política. Defende a democracia contra duas espécies de objeção. Contra aqueles que a atacam em nome da ordem, isto é, da necessidade de colocar fim ao livre jogo da opinião e da vontade, argumenta que a ordem é um valor sobretudo prático e de validade muito relativa e mutável. Contra os que a combatem por temer um esgotamento intelectual da cultura e da arte ante a dimensão de massas que a sociedade assume e que lamentam que o desenvolvimento democrático

⁸ “O famoso *Trahison des clercs* também fez alguma comoção nos meios intelectuais ‘modernos’ do Brasil”. ANDRADE. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*, p. 516.

⁹ BENDA. *La Trahison des clercs*, p. 97-104.

¹⁰ BENDA. *La Trahison des clercs*, p. 148-149.

prejudica o florescimento da arte, Benda refuta que, embora a democracia não favoreça o desenvolvimento da arte por si, possibilita o avanço de valores intelectuais e morais fundamentais para a criação.¹¹

O problema básico que ele localiza na sociedade de sua época é que – diferentemente do que ocorria no pensamento antigo quando a moral ditava regras à política – a política e os interesses determinavam cada vez mais a moral. Essa constatação, extremamente problemática segundo ele, está na raiz de sua crítica à concepção de que a validade do pensamento reside em sua eficácia prática. Benda posiciona-se radicalmente contra essa racionalidade que mede as coisas e as idéias essencialmente pelo pragmatismo, pelas vantagens concretas. Denuncia ainda o perigo cada vez maior da renúncia dos intelectuais diante da “missão” de custódia e promoção dos valores espirituais e da razão, ao se colocarem a serviço dos valores contingentes da política nacional.

A análise de Benda exerce enorme fascínio no período, exatamente por exprimir o trauma, isto é, a violenta emoção dos intelectuais liberais, literatos, humanistas, ante a mudança da base social de suas atividades. O autor percebe que não é mais possível a reprodução da relação tradicional entre razão, valores e interesses. No entanto, não consegue ir além da defesa da tradição iluminista para a qual a razão não é um simples instrumento.

Na mesma linha, e tentando responder a questões semelhantes às de Benda, encontramos Karl Mannheim. Com *Ideologia e Utopia*¹², publicado em 1929, coloca a mesma questão, porém de modo distinto. O problema da relação ciência-política, ou da autonomia intrínseca à produção cultural ante o pragmatismo consubstancial à política, voltava a ser tratado sob o argumento de que a época impunha a urgência de uma visão política racional. Preocupava-o também a necessidade de preservação da universalidade e da racionalidade da função intelectual em meio a um feroz e irracional embate de interesses. Mannheim propunha que os intelectuais se mantivessem equidistantes das classes em conflito e longe dos partidos políticos, para que pudessem desenvolver, com o método da ciência moderna, uma atualização do pensamento, visando encontrar a solução mais racional para os problemas. Ao intelectual caberia a síntese das ideologias contrapostas, de modo a promover o avanço social.

¹¹ BENDA. *La Trahison des clercs*, p. 46-8, 53-4.

¹² MANNHEIN, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

O diagnóstico e as preocupações de Benda e Mannheim seriam reforçados, em 1930, pelo espanhol Ortega y Gasset com a publicação de *A rebelião das Massas*. Nesse livro ele mostra sua preocupação “*com a pavorosa homogeneidade de situações em que vai caindo todo o Ocidente*”.¹³ Suas previsões localizavam as raízes da crise da sociedade no divórcio entre elite intelectual e massa. Ortega fazia questão de frisar que a divisão da sociedade não era determinada pela classe social e sim pelo papel destacado da elite intelectual.

“A divisão da sociedade em massas e minorias excepcionais não é, portanto, uma divisão em classes sociais, e sim em classes de homens, e não pode coincidir com a hierarquia decorrente de classe superiores e inferiores.”¹⁴

O destaque concedido às elites intelectuais, também neste caso, completava-se com uma ressalva contra o engajamento:

“A missão do chamado ‘intelectual’ é, de certo modo, oposta à do político. A obra intelectual aspira, freqüentemente em vão, a esclarecer um pouco as coisas, enquanto a do político, ao contrário, geralmente consiste em confundir-las mais do que já estavam. Ser da esquerda, assim como ser da direita, é uma das infinitas maneiras que o homem pode escolher para ser um imbecil: na verdade, ambas são uma forma de hemiplegia moral.”¹⁵

Contrapondo-se a essa postura, a favor da abstenção do intelectual em relação à atividade política, defendida por Mannheim e Benda, está Antonio Gramsci. No cárcere, em Turim, ele inicia uma série de reflexões e estudos sobre os intelectuais. No seu Caderno número 10, escrito entre 1932 e 1935, ele fez a seguinte anotação, sob o título *Pontos para um ensaio sobre B. Croce. Croce e J. Benda*:

“Pode-se fazer uma comparação entre as idéias e a posição assumida por Croce e o dilúvio de escritos de Benda sobre o problema dos intelectuais (além do livro sobre a Traição dos intelectuais de Benda, seria necessário examinar os artigos publicados nas *Nouvelles Littéraires* e talvez em outras revistas). [...] Em Croce, existe uma construção orgânica de pensamento, uma doutrina sobre o Estado, sobre a religião e sobre a função dos intelectuais na vida estatal, que inexistem em Benda, que é sobretudo um “jornalista”. É necessário dizer, também, que a posição dos intelectuais na França e na Itália é muito diferente, orgânica e imediatamente; as preocupações político-ideológicas de Croce não

¹³ ORTEGA Y GASSET. *A rebelião das massas*, p. 6.

¹⁴ ORTEGA Y GASSET. *A rebelião das massas*, p. 39.

¹⁵ ORTEGA Y GASSET. *A rebelião das massas*, p. 22.

são as de Benda, também por esta razão. Ambos são “liberais”, mas com tradições culturais e nacionais bem diversas.”¹⁶

Para Gramsci, os intelectuais desempenham um papel essencial no seio do *bloco histórico*, e através do estudo das atividades das camadas intelectuais seria possível descobrir o porquê de tal ou qual solução para uma crise orgânica de determinado bloco histórico. Gramsci rejeita a concepção vulgar de intelectual. Ele considera os intelectuais como uma categoria social, como agentes ou funcionários da superestrutura, que têm como função exercer o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura. Os intelectuais formariam

“uma camada social diferenciada, ligada à estrutura, e encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que dará à classe a qual eles estão ligados homogeneidade e direção do bloco histórico, não se constituindo em uma classe propriamente dita, mas em grupos vinculados às diferentes classes. Este vínculo é muito mais estreito e orgânico quando o intelectual se origina da própria classe que representa, sendo que este vínculo orgânico depende da estreiteza da relação entre intelectual e a classe representada por ele.”¹⁷

Assim, a função do intelectual nas formações sociais de tipo “ocidental” estaria ligada à organização da cultura. No “ocidente”, essa organização não seria mais subordinada ao Estado e sim resultado da própria trama complexa e pluralista da sociedade civil. Essa organização serviria como momento necessário da afirmação e articulação desta própria sociedade. Estes intelectuais não estariam mais ligados ao Estado ou aos seus aparelhos ideológicos. Articulariam-se com a esfera dos organismos “privados”, exercendo suas atividades por meio e dentro dessas formas autônomas de criação e de difusão da cultura.

Talvez essa seja a acepção mais importante da noção de “intelectual orgânico”. Com o surgimento de uma sociedade civil mais “robusta” e, conseqüentemente, de uma organização cultural, os intelectuais ligariam-se as suas classes de origem ou seriam escolhidos pelas classes que não estariam em condições de formar seus próprios intelectuais. Por meio dessas classes, estariam ligados à sociedade como um todo e fariam essa mediação através dos aparelhos “privados” de hegemonia. Surgiriam, assim, fenômenos até então desconhecidos, como o

¹⁶ GRAMSCI. *Cadernos do cárcere* – v. 1, p. 401-02.

¹⁷ GRAMSCI. *Os intelectuais e a organização da cultura*, p. 10.

intelectual de partido, o intelectual ligado ao sindicato, o intelectual que trabalharia nos jornais, nas editoras. Ou seja,

“o intelectual que já não é funcionário direto do Estado (um burocrata executivo), nem tampouco um intelectual “sem vínculos” (Mannheim), que – em sua atividade cultural – julga comprometer apenas a si mesmo. (Esse seria o caso típico do “intelectual tradicional”; e um Voltaire, na França do século XVIII, poderia bem expressar o que Gramsci figura com esse termo). Sem necessariamente perder sua autonomia e sua independência de pensamento, o “intelectual orgânico” tem uma maior consciência do vínculo indissolúvel entre sua função e as contradições concretas da sociedade.”¹⁸

Os intelectuais orgânicos exercem no âmago da superestrutura a função de tornar hegemônica e homogênea a classe social que eles representam. Somente após a criação de uma camada de intelectuais que exerça a hegemonia e a coerção, uma classe adquire, realmente, sua homogeneidade. Se uma classe aspira à direção da sociedade, a principal função dos seus intelectuais será o exercício da hegemonia e da dominação, constituindo-se estes intelectuais em “*comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político*”.¹⁹

Esses funcionários da superestrutura são as células vivas da sociedade civil e da sociedade política. Elaboram a ideologia da classe dominante, transformam a visão de mundo desta classe em uma visão de mundo universal, impregnam todo corpo social. Como funcionários da sociedade civil, os intelectuais atuam em igrejas, no sistema escolar, nos sindicatos, nos partidos, na criação do material divulgado na mídia. Como agentes da sociedade política, são encarregados da gestão do aparelho de Estado e da força armada.

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.”²⁰

¹⁸ COUTINHO. *Os intelectuais e a organização da cultura*, p. 16-17.

¹⁹ GRAMSCI. *Os intelectuais e a organização da cultura*, p. 11.

²⁰ GRAMSCI. *Cadernos do cárcere* – v. 1, p. 96.

No Brasil, um dos trabalhos mais importantes sobre este assunto é o de Sérgio Miceli, *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Essa obra mostra as estratégias de que os intelectuais lançaram mão a fim de conseguirem se apoderar das posições criadas nos setores público e privado do mercado de trabalho entre 1920 e 1945. Miceli defende a tese de que a trajetória descrita pelos intelectuais tratados na pesquisa teve duas razões principais: devido aos efeitos provocados pela experiência de declínio de antigas famílias dirigentes e às perspectivas de expansão do mercado de trabalho político e cultural.

Segundo Miceli, as disposições manifestadas pelos diferentes tipos de intelectuais em termos de carreira parecem indissociáveis da história social de suas famílias. As famílias dos escritores desse período eram “parentes pobres” da oligarquia, ou então famílias de longa data especializadas no desempenho dos encargos políticos e culturais de maior prestígio. Os escritores pertencentes aos ramos destituídos se mostravam mais propensos a investir nas áreas e gêneros mais arriscados da produção intelectual (o romance social e/ou introspectivo, as ciências sociais, etc.). Já os herdeiros da fração intelectual da classe dominante buscavam as modalidades de trabalho intelectual mais rentáveis e gratificantes no campo do poder (pensamento político, arrazoados e pareceres jurídicos, etc.). Assim, a distribuição dos aspirantes a uma carreira intelectual vai depender tanto da posição em que se encontram as famílias desses futuros intelectuais em relação ao pólo dominante da classe dirigente quanto do montante e dos tipos de capital escolar e cultural disponíveis conforme o setor da classe dirigente a que pertencem.

“Nestas condições, alguns deles (os “parentes pobres”) parecem mais inclinados a barganharem seus trunfos exíguos em troca de refúgios profissionais ao passo que os demais buscam reproduzir as posições de suas famílias no interior da própria fração intelectual (os herdeiros). [...] Em outras palavras, as profissões intelectuais constituem um terreno de refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes à fração intelectual e, sobretudo, aos filhos das famílias em declínio. [...] Não se pode dissociar as disposições favoráveis ao trabalho intelectual das experiências sociais que moldaram tais disposições.”²¹

Para Miceli, as iniciativas de ‘*construção nacional*’ dos grupos dirigentes transformaram o campo regional de produção cultural num dos eixos dominantes da vida intelectual no país. Assim, firmou-se uma rede de instâncias de produção,

²¹ MICELI. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, pp. XXI-XXII.

difusão e consagração, cujos padrões de legitimidade perduram até hoje.²² Ele considera que todos esses projetos culturais estavam ligados a um projeto de hegemonia política então formulado pelos grupos dirigentes locais. Portanto, o movimento modernista, a criação da Universidade de São Paulo, os vários empreendimentos na esfera educacional e cultural estavam todos ligados às esperanças da ‘burguesia’ de reformar o sistema oligárquico sem alterar as condições de representação política do operariado e dos setores médios urbanos que podiam lhe servir de sustentação.

“Nas condições da época, os elementos que viriam integrar o ‘estado-maior’ intelectual em São Paulo não puderam se furtar às demandas de um mecenato privado propenso a subsidiar a produção de obras de vanguarda cujo êxito não dependeu do valor comercial que porventura tivessem. Em consequência, não foi por acaso que os movimentos de renovação surgidos na literatura, nas artes plásticas, na arquitetura, coincidiram com a formulação de um projeto reformista do poder oligárquico.”²³

Miceli considera que a expansão do setor editorial foi um dos requisitos institucionais que moldaram o perfil do campo intelectual. O êxito comercial da literatura de ficção propiciou a gênese de um grupo restrito de escritores profissionais. A concentração de investimentos das principais editoras nas diversas modalidades da literatura de ficção constitui o eixo dinâmico do processo de substituição de importações no setor editorial, estimulando a produção local de obras que passaram a concorrer com as traduções. A constituição de editoras comerciais de médio e grande porte, a rentabilidade da literatura de ficção e o surgimento de um núcleo de romancistas produzindo para o mercado interno compõem o tripé em que se alicerçou a infra-estrutura da produção de livros.²⁴

A ênfase do trabalho de Miceli incide sobre os componentes classistas que contribuíram de maneira decisiva, segundo ele, para as orientações ideológicas e os rumos políticos daqueles grupos que se autodesignavam ou que eram convocados para o trabalho político e cultural. Portanto, a concentração de poder nas mãos da elite burocrática veio em resposta a dois fatos. Em primeiro, às novas exigências do trabalho de dominação, as quais não tiveram atendimento adequado ao nível das instituições a serviço dos grupos dominantes da ‘sociedade civil’. Em segundo, como

²² O livro de Miceli é de 1979.

²³ MICELI. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, p. 189-90.

²⁴ MICELI. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, p. 192.

resultado das pressões que os grupos relegados da classe dirigente fazem no propósito da extensão de oportunidades de trabalho no setor público.

“Esse padrão de troca entre decadência econômica e dependência patrimonial permeia a transação entre os detentores do mando político e os agentes em via de serem incorporados ao sistema de poder, os primeiros ‘comprando’ não apenas os serviços mas sobretudo a teia de servidões através da qual os demais são pinçados.”²⁵

Antonio Candido, no prefácio de *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil*, aponta certos problemas enfrentados por Miceli. Argumenta que em um estudo sobre intelectuais corre-se o risco de privilegiar a biografia de cada um, caindo na singularidade dos casos. Chega-se, então, à conclusão inoperante de que nenhum intelectual é igual ao outro. Ou, ao se optar pelo raciocínio genérico, dissolvendo os indivíduos na categoria, pode-se conseguir manipular a realidade total com certo êxito, em prejuízo da verdade singular.

Candido considera que nessa batalha das interpretações Miceli nem sempre conseguiu livrar-se do risco de condenar em vez de compreender. Este preferiu, por exemplo, usar a palavra “patrões” quando o mais cabível seria “patrono”. Ou reduziu certo tipo de produção intelectual a um “álibi quase perfeito”. Assim, esses intelectuais estariam submetidos aos critérios da cooptação oficial, pretendendo estarem trabalhando num nível alto de generalidade desinteressada. “*É que no fundo a atitude de Miceli é polêmica, e talvez ele “julgue” mais do que seria preciso*”.²⁶ Para Antonio Candido, as análises do tipo que Miceli faz, “ideológicas”, correm certo perigo:

“Falo do perigo de misturar desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação. O papel social, a situação de classe, a dependência burocrática, a tonalidade política – tudo entra de modo decisivo na constituição do ato e do texto de um intelectual. Mas nem por isso vale como critério absoluto para os avaliar. A avaliação é uma segunda etapa e não pode decorrer mecanicamente da primeira. Apesar da cautela metodológica e do esforço para ver com clareza, Miceli incorre por vezes nessa contaminação hermenêutica.”²⁷

²⁵ MICELI. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, p. 194.

²⁶ CANDIDO. *Prefácio*, p. XI.

²⁷ CANDIDO. *Prefácio*, p. XI.

O problema maior com a generalização simplificadora, ressalta Candido, é que ela tende a diluir as diferenças individuais. Cita o exemplo de Carlos Drummond de Andrade que “*serviu’ o Estado Novo como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela da sua dignidade ou autonomia mental*”, contrapondo-o a Cassiano Ricardo que “*se enquadrou ideologicamente e apoiou pela palavra e a ação, porque o regime correspondia à sua noção de democracia autoritária e nacionalista*”. Conclui dizendo que é uma tarefa difícil conciliar a descrição do destino de cada intelectual com o significado que cada um acaba adquirindo realmente no processo histórico.²⁸

Carlos Nelson Coutinho também critica a idéia de que a situação de funcionário público acarretasse, por si só, posições políticas reacionárias. Coutinho acredita que a ampliação da rede de organizações culturais – a publicação de jornais independentes, de revistas, com o aumento do número de editoras, com uma crescente autonomia das recém-criadas universidades – possibilitaria aos escritores (intelectuais) subsistir fora da cooptação e do favor dos poderosos.

Para ele, isto valeria tanto para os intelectuais desligados do aparelho de Estado quanto, principalmente, para aqueles produtores de cultura que retiravam seu sustento material de cargos públicos. Estes, ao se beneficiarem do clima de ativação da sociedade civil, colocavam-se claramente ao lado das forças progressistas, comprometendo-se “*com posições políticas e visões do mundo que colidem frontalmente com a dominação de classe encarnada pelo Estado do qual são funcionários*”.²⁹ Ele considera que a tendência dos intelectuais ligados diretamente ao Estado com o propósito de adotarem uma cultura intimista, elitista, só se imporia na média. Esse clima de ativação da sociedade civil permitiria as exceções, que não seriam poucas. E essas exceções aumentariam à medida que a sociedade civil se fortalecesse.

“A relação de dependência entre cooptação e adoção de uma cultura elitista tende a relaxar, a deixar de ser uma tendência dominante, no momento em que surge ou se fortalece uma sociedade civil articulada. Recentemente, com amarga lucidez, Carlos Drummond de Andrade lembrou que não se deve confundir ‘servir sob uma ditadura’ com ‘servir a uma ditadura’.”³⁰

²⁸ CANDIDO. *Prefácio*, p. XII.

²⁹ COUTINHO. *Os intelectuais e a organização da cultura*, p. 25-26.

³⁰ COUTINHO. *Os intelectuais e a organização da cultura*, p. 25-26.

Outra crítica a *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* vem de Daniel Pécaut, que começa seu livro *Os intelectuais e a política no Brasil* comentando o trabalho de Miceli. Pécaut parte das questões suscitadas por toda sociologia dos intelectuais que pretenda estudar as orientações dos intelectuais a partir dos “interesses” que eles possuem. Para ele, a noção de interesse usada por Miceli é singularmente ambígua, pois se refere a, pelo menos, três variáveis diferentes. A primeira, individual, o fato de pertencer a um determinado grupo social de origem (a oligarquia decadente). A segunda, é coletiva, diz respeito a identificação com uma categoria social particular (os escritores). A última, apenas ocasional, não implicando a completa supressão da autonomia ideológica, a inserção no aparelho do Estado (como membros da administração). “*Se há um interesse, este se constitui na interseção delas*”.³¹

Nos anos 20, os escritores reivindicavam uma ciência do social, que era reconhecida por grande parte da elite como uma ciência que poderia fundamentar uma administração científica dos homens e da natureza. *As estratégias dos intelectuais só podiam ser entendidas em relação ao papel atribuído por outros setores ao conhecimento científico do real*. Assim,

“as convicções políticas não foram meramente ditadas pelas conveniências de acesso aos empregos, como também a circunstância de serem herdeiros sem heranças não basta para explicar por que esses intelectuais se sentiam investidos de uma missão política.”³²

Esses intelectuais estavam desiludidos com a República por ela ter permitido o prolongamento da influência das oligarquias nas transações regionais. Eles aspiravam à organização da nação pelo poder, sendo que a politização deles não era um pretexto para promover interesses próprios. Essa politização expressava, sim, sua conversão à ação política. Pécaut considera que as estratégias ofensivas dos intelectuais teriam sido muito mais significativas do que as estratégias defensivas de alguns deles. As estratégias ofensivas foram muito mais marcantes para a imposição à opinião pública de uma visão do político que constata o esgotamento da República.

“*Contudo, na falta de um campo cultural autônomo, capaz de produzir uma hierarquia institucionalizada de posições, esses interesses só podem ter uma consistência limitada*”³³, não se revelando senão após as tentativas de redefinição da

³¹ PÉCAUT. *Os intelectuais e a política no Brasil*, 20-21.

³² PÉCAUT. *Os intelectuais e a política no Brasil*, 21.

³³ PÉCAUT. *Os intelectuais e a política no Brasil*, 22.

questão da legitimidade política. Os projetos dos intelectuais, nos anos 1920, eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente. O Estado, a Igreja, o Exército e os estabelecimentos de ensino superior foram compelidos a assumirem uma nova legitimidade. “A *intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional. Em larga medida, o mesmo sucedeu nos anos 60.*”³⁴

Além de Carlos Drummond de Andrade, citado por Antonio Candido, provavelmente Mário de Andrade também poderia ser citado como exemplo para a crítica a uma generalização como a feita por Miceli. Mário de Andrade, em abril de 1932, dá notícias da recepção da obra de Julien Benda, no Brasil. Segundo ele, *Trahison* teria causado alguma “*comoção nos meios intelectuais ‘modernos’ do Brasil*”:

“Mas se no mundo ele teve como esplêndido, inesperado e humano ofício tornar os traidores mais conscientes e decididos da sua traição, parece que entre nós serviu só pra que cada qual aceitasse a tese falada de Benda, e ficasse inda mais gratuito, mais trovador da ‘arte pela arte’, ou do pensamento pelo pensamento.”³⁵

Esta crônica de Mário de Andrade no *Diário Nacional* é de abril de 1932, antes da Revolução Paulista de 32. Em 1934, depois da derrota paulista, em entrevista ao mesmo jornal, ele fala dos novíssimos intelectuais que vinham do Nordeste. Mário de Andrade, que se considera um “novo” e mostrando sentir o comichão da *trahison des clercs* que Julien Benda abordou, elogia os novíssimos intelectuais pela “*atitude decisiva e bem delineada diante dos problemas sociais do nosso tempo*”. Silvano Santiago comenta que

“Mário gostaria de tomar atitude idêntica a dos novíssimos, mas algo o tolhe, como também tolhe alguns dos seus amigos, ‘*porque ainda [temos] muito do clerc*’. Os novos ainda buscam ‘*a verdade*’, filhos que são do ‘*falido espírito burguês, liberal*’. Já os novíssimos, filhos das ‘*diversas ditaduras socialistas ou fingidamente socialistas de agora*’, já não se interessam (clercs traidores que são) pela busca da verdade, mas buscam uma ‘*lei*’. Diz Mário ao repórter: ‘*Adquirem uma lei – comunismo, integralismo, tecnocracia, etc. – e descansam nela engeuecidos. Ou iluminados*’.”³⁶

³⁴ PÉCAUT. *Os intelectuais e a política no Brasil*, 22.

³⁵ ANDRADE. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*, p. 516.

³⁶ SANTIAGO. *O intelectual modernista revisitado*, p. 15.

Em confiança a Murilo Miranda, Mário de Andrade afirma que não podia mais agüentar ser um escritor sem definição política. Mário toma, então, um caminho que vai mudar o rumo de sua vida: aproxima-se do prefeito de São Paulo, que o convida para comandar o Departamento de Cultura a ser criado pela prefeitura, onde vai trabalhar até ser envolvido em intrigas políticas e ser afastado do cargo. Em carta a Oneyda Alvarenga, ele fala de suas expectativas:

“por enquanto é certo que não sei absolutamente de nada, pois me conservo em minha casa, sem dar um passo. Pois quero entrar pra Prefeitura inteiramente solicitado, com a cabeça levantadíssima, sem dever favor a ninguém. Isso pro meu cargo, onde terei de recusar muito, é absolutamente necessário, e você, que já conhece a independência de minha vida e liberdade de pensar, me compreenderá muito bem.”³⁷

Mário de Andrade sempre lutou contra as dificuldades financeiras e sempre procurou ser independente, evitando a ajuda do mecenato paulistano. Dona Olívia Guedes Penteado, dama da aristocracia cafeeira, mecenas dos modernistas e personalidade de relevo em São Paulo, era amiga e admiradora de Mário de Andrade. Ela cultivava a fama de protetora da intelectualidade de poucos recursos.³⁸ Na viagem que fez pelo norte e nordeste do Brasil, em 1927, em companhia de D. Olívia, Mário fez questão de pagar suas despesas, apesar de ter sido dispensado do pagamento por ela.

Mário de Andrade, ao se colocar como um intelectual independente, fazia a crítica de seus pares, ao dizer que com o modernismo apenas mudava “*de maneiras de versejar*”, espevitando “*o jeito de dizer*”, enfeitando “*a nossa escrita de brasileirismos vocabulares, grande mudança!*” Considerava que nosso intelectual continuava “*tocandinho na viola o toque rasgado da sua pasmosa inércia humana*”, sendo que alguns alardeavam sua condição “*de socialistas, de comunistas já, porque isso está na moda, e também porque é uma forma disfarçada de ambição*”. Tudo não passava de um “*deslavado namoro, dum medinho que o Comunismo venha e eles sofram. É tudo apenas um toque de viola*”.³⁹

Para Mário de Andrade, a situação do intelectual era incômoda, talvez mesmo difícil:

³⁷ ANDRADE. *Mário de Andrade-Oneyda Alvarenga: cartas*, p. 107.

³⁸ Conf. ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1983; CASTRO, Moacir Werneck de. *Mário de Andrade: exílio no Rio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

³⁹ ANDRADE. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*, p. 515.

“na realidade a situação pra quem queira se tornar um intelectual legítimo, é terrível. Hoje mais que nunca o intelectual ideal é o protótipo do fora-da-lei, fora de qualquer lei. O intelectual é o ser livre em busca da verdade. A verdade é a paixão dele. E de fato o ser humano socializado, as sociedades, as nações, nada tem que ver com a Verdade. Elas se explicam, ou melhor, se justificam, não pela Verdade, mas por um sem número de verdades locais, episódicas, temporárias, que, estas, são frutos de ideologias e idealizações. O intelectual pode bem, e deverá sempre, se pôr a serviço duma dessas ideologias, duma dessas verdades temporárias. Mas por isso mesmo que é um cultivado, e um ser livre, por mais que minta em proveito da verdade temporária que defende, nada no mundo o impedirá de ver, de recolher e reconhecer a Verdade da miséria do mundo. Da miséria dos homens. O intelectual verdadeiro, por tudo isso, sempre há de ser um homem revoltado e um revolucionário, pessimista, cético e cinico: fora da lei.”⁴⁰

Mário de Andrade mostra uma ambivalência de sentimentos, que talvez se explique por uma crença no retorno dos valores universais e eternos do homem de espírito. Ele pensava que, encerrada a crise mundial, o intelectual poderia voltar a ser artista.

Mário de Andrade pensava assim em 1934, portanto, antes do Estado Novo, que iria mudar este panorama. Mesmo assim ele procuraria manter-se independente.

Mais tarde, durante os anos 54-64, os intelectuais passariam a ver o povo como a verdadeira garantia da unidade nacional. Assim, povo e nação, nesses anos, seriam indissociáveis. A preocupação, então, não seria garantir a coesão interna da nação, mas defendê-la das ameaças externas ligadas ao imperialismo. Isto pode ser confirmado nas colunas de Paulo Francis no *Última Hora*:

“vários leitores me perguntam se não exagero a influência dos EUA na deterioração da economia nacional. Aham que a responsabilidade da espoliação de que somos vítimas cabe, em parcelas iguais, aos dirigentes brasileiros, que se acolham diante dos grupos estrangeiros ou se tornam seus sócios. Meus leitores são muito inteligentes. Estou de acordo com eles, até certo ponto. Claro que o Brasil não estaria como está se no poder estivessem líderes nacionalistas decididos a ir às últimas conseqüências contra os espoliadores. [...] quem vota, em sua maioria (agora decrescendo) é a classe média, ligada culturalmente aos EUA, à influência americana que, de econômica a partir de 1930, tornou-se global em seguida à II Guerra. O colonialismo americano é bastante mais sutil do que, digamos, o francês. Os americanos, como disse David Bell, há muito desistiram de jogar os “marines” contra os latino-americanos, quando estes ousam prejudicar seus interesses. Enviam o Pato Donald, embolsam os Schmidts [*Augusto Frederico*] a bom preço, e assim por diante.”⁴¹

⁴⁰ ANDRADE. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*, p. 516.

⁴¹ FRANCIS. Paulo Francis informa e comenta, *Última Hora*, Belo Horizonte, 11.10.1963, p. 4.

Devido ao nosso rápido desenvolvimento econômico estávamos em via de nos tornar uma sociedade de classes. A burguesia nacional e as classes populares se empenhavam em articular uma frente comum para permitir, apesar do imperialismo e dos segmentos arcaicos das camadas abastadas brasileiras, a transição para uma sociedade democrático-burguesa. Os intelectuais não sentiam mais a necessidade de reivindicar uma posição de elite. A sua legitimidade decorria justamente de se fazerem intérpretes das massas populares. É o que Paulo Francis se considerava, ao afirmar que era um “membro articulado” de uma maioria de oprimidos.

“Uma convicção da minha infância permanece profunda em mim, que a maioria, os oprimidos, está certa, mas que nunca poderá vencer. E me senti compelido a me tornar um membro articulado dessa maioria.”⁴²

Para Pécaut, entretanto, esses intelectuais dos anos 54-64 teriam um papel político insubstituível, qual seja, a missão de ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária, e além disso, caberia a eles demonstrar, como ideólogos, “*que o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional são três aspectos de um mesmo processo de libertação, ou seja, de um mesmo ‘projeto’*”. Pécaut acredita que a diferença, para a outra geração – dos anos 1920-40, é que a mudança não viria mais “de cima”. A revolução que esses intelectuais desejavam passaria pela ação das classes populares. Eles tendiam a considerar o marxismo como o “horizonte intransponível” da época. Pécaut esquece-se de lembrar que a ação destas massas populares ‘deveria’ ser comandada por uma elite intelectual preparada para isso. Pécaut afirma ainda que uma certa vulgata marxista comandava a socialização política e cultural de grande parte daqueles que se identificavam com as camadas intelectuais.⁴³

Paulo Francis, por exemplo, afirma que se juntou

“oficialmente às esquerdas em 1960. Com extremo desgosto, pois teria de tolerar o convívio de stalinistas, a quem, trotskista, considerava contra-revolucionários.”⁴⁴

⁴² FRANCIS. *Uma coletânea de seus melhores textos já publicados*, p. 117.

⁴³ PÉCAUT. *Os intelectuais e a política no Brasil*, 15-16.

⁴⁴ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 55.

A esquerda intelectual, desde meados dos anos 50, estava convencida de ser plenamente hegemônica. Os intelectuais nacionalistas estavam seguros de sua vocação para desempenhar, como categoria social específica, um papel decisivo nas mudanças políticas, reivindicando, porém, o título de *intelligentsia*, porque, a partir de então, inclinavam-se decididamente para o “povo” e não duvidavam dos poderes da “ideologia”.⁴⁵

Já os intelectuais antinacionalistas usavam e abusavam das referências democráticas. Isto explicaria, em parte, por que os nacionalistas foram tão parcimoniosos nesse assunto – a democracia – dando-lhe uma conotação negativa, já que estas referências se limitavam a designar os procedimentos de representação. Numerosos intelectuais alinharam-se nas fileiras antinacionalistas, fornecendo-lhes argumentos e teorias. Nas universidades e nos meios de comunicação, nas organizações profissionais e na administração, numerosos contingentes das camadas cultas só nutriam antipatia pelo nacionalismo populista e rancor em relação à esquerda intelectual. Isto, de certa forma, seria confirmado com o golpe de 1964.⁴⁶

Paulo Francis era um intelectual. Era visto e se via como um intelectual. Porém, a definição de intelectual, como mostrei, está longe de ser um consenso. Dentre os diversos matizes oferecidos, que vão desde o puro exercício do intelecto até o engajamento político, é possível a escolha de um que se adequaria ao perfil de Francis. É provável que a melhor definição de intelectual, dentre as diversas existentes, para qualificar o polemista Paulo Francis, seja a de Jean-Paul Sartre. Considero que Paulo Francis poderia representar o *homem-contradição* que é o intelectual nas palavras de Sartre.

Para explicar o que é um intelectual, Sartre vai até os *philosophes* para buscar as idéias centrais de seu argumento. Considera que Montesquieu, Voltaire, Rousseau, D’Alembert e Helvétius, como homens da lei, *homens de letras*, matemáticos, médicos, foram “especialistas do saber prático” em um mundo que se caracterizava pela *dessacralização de todos os setores práticos*, não se constituindo em guardiães de nenhuma *ideologia*. Usaram pela primeira vez o método analítico, aplicando a razão e as regras do método científico aos problemas da história e da sociedade, saindo de seu próprio campo de atividade. ‘Foi uma época de ouro: nascidos, educados, formados na burguesia’, os “filósofos” são, para Sartre, o exemplo do que

⁴⁵ PÉCAUT. *Os intelectuais e a política no Brasil*, 103.

⁴⁶ PÉCAUT. *Os intelectuais e a política no Brasil*, 103.

Gramsci chama de “intelectuais orgânicos”. “*Nascidos da classe burguesa, encarregam-se de exprimir o espírito objetivo dessa classe*”. Uma condição impossível para os intelectuais que vieram depois, já que, para Sartre, o intelectual moderno é um homem-contradição.⁴⁷

“O ofício do intelectual é viver sua contradição *por todos* e vencê-la *por todos* através do radicalismo (ou seja, pela aplicação das técnicas de verdade às ilusões e às mentiras). Por sua própria contradição, ele se torna o guardião da *democracia*: contesta o caráter abstrato dos direitos da ‘democracia’ burguesa não porque queira suprimi-los, mas porque quer completá-los com os direitos concretos da democracia socialista, conservando, em toda democracia, a verdade *funcional* da liberdade.”⁴⁸

Para Sartre, a virtude dos intelectuais está em assumir uma contradição que contém as possibilidades de um permanente conflito. Os intelectuais modernos são homens da classe média, contradição social contra a qual nada podem. São de uma época na qual tudo isso se tornou ideologia. Além disso, a contradição é dupla: por ser intelectual e por ser de classe média. A grande tarefa histórica deles é colocar-se contra o *humanismo burguês* – “*todo homem é burguês, todo burguês é homem*”⁴⁹. Devem reconhecer que a universalidade não está pronta, mas está por fazer.

“Assim, o intelectual é o homem que toma consciência da oposição, nele e na sociedade, entre a pesquisa da verdade prática (com todas as normas que ela implica) e a ideologia dominante (com seu sistema de valores tradicionais). Essa tomada de consciência – ainda que, *para ser real*, deva se fazer, no intelectual, desde o início, no próprio nível de suas atividades profissionais e de sua função – nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, quer dizer, dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e que quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia.”⁵⁰

Paulo Francis provavelmente queria ser um “Sartre” na periferia. Vivia a contradição de ser da classe média e ser intelectual, intelectual imbuído de uma missão de grandeza. Ele considerava-se participante de um grupo intelectual que, para ele, estaria imbuído não só de um papel especial, mas também de uma missão.

⁴⁷ SARTRE. *Em defesa dos intelectuais*, pp. 17-21.

⁴⁸ SARTRE. *Em defesa dos intelectuais*, p. 53.

⁴⁹ SARTRE. *Em defesa dos intelectuais*, p. 21.

⁵⁰ SARTRE. *Em defesa dos intelectuais*, p. 30-31.

“Pertencço a um grupo geracional de rara ingenuidade. Acreditávamos que seria possível fazer um país novo, decente, justo. Do nada...”⁵¹

O “Sartre” da periferia procurou copiar o mestre quando resolveu escrever romances. Sartre escreveu uma trilogia, *Os caminhos da liberdade*. Nesses romances, os personagens principais se baseiam muito de perto nos conhecidos e amigos de Sartre e, às vezes, nele mesmo. Nos romances de Francis isto também aconteceu. É possível identificar o jornalista, como personagem principal, e a seu círculo de conhecidos em seus dois romances. A trilogia de Paulo Francis, “As Cabeças”, ficou incompleta. Só teve fôlego para dois romances: *Cabeça de papel* (1977) e *Cabeça de Negro* (1979). O terceiro volume dessa trilogia sobre a vida antes e pós 64 no Brasil se passaria no Rio, na região ‘*onde se encontram e se relacionam jornalistas, intelectuais, grã-finos, ricos. A classe dirigente*’.⁵²

Mas as diferenças entre Sartre e Francis eram grandes.

Sartre era diferente não apenas no conteúdo de suas manifestações, mas, principalmente, na qualidade. Ele tinha a capacidade de questionar-se, de viver suas contradições sabendo que as vivia.

“Estou cheio de contradições. Sou um escritor burguês de manhã, e uma espécie de maoísta rebelde à tarde. E, à noite, o quê, um aristocrata?”⁵³

Sartre se referia ao fato que, nessa época, 1970, de manhã ele estava escrevendo uma biografia de Flaubert. À tarde ele trabalhava com seus jovens amigos militantes do jornal anarco-maoísta *A Causa do Povo (La Cause du Peuple)*. À noite ia para o confortável apartamento de Simone de Beauvoir ouvir Berg ou Webern.⁵⁴

Além disso ele era um intelectual que lutava pela liberdade, não só para si, mas para todos. Ele não admitia, não concebia a possibilidade “*que um homem seja livre se os outros não o são. Se a liberdade é recusada aos outros, deixa de ser uma liberdade. Se os homens não respeitam a liberdade de outrem, a liberdade que por um instante surgiu neles é imediatamente destruída.*”⁵⁵ Como mostrarei no capítulo 2, não era exatamente a luta pela liberdade o objetivo do intelectual Paulo Francis.

⁵¹ FRANCIS. *Uma coletânea de seus melhores textos já publicados*, p. 125.

⁵² FRANCIS. *Uma coletânea de seus melhores textos já publicados*, p. 40.

⁵³ GERASSI. *Jean-Paul Sartre*, p. 18.

⁵⁴ GERASSI. *Jean-Paul Sartre*, p. 18-19.

⁵⁵ SARTRE. *Entrevistas com Jean-Paul Sartre*, p. 470.

Ao comentar a criação da Editora do Autor, em artigo de 16 de setembro de 1960, Francis destaca o lançamento do livro de Sartre, *Furacão sobre Cuba*.

“Sartre esteve em Cuba observando a revolução. Escreveu vários artigos, em que procura analisar o fenômeno Fidel Castro do ponto de vista humano e político. Não se trata de propaganda antiamericana, mas de esforço de um intelectual racionalista por excelência em entender o esforço de uma nação nova, subdesenvolvida, em ganhar identidade própria. [...] Um intelectual francês, com toda a carga cultural da velha Europa, um grupo de escritores-editores, o tema do subdesenvolvimento discutido francamente – a mistura de tudo isso deve ser do interesse de um grande número de leitores.”⁵⁶

Paulo Francis muitas vezes teve de abrir mão de suas opiniões para se adaptar às situações que se apresentavam, tendo de escolher, segundo ele, entre o menor dos males:

“No fim do governo Jango eu continuava descrente de que ele fosse capaz de fazer alguma coisa de sério no e com o país. Mas a campanha contra era de tal ordem que tínhamos ao pânico a implantação de uma ditadura de Carlos Lacerda, com o pobre coronel Borges como Himmler, que só me restava atacar, jornalisticamente, quem queria derrubar Jango. Em política, a escolha é sempre pelo mal menor.”⁵⁷

Apesar de defender a sua independência de expressão, considerava-se, às vezes, independente. Outras vezes, não.

“Um dos prazeres do jornalismo independente é ser dissonante do barulho infernal que a horda de rinocerontes faz. Mas eu não era independente. Achava que Jango devia ser empossado, e, depois, criticava o que ele fazia, quase sempre, mas me continha, porque nossa linha era defendê-lo contra Lacerda e Cia. Notem, e isso é importante, que minha opinião sobre a incapacidade de Jango era moeda corrente na esquerda. Mas, em política, somos obrigados sempre a fazer o que o marechal Lott chamava de “restrições mentais” quando se trata de defender nossa gente.”⁵⁸

E este homem-contradição era também o próprio Sartre. Um homem de ação, um escritor instigante e crítico implacável da sociedade capitalista, um intelectual com todas as letras.

⁵⁶ FRANCIS. *Nova Editora Lança Novo Sartre*. Diário Carioca. RJ, 16.09.60.

⁵⁷ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 187.

⁵⁸ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 74.

“Na verdade, a sua contradição é a sua função. E a sua função é, no fim das contas, o conhecimento. Ao tomar consciência de si, de sua contradição, o intelectual é levado a uma tomada de consciência que todos podem, depois dele, refazer. Sartre reserva para os intelectuais uma missão de grandeza, talvez a mais nobre das missões, a de exprimir a sociedade para si própria. Não foi isso, afinal, que o próprio Sartre fez ao longo de uma vida extraordinária como escritor, filósofo e militante?”⁵⁹

Sartre veio ao Brasil em 1960, onde realizou uma série de conferências e atividades culturais. Trouxe os ecos dos debates que movimentaram os círculos culturais europeus e que atualizaram a agenda dos nossos principais intelectuais.

Francis, na sua última fase de crítico teatral, já começara a politizar suas críticas teatrais, cobrando um engajamento de autores, atores e diretores. Começou-se dizer que Paulo Francis se politizara, mas ele não pensava bem assim e citava Sartre em seu apoio e também para criticá-lo.

“Politizado eu já estava, no lusco-fusco semi-secreto do trotskismo intelectual que assistia de camarote à falência conjunta de burguesia e stalinismo. O que decidi, isto sim, foi seguir o conselho sartriano de meter as mãos na merda, e, em seguida, o que Sartre omitiu, as mãos me, nos puxam a cabeça...”⁶⁰

Se o intelectual tem uma missão e se o intelectual da periferia é diferente do intelectual do primeiro-mundo, então, como se deu na prática a atuação de um intelectual brasileiro no final dos anos 50 e início dos 60? Um intelectual que escrevia diariamente em um jornal de grande circulação atingindo um grande público. Assim pretendo mostrar nos capítulos seguintes três momentos da atuação de Paulo Francis como intelectual. No primeiro momento, *O complexo de vira-latas*, mostrarei de que modo Paulo Francis começou sua carreira de jornalista. Como crítico teatral, ele ergueu um modelo cultural a ser seguido e, por meio da crítica, conseguiu influir com sucesso na mudança do panorama teatral brasileiro. Além disso, apresentarei a distância que ele considerava haver entre ele e o ‘povo’ ignorante.

Em um segundo momento, *Eles querem tão pouco*, demonstrarei como, após o sucesso com a crítica teatral, Francis tentou aplicar o mesmo modelo à política, com resultados muito pouco satisfatórios para ele e para o Brasil. Apontarei ainda o descaso deste intelectual com a defesa das liberdades democráticas e a influência

⁵⁹ WEFFORT. *Apresentação*, p. 10.

⁶⁰ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 129-30.

negativa que interesses econômicos-financeiros impuseram na linha do jornal *Última Hora*, os quais aparentemente influenciaram também na atuação de Paulo Francis.

No último capítulo, *A história dos que foram sem nunca terem sido*, apontarei como Francis, ao construir uma memória desses anos 50/60, distorceu alguns fatos. Esta tentativa de Paulo Francis teria como finalidade amenizar, ou mesmo desvirtuar, o seu comportamento e de seus companheiros “de esquerda”, tentando criar um novo passado que os redimiria de seus erros e enganos. Com isso, ele acabou por ajudar na criação de um “lugar de memória”.

CAPÍTULO 1

O complexo de vira-latas ou “Disseram que voltei americanizada”.

“Mas vejamos: – o escrete brasileiro tem, realmente, possibilidades concretas? Eu poderia responder simplesmente, “não”. Mas eis a verdade: – eu acredito no brasileiro, e pior do que isso: – sou de um patriotismo inatural e agressivo, digno de um granadeiro bigodudo. [...]

A pura, a santa verdade é a seguinte: – qualquer jogador brasileiro, quando se desamarra de suas inibições e se põe em estado de graça, é algo de único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção. Em suma: – temos dons em excesso. E só uma coisa nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossa qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de “complexo de vira-latas”. Estou a imaginar o espanto do leitor: – “O que vem a ser isso?”. Eu explico.

Por “complexo de vira-latas” entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos “os maiores” é uma cínica inverdade. [...]

Eu vos digo: – o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol para dar e vender, lá na Suécia. Uma vez que ele se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota. Insisto: – para o escrete, ser ou não ser vira-latas, eis a questão.”

Nelson Rodrigues – *Manchete Esportiva*, 31/05/1958.

O período compreendido entre o fim do Estado Novo e o Golpe de 1964 pode ser considerado como os anos de ouro da vida democrática e cultural brasileira, até então. A cidade do Rio de Janeiro, em especial, concentrava o melhor de nossa cultura e quase toda a trama política de uma capital federal. O Rio havia sido a sede do Império e, posteriormente, com a Proclamação da República, capital federal até 1960. A partir daí, mesmo com a transferência da capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro continuou sendo centro cultural e político do país.

Talvez pudéssemos dizer que a cidade do Rio de Janeiro, que se tornou o Estado da Guanabara em 1960, era um lugar apropriado para que um grupo de intelectuais pudesse se organizar em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum. Um lugar de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundariam uma vontade e um gosto de conviver. Era em torno de redações de jornais, editoras, partidos políticos e ministérios que evoluía a vida intelectual carioca, além, é claro, das praias e da boemia. Segundo Francis, o Rio era como uma grande vila, onde todos pareciam se conhecer, pelo menos de vista. Em suas memórias, ele faz uma descrição da vida intelectual carioca, quando o Rio ainda era capital federal.

“No fim da noite, no velho Jirau, se formava uma mesa só, com as chamadas pessoas eminentes ou estrelas da noite, proprietários de jornais, gente da família real, gente de teatro, intelectuais e jornalistas famosos. [...] Essa variedade social era muito saudável para nossa vida política. Um ministro tinha uma idéia de jerico, mas ia a um botequim desses, onde encontrava gente importante de todas as profissões. Expunha sua bobagem e era contestado. Muita “iniciativa” foi sustada assim, nesse tempo em que o Rio, uma grande cidade, era capital.”¹

A idéia de um Brasil revigorado, avançando rapidamente em direção ao estágio das nações mais desenvolvidas, ganhava aparência de realidade no projeto de construção de Brasília, na implantação da indústria automobilística e na ousadia dos planos governamentais que, segundo o slogan de JK, nos permitiriam caminhar cinquenta anos em cinco. Uma das essências dos anos 50/60 era a sensação de que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, combinando a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizariam como povo, como a

¹ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 56.

cordialidade, a criatividade e a tolerância. O sonho da modernização desenvolvimentista, permitindo o ingresso definitivo na era da modernidade, fazia “corações e mentes”.

O fenômeno da modernização pode ser descrito como o ponto que fica entre o *atraso* e o *moderno*, sendo que o *atraso* indicaria o país atrasado em relação a um paradigma (o *moderno*), normalmente a Europa ocidental, mas, no nosso caso, os Estados Unidos, de forma especial.

“Os Estados Unidos da América têm freqüentado o imaginário dos brasileiros de diferentes maneiras. Primeiro país independente do novo continente, primeira república dos tempos modernos, os EUA, confrontados com o Brasil, chamam a atenção por aquilo que parece ser comum: dispõem de enorme espaço territorial, sua população contou com um grande contingente de escravos (importados até o século XIX) e com uma imensa massa de imigrantes incorporados à vida nacional. Por outro lado, as diferenças também foram sempre consideradas. [...] Mas a diferença entre os dois países expressa no nível de desenvolvimento e de riqueza também parece crescer. Igualmente distintos são os índices referentes ao padrão de vida social, incluindo-se aí a igualdade expressa na cidadania.”²

A modernização seria então o processo de europeização, ocidentalização ou americanização. Dois exemplos clássicos deste processo de modernização são a Alemanha e o Japão, que teriam queimado etapas no caminho para atingir o seu paradigma, no caso a Inglaterra. A vantagem alemã e japonesa seria a queima de etapas, sem ter de pagar um alto preço em termos sociais e econômicos.

“A escolha dos Estados Unidos [como nosso contraponto cultural por excelência] e não da França ou da Alemanha, deve-se ao fato de que a formação concreta da sociedade americana se aproxima, como nenhuma outra, *da realização concreta do tipo abstrato de racionalismo ocidental no sentido weberiano*. Daí seu enorme interesse para o mundo inteiro, e não apenas para nós. Os Estados Unidos são a nação por excelência do protestantismo ascético, onde este pôde desenvolver-se livre de outras influências, quase como um tipo puro.”³

A modernidade, como um processo, compromete toda a sociedade. Ela amplia o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais. A modernização, por outro lado, chega à sociedade por meio de um grupo condutor. Esse grupo se considera privilegiado e, ao mesmo tempo, privilegia os

² OLIVEIRA. *Americanos*, p. 9.

³ SOUZA. *O malandro e o protestante*, p. 32; e também em OLIVEIRA. *Americanos*, p. 42-43.

setores dominantes. A modernização não segue o trilha da “lei natural”. Procura-se moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança, sendo que a ação social que dela decorre não parte da economia, como expressão da sociedade civil. Na modernidade, as classes dirigentes coordenam e organizam um movimento, enquanto na modernização elas o dirigem, conduzem ou promovem.

“A modernização, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução pelo alto, revolução de dentro – ela é uma só, com um vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas. Talvez se possa dizer, ainda, que a *modernização*, ao contrário da modernidade, cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda.”⁴

Além da política desenvolvimentista de JK, a introdução no mercado de consumo dos eletrodomésticos, o desenvolvimento do sistema de comunicações, a implantação da televisão e a era do automóvel nacional transformaram o cotidiano do cidadão brasileiro. Tanto o jornal *Última Hora* como Paulo Francis atuaram nessa modernização do Brasil. O primeiro na imprensa, o segundo no teatro.

Foram nos anos 50/60 que surgiram o novo teatro, o novo cinema e a revista *Senhor*. O *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil* passaram por uma modernização. “O humor crítico se expandiu de Millôr a Sérgio Porto; o comércio de idéias, o experimentalismo político e estético, conquanto mais teórico do que prático, alargavam vistas e sugeriam uma variedade rica de saídas”.⁵ Para um intelectual como Francis era possível trombar numa esquina com Jaguar e na outra com Jorge Amado, ir tomar café com Millôr ou com Ênio Silveira. Ou ainda aprender trotskismo com Mário Pedrosa e fazer teatro tendo Niemeyer como cenógrafo. A nova estética arquitetônica com Oscar Niemeyer foi uma das mais expressivas manifestações do signo da modernidade no período.

Paulo Francis foi um dos fundadores da revista *Senhor*. A revista, apesar de ter sido um fracasso comercial, causou uma pequena revolução cultural no Brasil. O objetivo era criar uma revista de cultura viva, contra a cultura oficial, acadêmica.

“Tivemos, entre outros prazeres, o de refletir a glória de Clarice Lispector, em face de quem a crítica se baba, hoje, mas que, na época, era praticamente inédita (apesar de famosa nos meios intelectuais), pois não encontrava editor. E demos

⁴ FAORO. *Existe um pensamento político brasileiro?* p. 99.

⁵ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p.67.

a Guimarães Rosa quase uma renda fixa, editando-lhe todos os contos que se celebrizaram.”⁶

Na música popular, “os novos tempos” assistiam ao surgimento da Bossa-Nova, na qual a musicalidade brasileira era recriada com a assimilação de harmonias que, em sua originalidade, muito deviam às formas musicais do jazz e da melhor canção internacional. O Cinema Novo mudou toda nossa produção cinematográfica. O cineasta passa a ter uma legitimidade intelectual, com sua produção participando de forma extremamente fértil no direcionamento da atividade cultural. Além disso, os prêmios obtidos nos festivais internacionais contribuíram para fortalecer ainda mais o prestígio do movimento que se transformou em um dos mais significativos da vontade de transformação que mobilizava nossa juventude.⁷

Na área teatral encenava-se o grande espetáculo, na linha tão bem cuidada quanto comportada do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), fundado em 1948. O TBC deu origem a outros grupos, como o Teatro Cacilda Becker e a Companhia Tônia-Celi-Austran.

Como opção ao grande espetáculo surgiram novas experiências, entre elas o Teatro de Arena e o Oficina, que ao longo dos anos 60, desempenhariam um papel renovador e crítico no meio teatral. O Arena, que foi fundamental para a afirmação do autor nacional, foi formado em 1953. Convivendo com estas opções estava a “Velha-Guarda” – Procópio Ferreira, Dulcina de Moraes e Jaime Costa – que, em viagens pelo interior, mantinha suas temporadas repletas.

Paulo Francis, fazendo crítica teatral no *Diário Carioca*, participou diretamente da luta para a mudança do panorama teatral brasileiro. O confronto tinha como palco a cidade do Rio de Janeiro. De um lado, estavam as companhias de Alda Garrido, Procópio Ferreira, Dercy Gonçalves, Eva Todor e Oscarito, isto é, a “Velha-

⁶ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p.158.

⁷ Sobre o Cinema Novo, Teatro Novo e as manifestações culturais do período ver: FÁRIA, Lia. *Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997; MORAES, Denis de. *Vianinha: cúmplice da paixão*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1991; PATRIOTA, Rosângela. *Vianinha: um dramaturgo no coração de seu tempo*. São Paulo: Hucitec, 1999; PRADO, Décio de Almeida. *O teatro brasileiro moderno*. São Paulo: Perspectiva: EDUSP, 1998; SARRACENI, Paulo Cesar. *Por dentro do cinema novo: minha viagem*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993; SCHWARCZ, Lília Moritz (organizadora do volume). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; SEMERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60: a geração de Betinho*. São Paulo: Loyola; Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1994; VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Vianinha: teatro, televisão, política*. São Paulo: Brasiliense, 1983; XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Guarda”, que faziam um teatro sem a figura do encenador, às vezes com a presença ainda do ponto e usando o texto como mero pretexto para o histrionismo.

Do outro lado, a “Nova Geração” prestigiava tanto os clássicos estrangeiros como os novos autores nacionais que estavam surgindo, e valorizavam a figura do encenador, fazendo um teatro de equipe. A “Nova Geração” compreendia Os Comediantes, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e as companhias como Teatro Cacilda Becker (TCB), a Companhia Tônia-Celi-Autran (CTCA), o Teatro Popular de Arte (Cia. Maria Della Costa-Sandro Polônio) e ainda o Teatro de Arena. Estes grupos não eram homogêneos, mas, apesar de suas divergências, tinham preocupações em comum.

“Os conflitos envolvendo a Nova Crítica, que estava engajada na defesa da Modernidade do Teatro Brasileiro, em oposição a um teatro feito à moda antiga, gerou muitas laudas escritas, trocas de acusação, tapas e beijos, mas, acima de tudo, um momento rico no debate intelectual do teatro brasileiro. A crise da transição, onde novos valores tentavam se firmar, foi o campo onde a Nova Crítica se desenvolveu e prosperou, formando entre os novos comentaristas, mesmo quando divergiam entre si, uma espécie de *ensemble* estético.”⁸

Paulo Francis fazia parte desta Nova Crítica, podendo ser considerado um de seus precursores. Mesmo fazendo crítica de teatro, primeiramente no *Diário Carioca* e depois no *Última Hora*, acreditava que poderia mudar o Brasil. Segundo ele, este clima contagiante tinha começado com JK, um estimulador de esperanças. Mesmo não acreditando em suas propostas, Francis votou em Juscelino. Para ele, não seria possível a emergência de um Glauber Rocha sem que um JK fertilizasse o solo.

“Tínhamos a impressão de que tudo era possível no Brasil daquela época. Hoje me acho ingênuo ao imaginar que, fazendo crítica de teatro a sério, fosse mudar séculos de atraso cultural e econômico, mas sem este tipo de expectativa louca nenhum país ganha identidade e se encontra. [...] Achávamos que podíamos fazer o Brasil. Em 1º de abril de 1964, fomos desabusados dessa pretensão.”⁹

Franz Paulo Heilborn nasceu no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, em 1930. Já Paulo Francis nasceu em 1951 batizado por Paschoal Carlos Magno, diretor do Teatro do Estudante, no qual Francis ingressou. Paschoal dizia que

⁸ MOURA. *Paulo Francis*, p. 47-8.

⁹ FRANCIS. *Uma coletânea de seus melhores textos já publicados*, p. 122-25.

Heilborn seria impronunciável pelo público. Franz Paulo Heilborn aceitou “*porque achava que aquela brincadeira jamais passaria dos limites da casa dele.*”¹⁰

Paschoal exerceu uma ascendência sobre o jovem Francis. Dizia-lhe que era um sonhador e não conhecia nossa realidade. O importante, insistia Paschoal, era plantar uma bandeira numa sociedade miserável como a nossa, não importando que fosse mal executada.

“Me chamou de livresco. Propôs que me tornasse crítico ou professor, afirmando que me daria mal tentando impor de cima para baixo minhas idéias na mediocridade ambiente. Respondi que preferia tentar corrigir o que via e detestava.”¹¹

Francis acreditava que Paschoal era cínico e corrupto, embora admirando sua franqueza. Talvez houvesse um meio-termo entre o cinismo realista e derrotista de Paschoal e as fantasias de Francis.

“Mas o tipo de resistência obtusa, primitiva, irracional, que encontrei em imprensa, teatro e política no Brasil não me deixa dúvida de que o diagnóstico dele, em 1951, se aproximava mais da verdade do que meus desejos, teóricos e não testados. Terminei crítico de teatro.”¹²

Antes de iniciar a carreira como crítico teatral na *Revista da Semana* Paulo Francis passou três anos em Nova Iorque, de 1954 a 1956. Lá, ele fez contatos no meio teatral e assistiu, como ouvinte, a diversas palestras de Eric Bentley sobre Literatura Teatral Comparada. Eric Bentley, inglês de nascimento, era dramaturgo, crítico, tradutor e diretor de teatro. Foi responsável pela introdução de diversos trabalhos de dramaturgos europeus nos Estados Unidos, dentre eles Bertolt Brecht. Francis considerava Bentley não só um dos mais intelectualizados críticos do seu tempo, como também uma espécie de mentor intelectual.

“Ele propunha o que eu queria, um teatro que pensasse, que não fosse apenas de bugios emocionais. Mais honesto do que eu. Deixara a política, ex-marxista, enquanto que política já era minha preocupação suprema, o que eu tentava ocultar dos outros e de *mim mesmo*, procurando conciliar as duas coisas num teatro intelectualizado, em que *idéias* políticas tivessem lugar garantido.”¹³

¹⁰ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 100.

¹¹ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 110.

¹² FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 110-11.

¹³ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 112.

Eric Bentley convidou Paulo Francis para fazer um Mestrado em Teatro na Universidade de Colúmbia. Francis recusou o convite. É provável que esta recusa se deveu ao fato de Paulo Francis não ter se graduado em Filosofia no Rio de Janeiro, curso que ele começou mas não terminou. Isso é um mistério. Ele mesmo não gostava de falar muito sobre o assunto quando questionado sobre sua formação acadêmica. Quando entrevistado falava sempre dessa recusa, mas não explicava o motivo. No verbete *Francis*, escrito por ele mesmo para a enciclopédia Delta Larousse brasileira, ele informa **ter feito** curso de especialização teatral na Universidade de Columbia, mas não faz qualquer menção à sua formação acadêmica. Nas suas memórias ele também menciona mais uma oportunidade, também recusada, de pós-graduação, desta vez um doutorado.

“Foi-me oferecido um Ph.D na Universidade Estadual de Indiana, com base num ensaio de 300 páginas sobre a revolução soviética e guerra fria, que produzi para sócios americanos. [...] Bastaria que eu residisse seis meses no *campus*, anotasse fontes e defendesse tese. Nos EUA se permite o salto de quem não tem sequer mestrado ou bacharelado regular, a doutor em filosofia. [...] Agradei e dispensei. O tédio e desrespeito pela academia são constantes na minha vida. [...] As maiores influências no que escrevo, Shaw em jornalismo, e Joyce em literatura, foram autodidatas.”¹⁴

Paulo Francis estava em busca da legitimação que a Universidade dá ao intelectual. Mesmo se vendo e sendo visto como intelectual, faltava-lhe o reconhecimento da academia. Outro caminho que percorreu em busca de reconhecimento foi a literatura. Escreveu três romances, *Cabeça de Papel* (1977), *Cabeça de Negro* (1979), *Filhas do Segundo Sexo* (1982), que não obtiveram, aparentemente, o resultado esperado.

Retornou ao Brasil em 1957 fascinado por Elia Kazan e disposto a criar uma escola de interpretação nos moldes do Actors Studio norte-americano. Paulo Francis havia assistido à estréia de Marlon Brando, sob a direção de Kazan, na Broadway. *Um bonde chamado desejo* (A Streetcar Named Desire), de Tennessee Williams’, estreou em 1947, e ficou dois anos em cartaz. Elia Kazan havia criado uma nova visão de ator no *Actors Studio*. É esse Francis com sotaque norte-americano que vai aparecer nas páginas do *Diário Carioca* e da *Revista da Semana*. Estava nascendo o Paulo Francis crítico.

¹⁴ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 53.

Paulo Francis foi crítico de teatro da *Revista da Semana* (1956-1957), do *Diário Carioca* (1959-1962), do *Última Hora* (1959-1962), da revista *Senhor* (1958-1962); crítico de cinema no *Jornal do cinema*, em 1956, e do *Jornal do Brasil*, em 1957. No *JB* ele também escreveu no *Suplemento Literário* durante os anos de 1960 e 1961. Foi ainda articulista e editor do Quarto Caderno do *Correio da Manhã*. No *Última Hora* ele foi editorialista e colunista político entre 1961 e 1964.

Antes de estreiar como crítico na *Revista da Semana*, Francis escreveu para o segundo caderno do *Correio da Manhã*, em 1954, alguns artigos não assinados. Ele conseguiu sua coluna na *Revista* ao se apresentar a Hélio Fernandes, que era diretor da revista e responsável por dois terços do que era publicado. Hélio o contratou na hora porque já ouvira recomendações de Francis por intermédio de Millôr Fernandes, seu irmão. No *Diário Carioca*, Paulo Francis começou a assinar sua coluna em junho de 1957.

Desde o início de sua carreira como crítico, Francis não escolhia o caminho da teoria. Deixava claro que considerava o saber acadêmico como “mofado e estéril”. Demonstrava que fazia uma rigorosa leitura de livros, peças e espetáculos que discutia e comentava em suas colunas. Seu tom é sempre jornalístico, com um estilo coloquial e virulento. Acreditava que tanto os atores e diretores quanto os críticos de teatro deveriam ter uma responsabilidade cultural. O teatro seria um lugar privilegiado para os grandes debates da humanidade e não um simples lugar de entretenimento. Via o teatro como um bem cultural da sociedade e não como indústria cultural.¹⁵

Para Francis, o país era novo e não faltavam talentos. O problema era “fazer bem” Jorge Andrade, Callado, Millôr Fernandes, e quando aprendêssemos a “fazer ‘*nós mesmos*’, permitindo, simultaneamente, que esses autores se desenvolvam ao máximo de capacidade, por tentativa e erro, então poderemos tentar a expressão de culturas superiores à nossa”.¹⁶ Ou seja, esses autores nacionais só poderiam evoluir vendo suas obras no palco. “O dramaturgo, o ponto mais alto na escala de valores cênicos, não pode isolar-se. Precisa ser representado, pois, caso contrário, perde

¹⁵ MOURA. *Paulo Francis*, p. 62.

¹⁶ FRANCIS. *Uma Proposta Modesta I*. *Diário Carioca*. RJ, 4.04.58. O título do artigo é o mesmo de um livro de Jonathan Swift, o autor de *Viagens de Gulliver*. *A Modest Proposal*, de 1729, é uma das diversas sátiras de Swift. Francis parece querer se comparar a Swift, ao explicar a origem do título da coluna: “Não se deixem iludir pelo título, que é de Swift; nada tem de modesto, como sabem os que conhecem a obra. E Swift alia paixão à lógica, consegue uma síntese desagradável para muitos, mas

sua razão de ser.”¹⁷ Aprender a “fazer ‘nós mesmos’” significava que o ator brasileiro deveria ser brasileiro em cena,

“é compreendendo, aceitando, recusando, incorporando em nossa personalidade, através de sensações, emoções e intelecto, tudo que nos afeta diretamente, sem noções apriorísticas e imutáveis de valores, que nos tornamos criaturas humanas. [...] E é somente no dia que percebermos a nossa puerilidade em toda sua extensão que nos livraremos dela.”¹⁸

Para ele, o fato de termos nascido em um país novo nos dava um “*sentimento de inferioridade cultural*”, que nos afligia a todos, em gradação diferente.

“O público está sempre à espera de ser guiado. Segue na direção que lhe indicam. É muito mais fácil ao empresário mantê-lo em estado de perene infantilidade. Dá menos trabalho e vende mais. Pois o freguês de tolice, o ser humano irregenerado diante da vida, estará sempre em maioria sem platéia.”¹⁹

Os americanos eram sempre citados como exemplo a ser seguido. Francis acreditava que eles representavam um modelo cultural mais avançado que o nosso. Autores como Walt Whitman e Mark Twain haviam criado um “estilo americano” em literatura, no século XIX. Esse “estilo” teria se concretizado com O’Neill, Hemingway e Faulkner, no século XX. Com O’Neill (1888-1953), o teatro americano adquire, pela primeira vez, características próprias. Antes dele “*existia apenas a indústria teatral da Broadway, empregando os efeitos mais antigos do falso romantismo e do pós-romantismo*”²⁰. Ele explora a vida dos americanos “*outlaws*”, como os marujos, negros e prostitutas. William Faulkner (1897-1962) e Ernest Hemingway (1898-1961) contribuíram muito para a literatura americana com a sua maneira única e nova de escrever. As novelas de Faulkner contêm frases longas, complicadas, altamente descritivas enquanto Hemingway escreve de um jeito simples, comum e direto. Seus estilos inconfundíveis e de grande criatividade ajudaram a dar forma a literatura americana e abriram o caminho para novas idéias.

Segundo Francis, O’Neill, Hemingway e Faulkner, embora menos sofisticados do que os autores europeus, mostravam ainda um “primitivismo cultural

nem por isso refutável com facilidade.” Francis vai dar o mesmo título ao capítulo VII do livro *O Brasil no mundo*.

¹⁷ FRANCIS. *Uma Proposta Modesta 3*. Diário Carioca. RJ, 8.04.58.

¹⁸ FRANCIS. *Uma Proposta Modesta 3*. Diário Carioca. RJ, 8.04.58.

¹⁹ FRANCIS. *A defesa do público*. Diário Carioca. RJ, 18.04.58.

²⁰ CARPEAUX. *História da Literatura Ocidental*, p. 3143-44.

e social” e tinham como vantagem ter um “estilo americano”. Era disso que precisávamos.

“No Brasil, tivemos uma revolução modernista em 1922, e, desde então, não progredimos. Ao menos, não surgiu um movimento comparável nas gerações subsequentes.”²¹

E, aos poucos, vai mostrando claramente tanto a distância que separava o intelectual do “povo” quanto a distância entre nossa cultura e a dos outros.

“Ao povo, ainda primitivo em muitos respeitos e desligado de correntes culturais já realizadas. [...] Chegam às mãos de diretores estrangeiros, com diploma, experiência intelectual e ‘física’ de culturas mais avançadas que a nossa.”²²

Enfim, Paulo Francis acreditava que o povo precisava ser “educado” para digerir peças de Tchecov, Strindberg e Ibsen. Para George Moura, Francis tinha um gosto eclético, sempre tratando a dramaturgia estrangeira como um referencial e um desafio para os que faziam teatro no Brasil, em especial os autores.²³ Mas Paulo Francis ia além disso. Ele via os Estados Unidos (*culturas superiores à nossa*) como um modelo a ser perseguido, uma cultura que devia ser tomada como parâmetro.

“Os americanos, um povo novo como o nosso, livraram-se do capachismo em que viviam diante dos europeus com a literatura do século XX.”²⁴

Isso porquê os Estados Unidos eram modernos. Lá a modernidade se realizara plenamente. Eles haviam suplantado a própria Europa, da qual se originavam.

“O específico à América, a experiência que lhe seria irredutível ‘por uma circunstância natural’, porque se originou como sociedade de uma revolução democrática ‘sem ter passado pela própria revolução’, consistiria no seu ingresso no moderno – a igualdade – sem perda da liberdade. Não é a igualdade, então, o que singulariza a solução americana do moderno, mas a liberdade, com seus costumes, leis e instituições.”²⁵

²¹ FRANCIS. *Uma Proposta Modesta 3*. Diário Carioca. RJ, 8.04.58.

²² FRANCIS. *Uma Proposta Modesta 1 e 2*. Diário Carioca. RJ, 04 e 06.04.58.

²³ MOURA. *Paulo Francis*, p. 108.

²⁴ FRANCIS. *Uma Proposta Modesta 3*. Diário Carioca. RJ, 8.04.58.

²⁵ VIANNA. *A revolução passiva*, p. 92-93.

Nós, por sermos americanos e ex-colonos, poderíamos também nos tornar modernos se seguíssemos um modelo bem sucedido de modernidade.

“Os Estados Unidos como caso exemplar do desenvolvimento do racionalismo moderno, como primeira sociedade democrática moderna e/ou como sociedade histórica de maior êxito no mundo capitalista, são diferentes perspectivas que apontam na mesma direção: a importância, a necessidade de aprofundar nosso conhecimento sobre esse ‘outro’.”²⁶

Quanto à intelectualidade nacional, ele não é nem um pouco otimista. Mas, com certeza, ele não estava se incluindo nesta crítica. Em 1958, ele faz uma crítica sobre a cooptação dos intelectuais pelo Estado que seria repetida, vinte anos mais tarde, por Sérgio Miceli.

“Em todas as sociedades [nas quais] existe uma comunidade intelectual, o primeiro ato de seus membros, quase o ato de admissão séria, por assim dizer, é de revolta contra as convenções, contra tudo que signifique estagnação. No Brasil, sucede precisamente o inverso. O primeiro ato do intelectual é lisonjear os poderosos, a fim de conseguir uma sinecura. E para com seus pares, sua atitude é de elogio mútuo: a formação de ‘panelinhas’, de DIPs literários, onde os donos do mercado trocam elogios.”²⁷

Indo contra a linha geral da crítica, Paulo Francis optava por discutir os textos em vez dos espetáculos. Achava que era necessário fazer “*o exame do teatro como instrumento de cultura, no sentido hegeliano do termo*”, mesmo “*que imperfeitamente, com a pressa e superficialidade inevitáveis em trabalho de imprensa.*”²⁸

Considerava que a evolução do teatro no Brasil, principiada pelos Comediantes, em 1938, e concretizada, até certo ponto, pelo TBC e congêneres, teria ficado restrita à inovação de processos cênicos, não obedecendo a uma programação com base em realidades brasileiras. Sempre preocupado com a realidade brasileira e com a relação entre cultura e política, ele, em abril de 1963 [no *Diário Carioca*], discutia sobre a possível proibição de uma peça de Brecht, considerado por ele como única novidade teatral no século XX. A proibição era em virtude de Brecht ser comunista. A coluna chama-se, curiosamente, “Qual é o golpe?”.

²⁶ OLIVEIRA. *Americanos*, p. 44.

²⁷ FRANCIS. *Uma Proposta Modesta 3*. *Diário Carioca*. RJ, 8.04.58.

²⁸ FRANCIS. *Miller e Debates e Cursos*. *Diário Carioca*. RJ, 12.04.57.

“Qual é o golpe? Esta é a saudação bastante comum entre os jornalistas brasileiros, referindo-se à constante intriga que cerca o poder no Brasil. Para Brecht, o golpe era um só: a exploração do homem pelo homem via o controle dos meios de produção.”²⁹

Francis defendia freqüentemente o teatro nacional, acreditando que só teríamos um teatro moderno quando tivéssemos os autores nacionais em plena atividade. “*A geração de teatro que se inicia presentemente [1958] não possui ainda quem a expresse no palco*”, por isso precisávamos ainda de um modelo ou de uma referência estrangeira. O dramaturgo estrangeiro serviria como ponto de referência cultural e exemplo pedagógico.

“Toda geração precisa expressar-se, como em todos os países onde o teatro é instrumento de cultura. [...] Nossos diletantes ignoram este fato. [...] Não compreende[m] que universalidade em arte é produto de profunda nacionalidade, de profunda individualidade.”³⁰

Por isso Francis também defendia os diretores estrangeiros que trabalhavam no Brasil, que contribuíam, segundo ele, de forma radical na formação de nossos diretores.

Um de seus bordões preferidos era sobre a responsabilidade do Estado no incentivo à cultura e às artes, defendendo sempre a criação de uma Política Cultural que incluísse também as companhias e associações de críticos. A sua sugestão da criação de uma escola de teatro nos moldes do Actors Studio só seria viável se a escola fosse estatal.

Numa de suas últimas colunas no *Diário Carioca*, Paulo Francis mostrava todo o valor que dava à arte, fazendo ao mesmo tempo uma reflexão sobre o fazer história:

“Uma sociedade, para ser saudável, exige uma arte livre, ainda que esta arte se oponha à opinião da maioria. Não abduco desta opinião. Considero o artista o único historiador realmente válido da humanidade, pois reflete seu inconsciente, não se dobra a sistemas de pensamentos como os historiadores profissionais.”³¹

Portanto, o artista, por ser livre para criar, conseguiria expressar em sua obra algo mais próximo do real, captar inconscientemente todas as possibilidades de

²⁹ MOURA. *Paulo Francis*, p. 109.

³⁰ FRANCIS. *Uma Proposta Modesta 3*. *Diário Carioca*. RJ, 8.04.58.

³¹ FRANCIS. *Política e Liberdade*. *Diário Carioca*. RJ, 20.03.63.

interpretação do real, o que não estaria ao alcance do “historiador profissional”, sempre filiado a ideologias, especialmente naquele momento em que o mundo se dividia entre direita e esquerda.

A mudança do Paulo Francis crítico de teatro para o Paulo Francis colunista político coincidiu com a troca do *Diário Carioca* pelo *Última Hora*. O *Diário*, apesar de ser um jornal moderno e com bom jornalistas, tinha um problema sério de caixa. Os salários costumavam atrasar meses. Paulo Francis já estava há seis meses sem receber quando resolveu recorrer a sua amiga Regina Roseburgo. Ela era amiga também de Samuel Wainer, que logo o contratou como colunista de televisão e teatro. Como a TV ainda estava em seu início e não oferecia muitas opções de críticas, Francis passou a comentar os programas políticos que, segundo ele, “*eram a única coisa que se podia ver e gerava algum assunto*”. Numa dessas colunas, ele atacou Carlos Lacerda, principal alvo do *Última Hora*, e caiu nas graças dos editores do jornal, que o convidaram então a mudar de caderno, indo parar na página três do caderno principal, assinando a coluna *Paulo Francis informa e comenta*. Ele explica os métodos que usou na nova atividade.

“Usei métodos para criticar políticos como fazia com atores, mas eu também comentava sobre muitas outras coisas na coluna [...] Eu saí do teatro porque tinha a necessidade de um palco maior, essa é que é a verdade.”³²

É interessante pensar na validade, ou na eficácia de se usar os mesmos métodos aplicados a uma das esferas de valor, no caso, a arte, para o subsistema político. Pois a perspectiva subjetiva estaria relacionada ao “mundo vivido”, e a perspectiva objetiva estaria ligada ao sistema. Isto se considerarmos que os *processos de modernização* enfatizam os processos de racionalização ocorridos nos subsistemas econômico e político, enquanto a modernidade cultural refere-se à autonomização no interior do mundo vivido das chamadas *esferas de valor*, a moral, a ciência e a arte.³³

Esse desejo de “um palco maior” mostrava a sintonia de Francis com o que estava acontecendo no país no momento. Entre 59 e 61, grande parte dos brasileiros estava envolvendo-se no processo político e social. A política estava deixando de ser privilégio do governo e do Parlamento. Aparentemente, o país inteiro envolvia-se com a política. Foi um período de conflito aberto nas sociedades civil e política, bem

³² MOURA. *Paulo Francis*, p. 40.

³³ FREITAG. *Habermas e a filosofia da modernidade*, p. 23-26.

como de crise institucional, com a atividade pública deixando de ser privilégio do governo ou dos partidos, para ser exercida pela sociedade.

“A pressão aumentava e muitos de nós percebemos que o poder político precedia a liberdade cultural. Até hoje me fascina a rapidez com que passei de crítico de teatro e cultura, em geral, a colunista político diário, *engagé* e *enragé*. Mas como reagir em face do abominável Jânio Quadros, espocando clichês de moralidade de quitanda e artifícios de pai-de-santo? [...] Sentíamos no ar a guilhotina, havendo ainda alguma dúvida ingênua, em retrospecto, sobre que cabeças rolariam.”³⁴

Nesse período, as classes subordinadas começaram a emergir politicamente, ganhando espaços na arena política, manifestando-se e lutando por seus interesses: é a entrada em cena do povo como protagonista político, a emergência das massas populares.³⁵

“O país vibrava e as suas opções diante da história mundial eram pão diário para o leitor dos principais jornais. [...] O vento pré-revolucionário descompartmentava a consciência nacional e enchia os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização de empresas americanas etc. [...] O jornalismo político dava um extraordinário salto nas grandes cidades, bem como o humorismo. [...] O país estava irreconhecivelmente inteligente.”³⁶

Pois foi um intelectual inexperiente politicamente, que até então tinha como única participação política a assinatura do Manifesto dos Intelectuais contra a tentativa de impedir a posse de Goulart, que passou a assinar uma coluna política em um dos jornais mais importantes do período. Paulo Francis se tornaria, então, um dos dois principais colunistas do jornal *Última Hora*, ao lado de Adagisa Nery, que também mantinha uma coluna diária.

“Eu não tinha experiência prática alguma. [...] O que haveria na chinfrim política nacional que eu não pudesse entender, analisar e julgar? Muita coisa, entre as quais que a vida é muito diferente de livros, e que o Brasil permanecia, para mim, criatura da Zona Sul do Rio, um miniparaíso então, mas que tinha a ver com o resto do país menos do que Nova York.”³⁷

³⁴ FRANCIS. *Uma coletânea de seus melhores textos já publicados*, p. 14.

³⁵ Sobre este tema ver WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*; STARLING, Heloísa. *Os senhores das gerais*; DELGADO, Lucília. *Trabalhadores na Crise do Populismo*; PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*.

³⁶ SCHWARZ. *Cultura e Política*, p.64-69.

³⁷ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 72-74.

No *Última Hora*, Francis iria conhecer o gosto do sucesso, e seria cada vez mais irreverente, e agressivo, demonstrando pouco respeito pelo seus fãs:

“Sucesso. Não levei muito tempo para perceber que meus fãs, na sua maioria, eram como focas amestradas. A certos comandos faziam sempre a mesma coisa, batiam umas nas outras as barbatanas. A qualquer gesto espontâneo ficavam perplexos. Em parte, eu tinha prazer em satirizar gente que no resto da imprensa era tratada com reverência. Um dos prazeres do jornalismo independente é ser dissonante do barulho infernal que a horda de rinocerontes faz.”³⁸

Ao conhecermos a história do jornal *Última Hora*, podemos perceber que a escolha de Francis pelo jornal não foi obra de mero acaso. Ele tinha sensibilidade suficiente para intuir que ali havia futuro para o rumo que sua carreira jornalística estava tomando. O jornal *Última Hora*, fundado por Samuel Wainer em 1951, era um vespertino que introduziu diversas inovações na imprensa brasileira, usando para isso vultosos e rápidos créditos concedidos por Getúlio Vargas, ou a pedido deste. A criação do jornal, além de ser a realização de um sonho pessoal do jornalista Samuel Wainer, era uma estratégia para quebrar a conspiração de silêncio que a grande imprensa fazia em torno do nome de Getúlio Vargas. Segundo Villas-Boas Corrêa, o *Última Hora* surgiu revolucionando a imprensa. Desde a qualidade do jornal, da criatividade nas cores, das novidades das seções, até a revolução dos salários. Os jornalistas do *Última Hora* ganhavam cinco, seis, oito, dez vezes mais do que os jornalistas dos outros jornais.

“Isso abalou profundamente o mercado de trabalho. E apareceu aquele “judeuzinho petulante”, competente, esperto, que envolveu o presidente da República a partir da intimidade que ele conquistou sendo o grande repórter que havia coberto a campanha de Getúlio.”³⁹

Para competir com o *Última Hora*, os outros jornais buscaram modernizar seus equipamentos, sua aparência, procuraram profissionais melhor qualificados e buscaram novas técnicas promocionais e novas faixas de cobertura.

O *Última Hora* era uma estranha combinação, recendendo simultaneamente

“a velhos pasquins do século XIX (jornais de causa) e um tipo de jornalismo inovador no Brasil, que antecipava elementos, tanto na mensagem como em sua

³⁸ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 72-74.

³⁹ CORRÊA. *Entrevista*, p. 82-83.

organização empresarial, que se tornariam dominantes bem mais tarde, na fase da indústria cultural.”⁴⁰

Ainda hoje, ao ler o *Última Hora* sente-se um impacto. O jornal causa forte impressão pelo seu visual, pela forma vibrante, pela dinamicidade, pela alegria. Ao lado de notícias da vida cotidiana, crimes, futebol e também notícias políticas, curtas e acompanhadas invariavelmente de fotos grandes, com ângulos diferentes e dando a impressão de grande movimento, o jornal trazia colunas sobre a vida sindical, sobre trabalhadores, sobre militares, sobre teatro, literárias e colunas políticas, indo desde Adalgiza Nery, passando por Paulo Francis, Ib Teixeira, Paulo Silveira, até Ignácio Rangel e Guerreiro Ramos.

“O *Última Hora* valeu-se de expedientes de sedução do público já conhecidos (caricatura, folhetim, etc.) mas inovou na apresentação da mensagem. Introduziu, em todo o jornal, uma diagramação moderna que valorizava a notícia através de jogos de espaços e fotos.”⁴¹

O *Última Hora* chegou a possuir, durante o ano de 1961, 1500 funcionários, chegando a uma tiragem de 350.000 exemplares diários. Nesse total contavam-se as edições simultâneas, rodadas em várias partes do Brasil, formando o que Wainer chamava de “Rede Nacional de *Última Hora*”. Eram feitas dez edições diárias do jornal, cobrindo sete estados: Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa cadeia foi formalmente organizada em 1961 quando, além das edições carioca [1951] e paulista [1952], surgiu uma edição nacional, impressa no Rio e complementada em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos, Bauru e na Região do ABC paulista.

A motivação inicial para a formação da Rede Nacional do *Última Hora* teve por trás um claro interesse político eleitoral. A idéia inicial de Wainer era apenas para o jornal carioca. O *Última Hora* paulista, ainda segundo Samuel Wainer, foi criado para “ajudar o governo Getúlio”. Os outros “irmãos” vieram “estimulados por candidatos interessados na existência de um meio de comunicação que os auxiliasse nas disputas regionais”. Wainer procurou manter a mesma linha editorial em todos

⁴⁰ GOLDENSTEIN. *Do jornalismo político...*, p.43. SODRÉ. *História da imprensa...*, p.395-99.

⁴¹ CAPELATO. *Imprensa e História do Brasil*, p. 16.

eles.⁴² Porém, os diretores tinham liberdade de movimentar-se com desembaraço, costurando alianças políticas ou fazendo acertos que julgassem convenientes, desde que não ferissem os princípios do jornal. Wainer montou um esquema que tinha como centro o Rio de Janeiro. As redações regionais tinham repórteres, fotógrafos, colunistas, diretores, mas todo o material era remetido para o Rio de Janeiro, onde, então, eram montadas as diferentes edições regionais. Três ou quatro páginas eram reservadas para o noticiário e o colunismo regional, além da publicidade, também local. A primeira página abria espaço para algumas manchetes regionais. Assim, segundo Wainer, “os leitores de cada Estado tinham a nítida sensação de que toda a edição fora feita visando a seu universo de interesses”.⁴³

Durante o período eleitoral, o *Última Hora* no mínimo triplicava sua circulação, conseguindo influenciar boa parte do eleitorado ao se transformar em um panfleto de boa qualidade.⁴⁴

Pode-se dizer que o *Última Hora* representava a materialização de todo o “caldo” cultural que o país vivia no começo daqueles anos 60. E que país era aquele, no qual Nelson Rodrigues, que também assinava no *Última Hora* a deliciosa e famosa coluna *A vida como ela é ...*, tinha de “trepar numa mesa e anunciar gloriosamente: – ‘Sou o único reacionário do Brasil!’ ”? Era um país onde não havia, segundo Nelson, nem direita nem centro: “só há esquerda neste país” (e foi por estas e outras que Nelson acabou saindo do *Última Hora*, em setembro de 1961, jornal no qual trabalhara por dez anos, desde o seu lançamento). Não se pode considerar como meramente casual a saída de Nelson Rodrigues (o *reacionário*) do *Última Hora*, quase ao mesmo tempo (um mês depois) em que Paulo Francis deixa a coluna de teatro para o colunismo político. É interessante notar que até Nelson Rodrigues começava a se enveredar pelo colunismo político, começando a escrever no semanário *Brasil em Marcha*. Em *O Beijo no Asfalto*, peça lançada em 07 de julho de 1961, Nelson Rodrigues fala, pela boca de um dos seus personagens, o que seria provavelmente sua opinião sobre o jornal no qual trabalhava: E “o senhor que defendia tanto o Samuel Wainer! E como é que um jornal publica tanta mentira!”⁴⁵.

⁴² WAINER. *Minha razão de viver*, p. 230-33.

⁴³ WAINER. *Minha razão de viver*, p. 230-33.

⁴⁴ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 56.

⁴⁵ CASTRO. *O anjo pornográfico*, p. 316-21 e RODRIGUES, Nelson. O beijo no asfalto, in: *Nelson Rodrigues – Teatro Completo – Tragédias cariocas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 119.

Samuel Wainer, proprietário do jornal *Última Hora*, afirmava que seus colunistas políticos tinham independência para escrever. Seu conceito de “independência” era o seguinte: seus colunistas tinham liberdade para escrever o que quisessem. Wainer nunca pediu que os colunistas escrevessem isto ou aquilo, mas eles não tinham liberdade de escrever algo que fosse contra o próprio jornal, ou contra os interesses do *Última Hora*. Isto ficou bem claro quando Nelson Rodrigues, que trabalhava no *Última Hora* desde sua criação, foi demitido por ter feito críticas públicas ao próprio jornal e à sua equipe.

“Costumava dizer-lhes que não teriam liberdade para escrever; liberdade era algo que só o dono do jornal poderia ter. O que eu lhes assegurava era independência. Explicava-lhes que jamais seriam obrigados a escrever alguma coisa que contrariasse seus pontos de vista, mesmo em artigos ou reportagens não assinados. Em jornalismo, independência é isso. Mas eu não poderia permitir-lhes que escrevessem algo que afetasse os interesses da empresa; essa espécie de liberdade eles não teriam. Quase todos os colunistas aprovavam e assimilavam tais critérios. Mesmo Paulo Francis costumava observar estes limites. Quando os ultrapassava, ferindo os interesses da empresa, brigávamos. Mas a reconciliação nunca demorava muito”.⁴⁶

Além do problema com Nelson Rodrigues, houve mais três episódios significativos envolvendo colunistas do *Última Hora*. Em cada um deles, Wainer agiu de maneira diferente, mostrando claramente que ali havia dois pesos e duas medidas, com o resultado final dependendo da importância do envolvido e dos seus “padrinhos”. Os casos foram com Paulo Francis, Adalgisa Nery e Arapuã.

O caso de Paulo Francis começou quando ele aderiu, pelo menos nominalmente, à pregação de Leonel Brizola, que andava empenhado na criação dos “grupos dos onze”. Esse movimento comandado por Brizola pretendia assumir a vanguarda das forças populares quando chegasse o momento do confronto entre a esquerda e a direita. No final de 1963, Brizola estava totalmente dedicado a movimentos extraparlamentares como a Frente de Mobilização Popular (FMP) e os ‘grupos dos onze’. Acreditava que este seria o melhor meio de se realizar as Reformas de Base. A finalidade dos ‘grupos dos onze’, conforme uma brochura de onze páginas divulgada por Brizola, era organizar ‘grupos de onze companheiros’, para implementar a reforma agrária e libertar o Brasil da espoliação internacional.

⁴⁶ WAINER. *Minha razão de viver*, p. 244-46.

“O ‘grupo dos onze’ foi uma tentativa desesperada de desenvolver a organização popular para a resistência ao golpe. Embora tenha sido uma iniciativa só posta em prática poucos meses antes do golpe, atingiu um nível bem razoável de organização: tínhamos, em todo o país, 24 mil ‘grupos dos onze’[...] Eram o que se poderia chamar de clubes de resistência democrática, ou de comunidades de defesa da democracia.”⁴⁷

Quando Wainer leu nas páginas do *Última Hora*, na própria coluna *Paulo Francis informa e comenta*, que Francis havia aderido ao movimento e que também defendia Brizola, perdeu a paciência e resolveu chamar a atenção de Francis. Wainer ficou imaginando “*que afinidade poderia haver entre aquele refinado intelectual e o populismo brizolista?*”⁴⁸ Na verdade, Samuel Wainer, que era amigo íntimo de Jango, se indignou mais pelo fato de Brizola ser considerado inimigo político de Jango. Brizola e Jango desejavam a mesma coisa: alterar o artigo da Constituição que impedia suas candidaturas a presidência. A constituição vetava a reeleição do presidente e Brizola não podia candidatar-se por ser cunhado de Jango. Este seria o motivo mais nobre de Wainer para demitir Francis. O outro motivo era o fato de Brizola ter insultado publicamente Wainer várias vezes. Nem Francis, nem nenhum dos outros colunistas do jornal saíram em defesa do ofendido.

Wainer, então, chamou Francis para conversar e disse que achava “*um absurdo um colunista tão identificado com a Última Hora defender posições daquele gênero*”.⁴⁹ Francis não gostou do puxão de orelha e, no dia seguinte, escreveu outro artigo em favor de Brizola e dos ‘grupos dos onze’. Wainer demitiu-o imediatamente. Mas a demissão não durou muito tempo. Poucas horas depois, provavelmente devido a injunções do próprio Francis, Wainer recebeu diversos pedidos para revogar sua decisão. Os pedidos vieram de amigos comuns a Francis e Wainer.⁵⁰

Na sua versão sobre o episódio, Francis diz que Wainer queria mudar sua coluna da página 3 do caderno principal para uma página interna, onde ela tivesse menos destaque. Então, pediu demissão. Afirma ainda que Samuel Wainer não conseguiu nenhum jornalista de esquerda para substituí-lo, pois todos ficaram solidários com ele Francis. Teria voltado atrás a conselho de um amigo.

⁴⁷ MORAES. *A esquerda e o Golpe de 64*, p. 353.

⁴⁸ WAINER. *Minha razão de viver*, p. 245-46.

⁴⁹ WAINER. *Minha razão de viver*, p. 245-46.

⁵⁰ WAINER. *Minha razão de viver*, p. 245-46.

“Samuel aceitou minha volta, mas disse que me respeitava menos como jornalista, porque eu me revelava ‘quadro’ de Brizola. Bobagem. Foi por vaidade que pedi demissão e por vaidade que mudei de idéia. O desejo de aparecer. Ou de participar, se querem. Minha disputa com Samuel logo se tornou acadêmica, pois estávamos em meados de março de 1964.”⁵¹

Já nos casos de Adalgisa e Arapuã, a pressão pela demissão veio de fora do jornal. Adalgisa assinava a coluna *Retrato sem retoque*, que logo se transformou em um sucesso. Nas suas colunas diárias, Adalgisa atacava duramente todo mundo, não poupando praticamente ninguém. Segundo Wainer, Adalgisa lhe causou diversos problemas, mas ele sempre optou por mantê-la no jornal. A maior pressão para demiti-la veio do Ministro da Guerra do governo Jânio Quadros. Wainer foi chamado a Brasília e lá se encontrou com os generais Odílio Denys, Ministro da Guerra, e Orlando Geisel. Mantiveram o seguinte diálogo:

– Orlando, traga o dossiê daquela marafona – ordenou o general Odílio. Geisel voltou minutos depois com um pasta contendo artigos de Adalgisa, todos recheados de anotações à margem. Os textos tratavam os militares com extrema agressividade.
 – Wainer, você é nosso amigo, sempre teve ligações com o Exército... – começou Denys.
 Confirmei.
 – Pois então, continue conosco e você não correrá risco algum – sugeriu. Ponderei que não tinha a menor intenção de indispor-me com o Exército.
 – Então, você precisa mandar essa mulher embora do jornal. Expliquei-lhe que não podia fazer isso; a coluna de Adalgisa, popularíssima, era importante para a *Última Hora*.
 – Pense bem, Wainer – aconselhou o general. – Seria um gesto fundamental.”⁵²

Isto aconteceu em 1961. Mesmo não tendo demitido Adalgisa Nery, Wainer mostrava que estava propenso a aceitar injunções políticas para manter o jornal sempre funcionando. É provável que esse caso, como também o descrito logo a seguir, envolvendo o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), estejam relacionados com o projeto inicial da criação do *Última Hora*. Ao lançar o jornal, Wainer construiu uma estrutura empresarial bastante avançada para a época. Ele não queria depender dos azares da política. Pretendia garantir a sobrevivência do jornal como um empreendimento empresarial. Porém, manteve o controle acionário do jornal, o que o ajudou em “*momentos políticos muito graves, como o suicídio de Getúlio, o da queda de Jango, e outros acontecimentos*”, que o obrigaram a

⁵¹ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 45.

⁵² WAINER. *Minha razão de viver*, p. 247-48.

“contrariar, muitas vezes, a posição de outros companheiros, acionistas ou não, ao ser tomada uma decisão que era vital”.⁵³

Wainer queria um jornal que fosse, simultaneamente, uma empresa capaz de sustentar os diários e a ele mesmo e que tivesse uma mensagem política populista. Ainda que isso o obrigasse a sacrificar alguns princípios, o que ele aparentemente não tinha. Ele era um empresário ambicioso, e o apoio a Getúlio Vargas e a João Goulart era muito mais circunstancial do que um princípio. Apesar das afirmações do próprio Wainer de que era amigo íntimo de Jango, o que Paulo Francis também confirma⁵⁴, o que vai revelando-se é que ele era um homem pragmático. Recentemente, em reportagem do jornal *Folha de São Paulo*⁵⁵, o ex-embaixador dos EUA no Brasil à época do golpe de 64, Lincoln Gordon, revelou que Samuel Wainer lhe passava informações a respeito do “estado de espírito do presidente até poucos meses antes do golpe”.

“Cerca de três meses antes do golpe, Samuel Wainer me telefonou na embaixada dizendo ter tido um encontro muito interessante com Jango e pedindo para me encontrar. Wainer relatou que o presidente estava muito nervoso, andando de um lado para o outro, como um tigre num cativeiro, e dando socos em cima de uma mesa. Ele dizia estar pressionado e ter três opções: ficar como um presidente fraco, renunciar ou tomar uma decisão extrema. Fiquei com a impressão de que ele tentaria algo como um golpe feito o de Getúlio em 1937.”⁵⁶

Não se pode descartar também a hipótese de Samuel Wainer ter ido ao embaixador dos Estados Unidos a pedido do próprio Jango, a fim de “investigar” a situação do lado de lá.⁵⁷

Outro acontecimento interessante, que não teve ainda uma explicação satisfatória, foi a demissão do jornalista Arapuã em agosto de 1962. Arapuã, um colunista amplamente lido do *Última Hora*, mantinha uma seção na qual havia freqüentes críticas humorísticas à diretriz política dos Estados Unidos. O colunista, que foi intimado por Wainer a suprimir as críticas, acabou preferindo abandonar o

⁵³ Samuel Wainer apud GOLDENSTEIN. *Do jornalismo político à indústria cultural*, p. 48.

⁵⁴ “Samuel Wainer, que era homem de Jango, que reclamava de mim com Samuel.” FRANCIS. *Trenta anos esta noite*, p. 45.

⁵⁵ *Folha de São Paulo*, sábado, 05.05.2001, p. E-8.

⁵⁶ Lincoln Gordon em entrevista à *Folha de São Paulo*, sábado, 05.05.2001, p. E-8.

⁵⁷ Sobre Wainer, além do seu depoimento publicado em *Minha razão de viver – memórias de um repórter*, existem mais os seguintes trabalhos: *A Última Hora de Samuel, nos tempos de Wainer*, coletânea de artigos organizada por Anderson Campos; *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*,

jornal. Segundo Werneck Sodré, a carta que o colunista Arapuã divulgou ao se demitir do jornal é uma “*triste característica do controle estrangeiro sobre a imprensa brasileira, documento que constitui o epitáfio de uma época*”.⁵⁸

“Aos companheiros de U H — nesta data deixo o jornal. Sempre disse que não escreveria sem o mínimo de liberdade [...] O cerco do poder econômico, porém, cada vez se torna mais implacável. [...] Se minha saída servir para qualquer idéia de luta, que não seja contra o jornal — afinal de contas o último que ainda noticia uma greve ou dá cobertura a uma reivindicação operária. A luta é contra o IPES, a canalha do poder econômico e, justamente por isso, saio — para poder manter minha cabeça erguida.”⁵⁹

Esse fato aconteceu em agosto de 1962, isto é, no mesmo ano em que o IBAD promoveu uma forte campanha junto aos anunciantes para que evitassem o *Última Hora* (a ABA – Associação Brasileira de Anunciantes estava ligada ao IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). O deputado Eloy Dutra acusou o IBAD de ser responsável pela “*organização de boicotes comerciais, mediante terror político contra a imprensa que não quis dar guarida a suas teses ou defender a sua linha*”, denunciando ainda o “*aluguel, por 90 dias, da opinião político-eleitoral do vespertino A Noite, no Rio*”, durante a campanha eleitoral de 1962.⁶⁰ O IBAD editava e distribuía gratuitamente um boletim, o *Ação Democrática*. Esse boletim, durante a campanha eleitoral de 1962, denunciava, em um artigo sob o nome de “As classes produtoras e o financiamento do comunismo”, os nomes das firmas que ainda ousavam anunciar no jornal *Última Hora*.⁶¹

Com relação à demissão de Arapuã, Wainer não viu nenhum problema em virtude da pressão para a saída do jornalista ter vindo de setores oposicionistas a Goulart. Já com relação ao boicote do ABA, é um tema que tem que ser melhor explorado. Apesar de não ter sido meu objetivo estudar este aspecto, pude perceber pela pesquisa das duas edições do *Última Hora*, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, que o boicote da ABA ou não foi eficiente, ou não foi da magnitude geralmente considerada pela historiografia. O *Última Hora* continuou veiculando anúncios de empresas importantes como, por exemplo, a Cervejaria Antártica e a loja

de Ana Maria de Abreu Laurenza; *Botando os pingos nos is: as inverdades nas memórias de Samuel Wainer*, de Rivadávia de Souza.

⁵⁸ SODRÉ. *História da imprensa no Brasil*, p. 418.

⁵⁹ SODRÉ. *História da imprensa no Brasil*, p. 418 e DREIFUSS. 1964, p. 248-9.

⁶⁰ DUTRA. *IBAD*, p. 13-4.

⁶¹ SODRÉ. *História da imprensa no Brasil*, p. 430-31.

de departamentos Ducal. Ainda resta a possibilidade de isso ter sido uma pequena farsa encenada por Samuel Wainer, o IBAD e a ABA.

Apesar do boicote econômico promovido pelo complexo IPES/IBAD, Samuel Wainer disse que o período

“entre 6 de janeiro de 1963, quando Jango assumiu efetivamente o poder, e 31 de março de 1964, a *Última Hora* não só dispôs de força política como, também, esteve em ótima situação econômica. É que nesse período, mais do que nunca, tive acesso aos empreiteiros deste país e às verbas imensas por eles controladas.”⁶²

Há aqui uma contradição no depoimento de Wainer. Em entrevista a Gisela Goldenstein, em outubro de 1974, Wainer afirma:

“*Última Hora* já estava quase que ferida de morte, mas resistindo [...] Já estava afetada porque não tinha papel, não tinha condições... era lida, mas já não tinha anúncio nenhum, já tinha entrado na lista negra da publicidade, não tinha crédito em banco, estava bloqueada.”⁶³

Para Francis, o *Última Hora* misturava “*técnicas dos jornais ingleses de escândalo, com ênfase em minúcias de crimes e o noticiário sintético*”, sendo “*feito mais para divertir do que informar*”. Apresentava “*ainda mulheres, charadas e outros entretenimentos*”. A opinião era “*dada, em sua maioria e substância, pelos articulistas que se tornam famosos (e às vezes infamosos) em seus diversos feudos*”. Era “*um jornal vivo, divertido e atuante na linha popular, quando [estava] sem muitos problemas de subsistência*”.⁶⁴

O *Última Hora* foi o único jornal que apoiou o governo Jango desde sua posse até a sua deposição. Após a Revolta dos Marinheiros, ocorrida em março de 1964, quando toda a imprensa do país passou a fazer oposição ao governo Goulart, o *Última Hora* ficou sozinho na defesa de Jango. O próprio Wainer esclarece a linha seguida pelo jornal:

“a força dos grupos radicais no interior do governo tornou-se tão aguda que passou a influenciar a própria linha da *Última Hora*, levando o jornal a defender teses que não eram as minhas. [...] Mas não convinha transformar o jornal em porta-voz das minhas próprias idéias, uma vez que ele se incorporara ao esquema de sustentação do governo. Assim, houve momentos em que a *Última*

⁶² WAINER. *Minha razão de viver*, p.237.

⁶³ Samuel Wainer apud GOLDENSTEIN. *Do jornalismo político à indústria cultural*, p. 140.

⁶⁴ FRANCIS. *Opinião Pessoal*. p. 11.

Hora pareceu favorável à execução de reformas perigosamente ousadas, ou até mesmo à consumação de um golpe de esquerda. Eu não podia atacar o comportamento de Goulart e seus aliados, ou supostos aliados, no meu jornal.⁶⁵

Todos os outros jornais da “grande imprensa” fizeram, no período compreendido entre o final de 1963 e março de 1964, oposição sistemática ao governo Jango. Com o agravamento da crise pela qual passava o país, juntaram-se aos jornais tradicionalmente antivarguistas (*Estado de São Paulo*, *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa*) outros, para cerrar posição contra o governo. Jornais que até então seguiam uma linha variável como *O Globo*, o *Jornal do Brasil* e a grande cadeia dos *Diários Associados* passaram a fazer firme oposição a Goulart e seus aliados.

Alguns deles estavam diretamente ligados ao IPES, como os *Diários Associados*, por intermédio de Edmundo Monteiro, seu diretor-geral e líder do IPES; a *Folha de São Paulo*, por meio de Octavio Frias, associado ao IPES; *O Estado de São Paulo*, por intermédio do Grupo Mesquita; e o *Jornal do Brasil*, por meio de Wilson Figueiredo. *O Globo*, além de estar envolvido no Grupo de Opinião Pública do IPES, publicava, sem atribuição de fonte ou indicação de pagamento, notícias que eram reproduzidas como informação fatural.⁶⁶ O *Correio da Manhã*⁶⁷, um jornal de centro e pró-reformas, começou a fazer oposição a Goulart quando a crise se acentuou, sendo considerado por Paulo Francis como o mais violento de todos. Carlos Lacerda esclarece a posição do *Correio*: “nessa altura [1964] [...] a posição da imprensa era quase unânime contra a agitação, contra o Jango, etc. Até o próprio *Correio da Manhã* ficou contra o João Goulart”.⁶⁸

A mensagem do *Última Hora*, apesar de não ser anti-capitalista, “defendia um arranjo político que não encontrava suficiente adesão entre os grupos dominantes, e alguns aspectos deste arranjo tinham a cerrada oposição de parte desses grupos”⁶⁹. O *Última Hora* acabou por sofrer uma campanha de perseguição por motivos

⁶⁵ WAINER. *Minha razão de viver*, p. 249.

⁶⁶ DREIFUSS. 1964, p. 233.

⁶⁷ Segundo Osvaldo Peralva, o *Correio* imprimia uma “linha de independência [...], refletindo sua vocação oposicionista de fiscal do comportamento dos governantes”. A posição do *Correio da Manhã* foi afetada também, nesta época, por diversas mudanças ocorridas na direção do jornal, como, por exemplo, a chegada de Jânio de Freitas, em maio de 1963, e que provocou profundas mudanças no jornal; e também a morte de seu presidente Paulo Bittencourt, em 02 de agosto de 1963, o que provocou uma nova reviravolta na linha do jornal e acabou causando a saída de Jânio de Freitas. ANDRADE. *Um jornal assassinado*, p. 88-111-223. E também FIGUEIREDO. *Democracia ou reformas?*, p. 185.

⁶⁸ LACERDA. *Depoimento*, p. 327.

políticos, que levou ao boicote dos anunciantes. Esses fatos conduziram o jornal a uma situação econômica difícil, apesar do sucesso junto às classes populares.

“A mensagem política do jornal *Última Hora* revelava-se incompatível com a afirmação lógica da empresa *Última Hora*. Na medida em que permanecia esta mensagem, a empresa se inviabilizava economicamente. Em suma, o problema econômico da empresa derivava do problema político da mensagem. Aqui se configura a subordinação da empresa ao jornal.”⁷⁰

Em razão desta política, o jornal quase foi à falência. Segundo Goldenstein, o *Última Hora* teve as técnicas da indústria cultural, mas não a lógica da indústria cultural.

Durante o ano de 1963, o jornal *Última Hora* tentou promover uma conciliação que parecia impossível àquela altura: empresários de um lado e assalariados de outro. Colocava-se abertamente contra os grupos anti-populistas e denunciava as iniciativas conspirativas que estavam em andamento. Em editorial de 08 de outubro, logo depois de Goulart pedir o estado de sítio, o *Última Hora* exortava o “*Governo Goulart a não perder suas bases de apoio entre as classes populares, aconselhando-o por isto a não protelar as reformas*”.⁷¹ Esse editorial foi um dos que Paulo Francis escreveu. Nesse mesmo ano, quando a luta política se acentuou, cerca de metade da matéria redacional era dedicada à política nacional.

Não foi por acaso, nem tampouco por salários atrasados, que Paulo Francis trocou o *Diário Carioca* pelo *Última Hora*, ou o teatro pela política. Ele já era um homem de trinta anos, um crítico polêmico que tinha enfrentado uma grande oposição na tentativa de construir o Novo Teatro Brasileiro. Esse Novo Teatro trouxe ares de modernidade à nossa cultura, permitindo inclusive o surgimento de novos autores. Sua ambição e vaidade o levaram a passar do cenário à cena maior. A polarização política o atraía mais do que os encantos ocasionais, específicos, do teatro.

O sucesso conseguido com a crítica teatral, mais o ambiente de euforia vivido pelo país com os 50 anos em 5, provavelmente o levaram a acreditar que ele poderia fazer algo semelhante, ou ainda maior, com relação aos outros setores da sociedade. A modernidade parecia estar logo ali na esquina, à espera de que alguém a

⁶⁹ GOLDENSTEIN. *Do jornalismo político à indústria cultural*, p. 56-8.

⁷⁰ GOLDENSTEIN. *Do jornalismo político à indústria cultural*, p. 56-8.

⁷¹ GOLDENSTEIN. *Do jornalismo político à indústria cultural*, p. 91.

alcançasse. Agora, ele não se dirigiria a atores, autores e empresários. Seu público passava a ser o “povo” brasileiro. O objetivo não era mais a criação do Moderno Teatro Brasileiro, mas a modernização da Nação Brasileira. Contávamos com a vantagem de sermos marginais e de termos uma geração de intelectuais privilegiados, entre os quais ele se incluía.

“Pertencço a um grupo geracional de rara ingenuidade. Acreditávamos que seria possível fazer um país novo, decente, justo. Do nada. Isso é importante. Reconhecíamos o imenso atraso e a ofensiva pobreza do Brasil. É, paradoxalmente, um dos charmes de se nascer e viver numa nação marginal. Pode-se mexer na argamassa. Nos EUA, URSS, ou até na França, já existe uma sedimentação secular. O máximo permissível é um retoque.”⁷²

O *Última Hora* era um jornal de esquerda, que tirava uma edição diária de 350.000 exemplares, editado em seis estados e nas principais cidades do país. Se o país estava mesmo irreconhecivelmente inteligente, as páginas deste jornal eram o lugar adequado para a consolidação de uma carreira que ainda ia dar muito o que falar.

“Seja qual for o veredito do próximo, escolhi meu destino, dentro do possível, na idade e momento certos, em que a reação encontrara maquilagem enganadora, no populismo de caspa e bananas descascadas em público de Jânio Quadros, enquanto o progresso parecia confinado no uniforme de um homem decente e injustiçado, o Marechal Lott. Não houve até hoje outra transformação na minha vida que se igualasse a esse mergulho no centro político e jornalístico do país. Ficção e exílio voluntário, expatriamento, são subprodutos, já eram parte latente do que fiz de mim esses anos todos. Ninguém me forçou a nada. Assumo sempre a responsabilidade pelos meus atos. O livre-arbítrio é uma ilusão intoxicante.”⁷³

⁷² FRANCIS. *Uma coletânea de seus melhores textos já publicados*, p. 125.

⁷³ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 130-31.

CAPÍTULO 2

“Eles querem tão pouco
e lhes negamos.”

ou

“A democracia brasileira, como Alziro
Zarur, está sendo chamada por Jesus.”

“Às 3 da manhã, no velho *Jirau*, Samuel Wainer me chama e convida a ir ao jornal. Àquela hora? Precisávamos enfiar na vespertina um editorial sobre o estado de sítio que Jango “cancelara” na noite prévia (se não cancelado, o golpe de 1964 teria acontecido naquele outubro de 1963. Sabíamos. O público leitor nunca foi informado). Fomos, escrevemos. Na volta, na manhã, paramos num sinal. Alguns populares chutavam uma bola de meia. Samuel olhou para mim e disse simples, compassivo, numa contenção que raramente conseguimos até dos nossos melhores atores: “Eles querem tão pouco e lhes negamos”.

Paulo Francis – *O afeto que se encerra.*

A mudança de Paulo Francis do *Diário Carioca* para o *Última Hora* não representou exatamente uma mudança de ambiente. Francis continuou a frequentar os mesmos lugares, conversar com as mesmas pessoas. Houve, porém, uma mudança de qualidade na sua atuação como intelectual. No jornal *Última Hora* respirava-se política. Durante o ano de 1963, o jornal chegou a ter metade da matéria redacional sobre política. Ele passou a ter melhores condições de atuar como intelectual, fazendo agora uma crítica da sociedade como um todo, e, especialmente, a crítica política. Estava em um lugar mais visível, com sua coluna estampada de cima a baixo na página 3 do caderno principal do jornal *Última Hora*, um jornal que atingia um público bem mais amplo do que o *Diário Carioca*. O *Última Hora* chegou a atingir 350.000 exemplares diários em 1961.

Quando escrevia sua coluna, Paulo Francis falava de um lugar privilegiado. Para ele, este lugar era o do intelectual, que vê mais, que tem o poder de ver além. Aquele que vem para conduzir, aquele que tem a última palavra. Ele podia ser considerado como um intelectual de esquerda, apesar de que, nas suas colunas, quando se referia à direita, à esquerda ou ao centro, dizia sempre “eles”. Nunca se incluía.

“Corre que, na pior das hipóteses, conseguimos uma vitória política [o fechamento da Promotion]. Não me incluo nesse coletivo. A mim pouco interessa que o Executivo tenha assustado o PSD e cindido a UDN.” (UH-BH, 09.09.1963)¹

Ele usa o *nós*, mas não se inclui no *coletivo*. Considera “*esses assuntos triviais e dignos de personalidades triviais*”, mas os aborda em diversas colunas. Para Francis, as reformas de base deveriam começar pela “*reforma radical das esquerdas*”. Acreditava que em uma sociedade como a nossa, o objetivo, em batalhas político-publicitárias, deveria ser ganhar a atenção das áreas indecisas do centro, as que realmente decidiam as alterações na balança de poder.

“Sempre me acusam de criticar sem sugerir a alternativa. Trata-se de ignorância do significado de *crítica* e, em alguns casos, de má-fé. Existe uma verdadeira enciclopédia de revolução e evolução ao alcance dos políticos alfabetizados (minoría, admito). Como analista, limito-me a esclarecer o currículo das esquerdas, das quais me considero membro, mas não capacho conformista. E é

¹ UH-BH e UH-RJ, referem-se, respectivamente, às edições mineira e carioca do *Última Hora*.

pelo debate livre, pela autocrítica ilimitada por dogmas, que iniciaremos a reforma radical das esquerdas, indispensável à obtenção das demais.²

Assim, podemos identificar a estratégia que Paulo Francis vai tentar implementar em suas colunas políticas do *Última Hora*. Esta estratégia pode ser dividida em três etapas. A primeira objetivava a atenção das áreas indecisas do centro, as que, segundo ele, eram decisivas nas alterações da balança de poder. Do outro lado, como nos mostra Dreifuss, em 1964, *A conquista do Estado*, o general Golbery estava tentando fazer o mesmo. Daí a importância que o IPES dava ao controle dos meios de comunicação. A elite orgânica centrada no IPES/IBAD estava tentando por meio de uma campanha ideológica “*esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo*”.³ Por intermédio do Grupo de Opinião Pública e do Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo era dada ampla cobertura em toda a mídia aos militantes do IPES/IBAD. As táticas utilizadas iam “*desde atividades que objetivavam efeitos a longo prazo na orientação global das perspectivas sociais, econômicas e político-militares, até táticas defensivas planejadas*” com a finalidade de ganhar tempo para a ação estratégica política e militar ter sucesso.⁴ A segunda etapa dessa estratégia, que ocorria concomitante com a primeira, era a crítica às esquerdas por não estarem, segundo Francis, preocupadas em ganhar “o centro”. Já na terceira, ele entrava com a sua sugestão: se fosse possível mudar o Brasil com Goulart, tudo bem; se não fosse, então o personagem ideal seria Miguel Arraes. O porquê de Arraes, e não de outro, será discutido adiante.

Na implementação desta estratégia ele se mostraria extremamente pragmático. Apesar de algumas vezes parecer um sonhador utópico, ele era mais um pragmático. Em suas colunas no *Última Hora* procurava sempre aquilo que ele mesmo chamava de “*mal menor*”. Embora não se encontrem em seus textos referências diretas aos filósofos pragmatistas norte-americanos Pierce, James e Dewey, é provável que não seja mero acaso o fato deles serem americanos e que Paulo Francis tenha tido tanto interesse pelos Estados Unidos. O Pragmatismo, corrente de pensamento anglofônica, ocupou uma posição de grande destaque no debate intelectual na segunda metade do século XX. Os problemas e soluções

² FRANCIS. *Tempos de Goulart*, p. 29.

³ DREIFUSS, 1964, p. 259.

⁴ DREIFUSS, 1964, p. 231.

apontados por esta corrente suscitaram “*calorosas discussões entre os filósofos de um modo geral e entre intelectuais diversos que nelas encontraram afinidades de temas e, mais do que isso, possibilidades de refletir sob prismas diferentes sobre problemas atinentes à sua própria área de reflexão*”⁵.

Também é necessário identificar o que eram “as esquerdas” nesse início dos anos 60. Para Emir Sader, ser de esquerda entre os anos 30 e a primeira metade dos 60 se identificava, “*em grande medida, com ser comunista ou apoiar o Partido Comunista*”.⁶ Já Marco Aurélio Garcia liga a noção de esquerda a ‘*projetos de transformação de corte socialista, ou socializante, não importando que expressem vertentes revolucionárias ou reformistas, libertárias ou estatistas*’⁷. Assim, ele acredita que o projeto nacional-desenvolvimentista também fazia parte da esquerda neste momento. Garcia observa a existência de três gerações de organizações de esquerda no Brasil. A primeira geração teria surgido com a formação do Partido Comunista do Brasil (PCB)⁸, em 1922; a segunda constituiu-se após 1964, em torno dos grupos da chamada “esquerda revolucionária”; e a terceira geração formou-se no final dos anos 70 e início dos 80, denominada por ele de “esquerda social”.⁹

Interessa-nos aqui a primeira geração, que incorporou no seu desenvolvimento todos os grupos dissidentes formados desde 1922, como trotskistas, reformadores e maoístas. A proposta do PCB foi influenciada pelo pensamento nacional-desenvolvimentista desse período.

“Esse projeto [do PCB] – na prática uma versão retoricamente mais à esquerda do nacional-desenvolvimentismo – enfatizava a etapa democrática da revolução brasileira, entendida como momento em que deveriam ser enfrentados os desafios da ‘dominação imperialista e feudal’, apontadas como as ‘contradições fundamentais’ de nossa sociedade, para reproduzir as expressões então consagradas nos textos oficiais. Mas a democracia aí era pensada fundamentalmente como um meio. A ausência de uma reflexão substantiva sobre a democracia, desfigurada pelo adjetivo ‘burguês’, deixou essa geração de esquerda desarmada para o enfrentamento da questão, vital na história republicana brasileira. Esse projeto encontra limites históricos com a derrota de 1964, quando do golpe militar.”¹⁰

⁵ PINTO et al. *Apresentação*, p. 11-12.

⁶ SADER. *O anjo torto*, p. 80.

⁷ GARCIA. *Os intelectuais e os partidos de esquerda*, p. 91.

⁸ PCB até 1961 significava Partido Comunista do Brasil, a partir daí Partido Comunista Brasileiro.

⁹ GARCIA. *Esquerdas: rupturas e continuidades*, p. 121.

¹⁰ GARCIA. *Esquerdas: rupturas e continuidades*, p. 121.

Caio Navarro de Toledo também concorda que até meados dos anos 60 a esquerda brasileira estava hegemônica pelo PCB, mobilizando-se em torno das reformas sociais, das campanhas nacionalistas e da defesa do desenvolvimento econômico.¹¹ A questão democrática sempre aparecia subordinada a outras questões. Ou então, com uma importância secundária.

“Progressistas do ISEB e comunistas acreditavam então que as liberdades políticas, formalmente garantidas pela institucionalidade democrática, apenas ganhariam sentido e relevância para as grandes massas trabalhadoras a partir do momento em que as suas reivindicações básicas e mais imediatas fossem amplamente realizadas pelo Estado representativo. Enquanto o desenvolvimento econômico e as reformas sociais estruturais não se efetivassem, a democracia política não deixaria de ser ‘formal’ ou ‘abstrata’ para o conjunto dos trabalhadores e das massas populares. Dependente e subordinada, a democracia política jamais poderia ter um valor em si. Em alguns momentos da história do PCB, onde a influência da III Internacional e de Stalin eram incontestes, uma concepção ostensivamente negativa da democracia vai ser difundida.”¹²

Paulo Francis criticava as esquerdas que se mostravam incapazes de dialogar com as áreas indecisas do centro. Este proselitismo das esquerdas incomodava e espantava, não só a ele, mas também aos experimentados estrategistas do Partido Comunista. Considerava as esquerdas como semi-desenvolvidas, apresentando um comportamento que levava ao fortalecimento da direita. Essa crítica poderia ter se tornado autocrítica, pois, como mostrarei neste capítulo, este comportamento era em parte também o comportamento de Francis ao escrever.

“Enquanto as esquerdas, à maneira dos doutores de Bizâncio, discutem ‘ad nauseam’ suas divergências, a direita explora o seu divisionismo, capitaliza a desagregação crescente do que aí está em matéria de governo, e compõe suas bases junto à opinião pública, pois esta em sua maioria não raciocina em termos ideais, mas de necessidades imediatas, de pão-pão queijo-queijo.” (UH-BH, 04.09.1963)

Queria um acerto entre as esquerdas e o centro, mas dentro daquilo que ele, Francis, prescrevia. Apesar de querer se mostrar superior, ele parecia sensível às críticas recebidas por seus comentários no *Última Hora*. Estava sempre procurando se justificar, como por exemplo, quando criticava o “*excesso de formulação ideológica das forças populares*”:

¹¹ TOLEDO. *As esquerdas brasileiras e a redescoberta da democracia*, p. 128.

“Estarei sendo ‘imaturo’, ‘pequeno-burguês’? Prefiro ser essas coisas [a] pertencer às esquerdas burocratizadas.” (UH-BH, 31.10.1963)

Para ele, a direita havia sabido capitalizar a opinião média brasileira, enquanto a esquerda, os nacionalistas não-esquerdistas e os progressistas de diversos matizes perdiam tempo em agitações truculentas, ou ainda em teorizações incompreensíveis. Só faltava dizer: sejamos todos pragmáticos. Ele considerava-se como a única voz lúcida e prática nas esquerdas. Mostra seu lado pragmático ao criticar o excesso de teorização das esquerdas.

“É inútil discutir. O palavrorio oco durará pouco. Em breve, será compulsoriamente substituído pela ação.” (UH-BH, 10.10.1963)

Conquistar a “opinião média brasileira” era conquistar o centro, e assim poder chegar efetivamente ao poder.

“Quem vota, em sua maioria (agora decrescendo) é a classe média, ligada culturalmente aos EUA, à influência americana.” (UH-BH, 11.10.1963)

Paulo Francis reclamava que as esquerdas não apresentavam “*um curso de ação a curto prazo, uma mediação entre objetivos finais e possibilidades presentes*”. Para ele, as esquerdas, além de divididas, não apresentavam um plano tático, o que deixava a direita à vontade para fazer o que quisesse. “*Vemos as diversas componentes das forças populares sem um entendimento passível de ser convertido em programa tático, enquanto a direita avança harmoniosamente.*” (UH-BH, 17.10.1963). Era preciso ser prático, propor soluções viáveis. E conquistar o centro, com um discurso “digerível”, era o objetivo imediato de Francis.

Francis ainda não havia entrado no processo de radicalização que atingia as lideranças e as cúpulas da esquerda. Insistia em que o discurso das esquerdas deveria ser mais prático e menos ideológico. Batia reiteradamente nesta tecla, chegando a ser cansativo.

Ele parece ter percebido que a maioria do eleitorado optava pelo centro nesse momento. Ou mesmo pode ter tido acesso às pesquisas de opinião feitas à época. Por exemplo, Antonio Lavareda, em *A Democracia nas Urnas*, mostra algumas pesquisas feitas pelo IBOPE em 1963 e 1964. Em junho/julho de 1963, pesquisa feita nas

¹² TOLEDO. *As esquerdas e a redescoberta da democracia*, p. 128.

principais cidades brasileiras mostrava que 45% dos eleitores apontaram a perspectiva do “centro” como a que melhor convinha ao País.¹³ Apesar da influência existente na formulação da questão, que indicava Juscelino Kubitschek e Magalhães Pinto como representantes do centro, Carlos Lacerda e Ademar de Barros como representantes da direita e Leonel Brizola e Miguel Arraes como de esquerda. O centro ficou com 45% das opções, a direita com 23% e a esquerda com 19%.

Em outra pesquisa realizada no mês de março de 1964, entre os dias 9 e 26, essa mesma maioria centrista considerava necessária a realização de uma reforma agrária no Brasil. Apoiaram a reforma 72% dos entrevistados, com 40% considerando necessário para isso a reforma da Constituição e 30% achando desnecessário. Nessa mesma pesquisa, esse centro mostrou-se majoritariamente (76%) contrário à legalização do Partido Comunista.¹⁴ Pode-se concluir que a análise de Francis era correta. O “centro” mostrava-se disposto a aceitar mudanças importantes, ou seja, era possível negociarem-se alternativas menos radicais, que permitissem algumas reformas. E a reforma agrária era uma das principais reformas de base.

Mas as críticas de Paulo Francis iam ainda mais longe. As esquerdas deveriam tomar atitudes claras em relação aos principais problemas brasileiros, propondo soluções viáveis, caso pretendessem sobreviver e expandir-se **dentro do atual sistema de governo.**

“Se seu propósito, porém, é tentar a revolução, que implicaria reformular completamente a sociedade brasileira, não têm por que perder tempo em anunciar sua atitude em face de Goulart.” (UH-BH, 17.10.1963)

Ou seja, não precisavam contar com Jango para uma revolução. Talvez por isso Miguel Arraes e Brizola eram sempre colocados como alternativas em suas colunas. Especificamente, ele estava referindo-se a Brizola. Arraes, aparentemente, não queria dar um golpe.

Quando se refere às “*forças realmente nacionalistas e democráticas*”, ele usa a primeira pessoa do plural. Aí ele não está sozinho, considerando-se um nacionalista e democrata. Esclarece melhor suas posições e objetivos:

¹³ LAVAREDA. *A Democracia nas Urnas*, p. 155-56.

¹⁴ LAVAREDA. *A Democracia nas Urnas*, p. 156-59.

“Não era essa a verdade que queríamos levar ao povo, a ingerência de grupos econômicos estrangeiros no processo político brasileiro, abrangendo parlamento, frações do executivo (em particular os organismos financeiros), imprensa, círculos militares, etc.?” (UH-BH, 04.09.1963)

Segundo ele, as forças progressistas do país deveriam aproveitar esse momento, setembro de 1963, para conquistar as áreas não-direitistas da opinião pública para sua causa. O presidente João Goulart havia acabado de assinar um decreto suspendendo as atividades do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e da ADEP (Ação Democrática Popular) por comportamento inconstitucional¹⁵. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada nesse mesmo ano revelou que o IBAD e suas linhas auxiliares haviam sido responsáveis por um processo de corrupção eleitoral durante as eleições de 1962 para o Congresso. Mas, para a decepção de Francis, o que se viu foi quase o oposto.

“A maioria dos líderes nacionais (a exceção mais significativa é Miguel Arraes) silenciou ou se mostrou indiferente ao assunto. O chamado “dispositivo estudantil-sindical” alheou-se de qualquer atitude concreta. O IBAD foi cercado por quatro ou cinco deputados, dois grandes jornais (o outro é o *Correio da Manhã*) e alguns jornalistas, que criaram condições para o Presidente da República assinar o histórico decreto de sexta-feira passada.” (UH-BH, 04.09.1963)

Francis indignou-se com o encerramento da CPI do IBAD e com a inoperância do governo para por fim às atividades desse Instituto. A falta de agilidade do governo foi tanta que Francis chegou a ficar desanimado.

“O desânimo se baseia em fatos: qualquer rábula de província, por exemplo, providenciaria que os bens do IBAD ficassem *sub judice* até que a investigação do Judiciário terminasse. Tal pensamento não ocorreu, aparentemente, ao M. D. Consultor-Geral da República e Professor de Direito Valdir Pires.” (UH-RJ, 06.09.1963)

¹⁵ O IPES/IBAD/ADEP/Promotion investiram entre 12,5 e 20 milhões de dólares na campanha eleitoral para o Congresso em 1962, apoiando candidatos conservadores que compunham a ADEP. Foram financiados 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 8 a governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores. Todos eram compelidos a assinar um compromisso ideológico, pelo qual prometiam sua lealdade ao IBAD acima da lealdade a seu partido, comprometendo-se ainda a lutar contra o comunismo e a defender o investimento estrangeiro. A esse respeito ver DREIFUSS, 1964, pp. 324-337.

Depois de criticar a UDN e Jango ele apela aos militares, nacionalistas e de esquerda, para que eles tomassem uma providência, já que o assunto era de segurança nacional.

“A eles que comandaram as batalhas mais difíceis da emancipação econômica do País, como a que conduziu ao monopólio estatal de petróleo, dirijo esta última pergunta: em que país civilizado do mundo Ivan Hasslocher ainda estaria solto movendo os cordéis dos Amarais, Laertes, etc., infringindo o Código Eleitoral, despejando diariamente milhares de matérias pagas pela imprensa pregando suas idéias anti-nacionais? (UH-BH, 05.09.1963)

No mês seguinte, em sua coluna do dia 18 de outubro, ao criticar atitudes do governador Carlos Lacerda, ele faz novamente várias referências aos militares.

“Por quanto tempo mais, o Exército brasileiro vai tolerar as provocações do Governador da GB? [...] A quem caberia destruí-lo? Às Forças Armadas, naturalmente. [...] Nas barbas das Forças Armadas. E nada acontece.” (UH-BH, 18.10.1963)

Francis estava referindo-se aos militares nacionalistas e de esquerda, ou ao “dispositivo militar” de Jango que, afinal, iria revelar-se um fracasso. Esses comentários de Paulo Francis confirmam a análise, feita por Weffort, sobre a democracia brasileira no período:

“Nas Forças Armadas de inícios dos anos 60, a política militar era cultivada como algo decisivo sobre os rumos da política civil. Havia generais, almirantes e brigadeiros de centro, de esquerda e de direita, estes últimos na maioria, evidentemente. Se o Estado é tudo, se a democracia é só um instrumento, não seria inevitável o recurso ao cerne duro do Estado que são os militares?”¹⁶

É interessante notar que em todas as críticas feitas a respeito da desastrada atuação do governo no caso do fechamento do IBAD, nas colunas dos dias 4 a 6 de setembro de 63, Paulo Francis não usa o nome de João Goulart. Ele se refere ao *Executivo* e ao *Governo*, mas não a Jango nominalmente. Talvez para poupar Jango.

“No entender do Governo, portanto, assuntos referentes à soberania e segurança nacionais devem ser decididos exclusivamente pelo Congresso, mantendo-se o Executivo como observador, em companhia do Paulo Francis, com a diferença de que o Paulo Francis, ao menos, critica o IBAD, já que mais não pode fazer.” (UH-RJ, 06.09.1963)

¹⁶ WEFFORT. *Por que democracia?*, p. 92-93.

Ou ainda,

“Pergunto se o Governo Federal vai mais uma vez abdicar de sua autoridade.”(UH-BH, 09.09.63)

O contrário acontecia quando fazia prescrições antidemocráticas ao governo. Neste casos, ele citava Jango nominalmente. Havia ocasiões em que Francis aparentemente manifestava um sonho:

“Se Jango cumprisse, em toda linha, as promessas e ameaças contidas no discurso que proferiu para os radialistas em recente jantar, o Brasil seria um país substancialmente diferente – para melhor.” (UH-BH, 09.09.63)

Algumas vezes, ele é irônico, tratando o presidente só pelo prenome João. Ao comentar, por exemplo, que o mercado de gêneros alimentícios e o mercado farmacêutico estavam sob o controle de monopólios, cuja solução exigiria a intervenção do governo, anunciada por ele (Francis) dias antes, mas não ocorrida, para sua decepção. “*Por que o governo não intervém e quebra esse rodízio sinistro? Perguntem ao João.*” (UH-RJ, 29.10.1963)

Nessa altura, Francis já percebia a difícil situação de Goulart e procurava poupá-lo, apesar de não deixar de fazer críticas ao seu governo. Estava sendo cada vez mais pragmático, buscando a solução possível. “*Em política, a escolha é sempre pelo mal menor.*”¹⁷ Em novembro de 1963, Francis faz críticas a conduta de Goulart, mas logo em seguida tenta amenizá-las, apontando as vantagens advindas do mal comportamento de Jango. Ele fala da incapacidade de definição do Governo João Goulart. A “*indefinição de Jango*” era uma atitude que tinha, seu lado positivo, pois adiantava “*o processo de conscientização popular*”, já que ao não reprimir “*os movimentos de inconformismo popular*”, Jango fazia com que o trabalhador sentisse-se “*cada vez mais forte, mais audível junto aos donos do poder*”.

Paulo Francis, como colunista político, dirige-se à classe média, embora não mencione isso claramente. Era importante conquistar a opinião pública da classe média para que as esquerdas conseguissem chegar ao poder. Para o lado que o centro pendesse é que seria o vencedor. O “povo” só entra em seu discurso como aquele que

¹⁷ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 187.

ameaça entrar em ebulição, como o *inquieto* que precisa ser acalmado. Para Paulo Francis não se colocava a possibilidade de sua incorporação, ou mesmo de sua livre manifestação. O “*povo*”, ou ainda, “*as camadas despojadas do povo*” são sempre representadas por outros, que podem ser os sindicatos, as forças populares, ou, até mesmo, o próprio Francis.

“O importante é ressaltar que os sindicatos, devido à sua união e força crescentes, representam hoje a ponta-de-lança das camadas despojadas do povo brasileiro, que só se aquietarão, só permitirão a chamada ‘paz da família brasileira’ se forem efetuadas reformas sociais que minorem o sofrimento popular. Com as reformas, as minorias de agitadores perderiam seu *momentum*.” (UH-RJ, 05.09.1963)

Ou seja, as reformas sociais deixariam o povo quieto. Elas não viriam para incorporar essa “massa” ao processo democrático, e sim para permitir a continuação de sua condução tranqüila. Era isso que Paulo Francis procurava alertar à classe média. O povo era usado como um objeto de ameaça à tranqüilidade, não como pessoas com direitos à cidadania. Enquanto os intelectuais do ISEB pretendiam formular o “sentimento das massas” e “*os artistas dos CPC esforçavam-se para ‘chegar até o povo’ e inventar modos de expressão que fossem veículos de uma ‘tomada de consciência política’*”¹⁸, Paulo Francis era, outra vez, pragmático e via o povo como um instrumento a ser usado para conseguir atrair o apoio do centro para a esquerda.

Ao analisar a Marcha dos Negros sobre Washington e o movimento emancipatório dos negros, Paulo Francis atribui a Kennedy um uso similar da técnica usada por ele mesmo.

“Embora o Presidente dos EUA não me tenha telefonado a esse respeito, tenho certeza de que ele está usando desse ‘espectro negro’ para assustar os recalcitrantes. [...] O brasileiro médio pensa, talvez, que os pretos querem apenas ser admitidos em escolas, teatros, ônibus, etc., em igualdade de condições com os brancos. Trata-se de equívoco grave, pois eles querem muito mais.” (UH-BH, 11.09.63)

Para ele, o dilema estava colocado. Ou Jango desistia de tentar arrancar de um Congresso conservador intransigente as reformas pretendidas, conseguindo “*outros meios de levar a cabo as reformas*”, ou Carlos Lacerda e Ademar de Barros

¹⁸ PÉCAUT. *Os intelectuais e a política no Brasil*, p. 104.

apresentariam a outra solução: *“à supressão pela, violência, das reivindicações populares”*.

“No calor da luta, em pouco tempo foram abandonadas as possibilidades de negociação no Congresso e nos partidos. Os dirigentes se encaminharam para um enfrentamento fatal para a democracia.”¹⁹

Pode-se perceber que as soluções que Francis apontava para a classe média não eram nem um pouco democráticas, nem tampouco prometiam uma maior liberdade democrática para mais tarde. E nisso Paulo Francis não estava sendo nem um pouco original. Nossa cultura política sempre teve uma forte conotação autoritária. Segundo Weffort, *“a cultura política do regime de 1946 a 1964 era uma mistura de democracia e de autoritarismo”*.²⁰ Para ele, este período democrático, de reconhecida fragilidade sustentava-se

“muito mais nas pressões das massas populares urbanas que recém-ingressavam no cenário político, do que em qualquer suposto entusiasmo da burguesia pelas formas democráticas.”²¹

Embora nossa cultura política fosse esta mistura de democracia e autoritarismo, isso não nos impediu de vivermos um momento democrático como afirmei no início deste trabalho. Segundo José Murilo de Carvalho, em 1946, o país entrou em uma fase que poderia ser descrita como a primeira experiência democrática de sua história. Considera também que, apesar da oposição civil e das revoltas militares, a habilidade política de Juscelino Kubitschek permitiu-lhe dirigir o governo mais dinâmico e democrático da história republicana.²²

Carvalho acredita que a *“falta de convicção democrática das elites, tanto de esquerda como de direita”* é que nos levou ao fim da democracia em 1964.²³ *“Tanto para a direita como para a esquerda, a democracia constituía-se quando muito um meio que podia e devia ser descartado quando deixasse de ser útil”*.²⁴ Para ele, o nosso processo democrático era incipiente, não havendo organizações civis fortes e representativas que pudessem frear a radicalização.

¹⁹ CARVALHO. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*, p. 111.

²⁰ WEFFORT. *Qual democracia?*, p. 98.

²¹ WEFFORT. *Por que democracia?*, p. 39.

²² CARVALHO. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*, p. 94-98.

²³ CARVALHO. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*, p. 111.

²⁴ CARVALHO. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*, p. 111-12.

A fórmula de Francis repetia-se com pequenas diferenças em dias variados. Primeiro o diagnóstico, depois a prescrição, com opções à direita e à esquerda. A solução do problema vem sempre de cima para baixo. E novamente antidemocrática. Acrescenta, às vezes, outro personagem, **um indefinido alguém**, além de Jango, Lacerda e Ademar de Barros.

“Acreditará o Presidente da República que esses movimentos se devem unicamente a ‘agitadores comunistas’, ou que expressam uma realidade social insustentável, a pedir transformações urgentes e radicais? Acreditará Jango que esse Congresso de dois terços de conservadores, reacionários e ibadianos legislará em benefício dos despojados? As alternativas são claras: ou o Presidente, como líder popular, aciona a transformação, ou reverte aos métodos de Carlos Lacerda e Ademar de Barros, que vêm no porrete o antídoto certo às reivindicações populares. É uma opção que o presidente terá de fazer ou alguém fará por ele.”(UH-BH, 09.09.1963)

Esse **alguém** tanto poderia ser Leonel Brizola como os militares de esquerda. As duas opções já haviam freqüentado as colunas de Francis. Poderia ser também Arraes, porém este não demonstrava apoiar soluções golpistas.

No dia 14 de setembro, ele volta à carga. Volta a falar da paz da família brasileira, mas agora as *camadas despojadas do povo* são substituídas por “*classes menos favorecidas*”, desta vez entre aspas. A inquietação dessas classes agora vem adjetivada com um “profunda”, e o movimento reivindicatório é acompanhado por um advérbio de intensidade, “agressivamente”. E num crescendo, ele se torna enfático a respeito da recorrência destes movimentos reivindicatórios: “*E o espaço de tempo tende a encurtar-se. Vem encurtando a olhos vistos*”. Os revoltados estão dispostos a **arriscar a paz** para obter seus fins, porque expressam as aspirações do **povo despojado**. E a prescrição é reiteradamente antidemocrática:

“Jango tem dois caminhos possíveis: repressão – apoiada pela direita – ou transformação da ordem social. O presidente, como seu mentor Getúlio Vargas, gosta de governar em encruzilhadas. Mas das alternativas citadas não escapará.” (UH-BH, 14.09.1963)

Dois dias depois, ele retoma o assunto, cada vez mais catastrófico e profético. As “classes menos favorecidas” dão lugar ao “protesto popular”, que, evocando a “revolução permanente” formulada por Trotsky, torna-se também permanente.

“Encurta o espaço de tempo entre um protesto popular e outro. Chegaremos ao protesto permanente, assim por dizer, cujo antídoto inevitável é o golpe. (UH-BH, 16.09.1963)

Diz claramente que “ninguém” acredita que o Congresso, “conservador, reacionário”, votará as reformas de estrutura que *‘significam uma alteração da economia do país, mexem com interesses [...] profundos’*. Acrescente-se ainda o ritmo da inflação cada vez mais acelerado. O acirramento da luta de classes, “*esse choque de possuidores e despojados*”, levará inevitavelmente ao golpe. Dessa vez deixa nas entrelinhas a possibilidade de o golpe poder vir de baixo, mostrando uma estranha “desinformação” para alguém que estava sempre bem informado.

“E temos o golpe, não necessariamente como movimento de cúpula, mas imposto pelas circunstâncias. Golpe de quem e para quem é o que eu, como a maioria dos leitores, acredito, gostaríamos de saber.” (UH-BH, 16.09.1963)

No final de outubro, ao comentar a vitória eleitoral dos candidatos apoiados por Ademar de Barros nas eleições municipais em São Paulo, ele mostra outra vez sua descrença na manutenção do regime democrático. “*No meu entender, Ademar de Barros solidificou suas pretensões à presidência, em 1965, se até lá chegarmos (o que duvido) nos quadros constitucionais vigentes*” (UH-RJ, 29.10.1963).

Esse discurso antidemocrático é continuamente reiterado. Tanto para a esquerda como para a direita, a democracia era apenas um meio para se chegar ao poder. Não se constituía em um valor a ser preservado, mas em um instrumento.

“Um instrumento de poder entre outros, apenas um meio, uma espécie de ferramenta para se atingir o poder. Essa idéia está de tal modo enraizada em nossos hábitos políticos que ficamos, com freqüência, embaraçados diante da simples possibilidade de virmos a pensar a democracia como um fim em si.”²⁵

Segundo Francis, uma das causas que tinha levado o Brasil à miséria era “*o próprio regime democrático, como existe aqui. [...] Quem vota, em sua maioria (agora decrescendo) é a classe média, ligada culturalmente aos EUA, à influência americana que, de econômica a partir de 1930, tornou-se global em seguida à II Guerra.*” Os mesmos Estados Unidos que eram um modelo a ser copiado para a criação do moderno teatro brasileiro viraram uma influência negativa, uma das

²⁵ WEFFORT. *Por que democracia?*, p. 33-34.

causas principais da nossa miséria. E essa influência ocorre, por cruel ironia, via cultura. É bom lembrar que, quando voltou dos Estados Unidos, ele só pensava em termos do teatro e da crítica norte-americanas. Chegou a ser acusado de ter voltado americanizado.

“Os americanos há muito desistiram de jogar os ‘marines’ contra os latino-americanos [...]. Enviam o Pato Donald, embolsam os Schmidts a bom preço, e assim por diante. [...] Como se pode atrair a classe média, os industriais brasileiros para uma luta contra a espoliação, quando essas componentes sociais estão convencidas por uma propaganda incessante e imensa que nacionalismo e sovietação do país são a mesma coisa?” (UH-BH, 10.10.1963)

O fracasso na busca de uma solução institucional para a crise pela qual o país passava se deveu, em grande parte, ao fraco compromisso com a manutenção das regras democráticas, de ambos os lados da disputa.

“A direita, sempre pronta a romper com a democracia, mostrava fidelidade às regras democráticas, quando essas serviam para defender seus interesses e manter seus privilégios, como no caso da reforma agrária. A esquerda, com frequência, mostrava-se disposta a apoiar soluções não-democráticas para atingir as reformas propostas.”²⁶

Assim, nem a direita, nem a esquerda se dispuseram a assumir as implicações das incertezas de resultados embutidas na noção de democracia.

Em novembro de 63, Francis passa a falar que as reformas necessárias não sairão “*por vias constitucionais*”, e as alternativas que vê pela frente vão se radicalizando. Ou um golpe de direita ou de esquerda, ou “*a guerra civil resultante da deterioração incontida que aí está.*” E a guerra civil adviria da reação – contra-golpe – a qualquer um dos golpes sugeridos.

“Todos os lados estão conspirando à margens dos ‘slogans’. Golpe é o único assunto real de todos os círculos políticos brasileiros. Quem disser o contrário, está mentindo ou merece o reino dos céus.” (UH-RJ, 02.11.1963)

Já em dezembro, ao comentar as possibilidades de Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek chegarem a presidência, ele volta ao assunto: “*estou raciocinando talvez ingenuamente, isto é, em termos de que haverá eleição, quando todos os boatos indicam o contrário*” (UH-RJ, 12.12.1963). No início de janeiro continua a pregação

²⁶ FIGUEIREDO. *Democracia & reformas*, p. 53.

na coluna com o título *Se houver eleição*. Diz que sabe de pelo menos três esquemas subversivos em andamento, de origens e objetivos diversos.

Outra opção colocada por Francis era a composição que Jango poderia fazer com as chamadas forças populares, segundo ele, aliadas naturais do Presidente. “*No presente regime, qualquer outro arranjo só resultará no esvaziamento do governo.*” Aliado às forças populares, Jango poderia realizar “*atos positivos para o povo, desde reformas à contenção da crise financeira por medidas de alcance estrutural*”, sendo preferível a luta à morte progressiva sem qualquer defesa (UH-BH, 09.10.1963). Essas propostas de Francis eram inviáveis do ponto de vista da conjuntura política do momento. No dia 4 de outubro, Jango havia solicitado ao Congresso a decretação de estado de sítio. Três dias depois, ele retirou o pedido, por não ter recebido nem o apoio de seu próprio partido, o PTB. Com isso, Goulart conseguiu “*apenas despertar uma feroz oposição à medida, por parte de todas as forças do espectro político, dentro e fora do Congresso. O isolamento de Goulart no poder chegava ao auge*”²⁷. Portanto, era totalmente inexecutável nesse momento a proposta de Francis.

“As forças populares, *lato sensu*, viviam de idealismo dos mais vagos; estavam à esquerda dos conservadores, mas não na esquerda marxista, socialista ou comunista. Sentiam-se atraídas pelas promessas do nacionalismo, revoltadas diante da miséria nacional, acreditavam em sacrificar confortos supérfluos pelo desenvolvimento industrial e, por fim, tinham nojo da classe dirigente do País, decrépita, abortiva de idéias, incompetente e subserviente ao estrangeiro. Tais sentimentos, sem levarem a uma estratégia definida, eram o denominador comum da nossa “massa”. Nenhum partido ou organização legal a representava. Daí se atrelar a lideranças individuais, não raro caudilhescas”²⁸.

As forças populares, segundo ele, sofriam um grande desgaste por estarem com sua imagem associada ao governo, que por sua vez não gozava de muito prestígio. A análise de Paulo Francis, nesse ponto, tornava-se um pouco incoerente. Isto se devia ao seu objetivo final, que era a implementação das reformas, com ou sem Jango. Portanto, João Goulart era apoiado para implementar as reformas e, ao mesmo tempo, atacado quando demonstrava que estava conciliando com a direita. Por exemplo, em 24 de setembro, Paulo Francis dizia que o presidente poderia se considerar apoiado “*por muitos dos dez milhões de votos do plebiscito*”. Depois, em

²⁷ FIGUEIREDO. *Democracia ou reformas?*, p. 131.

²⁸ FRANCIS. *Tempos de Goulart*, p. 26-7.

29 de outubro, falava que a maioria do povo culpava Jango por não conhecer a realidade econômica do país e ser responsável pela inflação. E isso prejudicava as esquerdas, porque “*Jango, para 90 por cento do povo, é um governante de esquerda (quando não comunista) e as esquerdas, naturalmente, levam a culpa eleitoral pelas dificuldades do presidente*” (UH-RJ, 28.10.1963). Goulart, por sua vez, insistia em compor-se “*com forças, cujo principal objetivo é frustrar qualquer tentativa reformista*”. Ou ainda: “*as forças populares são Governo no entender da maioria do eleitorado, e ser, no momento, Governo, é estar com os fundilhos brilhantes de tanto desgaste*” (UH-RJ, 29.10.1963). A impressão que fica é que Jango estava atrapalhando o país e os planos de Francis.

Afinal, para ele, Jango tinha ou não apoio popular e eleitoral? Quando interessava a ele cobrar do presidente uma série de medidas enérgicas, dizia que Jango tinha apoio popular e eleitoral. Quando achava que a relação esquerdas/forças populares/Jango era prejudicial às duas primeiras, ele afirmava o contrário. Por isso, as esquerdas/forças populares deveriam entrar em oposição franca ao presidente, “*se se incluiu em sua estratégia o fator eleições*” (UH-RJ, 29.10.1963). Ou seja, se as esquerdas preferissem outro caminho que não o democrático, poderiam continuar com sua imagem associada à do presidente.

Quando falava de um golpe de direita, o tom mudava. Usava a denúncia, não colocando o golpe como uma solução do problema ou uma alternativa à guerra civil. Denunciava o envolvimento dos banqueiros e das classes produtoras, que faziam ameaças de *lockouts*. Ou então, lançava o desafio: “*no que me concerne, faço votos de que a direita vá adiante com seus propósitos. Já é tempo de que as coisas cheguem a uma decisão aqui. Veremos quem grita mais alto*” (UH-BH, 31.10.1963). Pode-se ler “*quem grita mais alto*” como quem dará o golpe primeiro: direita ou esquerda.

Portanto, nota-se claramente que soluções inconstitucionais eram discutidas abertamente na imprensa que apoiava Jango. A nossa jovem democracia surgida em 1945 e fortalecida no governo de Juscelino²⁹, já demonstrava sinais de deterioração. Um dos motivos, segundo Francis, estava ligado a nossa grave crise econômico-financeira. Ele procurou apontar em suas colunas os problemas que considerava como impedimento ao nosso desenvolvimento econômico.

²⁹ CARVALHO. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*, p. 94-98.

Paulo Francis acreditava que o problema cambial era a maior razão da crise pela qual o Brasil estava passando. Para ele, diante da crise cambial, o problema das reformas ficava em segundo plano.

“O desenvolvimento brasileiro marca passo por falta de divisas. Nossos preços de exportação caem, enquanto aumenta o volume das mercadorias. Acumulam-se os vencimentos da dívida externa do Brasil. Adia-se um papagaio aqui e outro ali: esta a função principal dos últimos Ministros da Fazenda.” (UH-RJ, 02.10.63)

Segundo Francis, o Brasil estava submetido a uma política, ditada pelo Departamento de Estado norte-americano e pelos organismos financeiros internacionais, que visava “*teleguiar o desenvolvimento do país.*” O que nos permitia uma sobrevida eram iniciativas como as da Petrobras e a tentativa de diversificação do nosso comércio exterior, apesar da “*inércia do Governo*” nessa área. Esta inércia faria com que os Estados Unidos fizessem certas concessões sem maior importância para o desenvolvimento do Brasil, mas que postergavam o estrangulamento cambial. Nos ataques ao imperialismo, seu texto vinha cheio de chavões, trazendo ataques à “dominação imperialista e feudal”, que faziam parte das “contradições fundamentais” da nossa sociedade, expressões consagradas nos textos oficiais do PCB.

Acreditava que o governo deveria tomar medidas de caráter nacionalista para resolver o problema do estrangulamento cambial, porque, se ficasse esperando ajuda dos EUA, nosso “*destino [seria] mais negro do que a asa da graúna*”. O governo era incapaz para conter a especulação cambial do comércio do café, contenção que, segundo ele, “*teria ampla cobertura de seu dispositivo militar.*” Reclamava ainda da falta de relações com o Mercado Comum Europeu e a falta de medidas concretas para efetivação do comércio com os países do leste europeu. “*Somente uma mudança de regime econômico – o que é impossível sem alterar a presente ordem jurídica – permitirá ao país o aproveitamento social de suas riquezas*”(UH-BH, 05.10.1963).

Seu discurso era claramente nacionalista, apontando os investimentos estrangeiros como um retrocesso à independência do país, citando em seu apoio a carta-testamento de Getúlio Vargas:

“O entreguismo feroz que dominou o país depois da queda de Getúlio Vargas, começando pela Instrução 113, levando à absorção da quase totalidade do

parque industrial do país pelos inversores estrangeiros, o escárnio que é a palavra ‘reinvestimento’ no entender da SUMOC, etc., não podem ser resolvidos com as modestas (embora progressistas) medidas do Ministro Carvalho Pinto. O que é necessário, indispensável à sobrevivência do país, é uma mudança radical de regime [...] no sentido claramente enunciado por Getúlio Vargas em sua carta-testamento. O problema é dinheiro. O mais é desconversa.” (UH-RJ, 02.10.63)

Considerava a crise pela qual o país estava passando (61-63) idêntica a que tinha levado Getúlio ao suicídio. Para ele, tudo por que o Brasil estava passando já estaria na carta-testamento:

“A danosa absorção do nosso parque industrial por interesses estrangeiros, a impossibilidade de controlar o subfaturamento e o sobrefaturamento das empresas espoliativas sem uma radical mudança de regime econômico; forças patronais procuram impedir o reajuste salarial dos trabalhadores pela violência.” (UH-RJ, 05.10.63)

Constata, então, que nem a direita nem a esquerda tem “*condições militares de empolgar o poder*”, e que o “*Executivo está no centro*”, o que significaria o mesmo que “*essencialmente direita*”, levando ao imobilismo “*em que nos encontramos [e que] aumenta a rachadura ‘natural’ das estruturas arcaicas do país que terminarão desabando ninguém sabe como*” (UH-BH, 17.10.1963).

Sua receita para a crise era mais ação e menos diálogo. Segundo ele, com o aumento das greves, a inflação ascendente, o governo aparentemente estático, e com as lideranças populares estabelecidas perdendo o controle das classes trabalhadoras, “*conversa não adianta mais*”. O Governo precisava agora era de uma “*política popular*” (UH-BH, 23.09.63). Gasta uma coluna inteira detalhando esta ‘política popular’ sem usar uma só vez o nome de Jango. Sempre escreve ‘o Governo’, o ‘Executivo’.

Explica, então, aquilo que chama de “*política popular*”. Decretar a intervenção federal no abastecimento e reorganizá-lo em bases anti-especulativas; executar, através do Banco do Brasil, os títulos dos devedores relapsos, conseguindo assim “*uma imensidão de terras para entregá-las à população rural*”; socializar os frutos da produção nas grandes plantações de café e nas grandes criações de gado; modificar o estatuto do trabalhador rural, abrangendo os meeiros e os empreiteiros. Nas grandes plantações de café em São Paulo, a reforma agrária seria inviável, implicando no colapso da produção. Nas grandes criações de gado, igualmente.

“Café e gado, essenciais ao abastecimento externo (em dólares, inclusive) e interno, exigem operações extensas e complexas, cujo uso social para os que vivem da terra não pode ser resolvido com divisões espaciais, e sim com uma reorganização das relações de trabalho.” (UH-BH, 17.10.1963)

Provavelmente, Francis não seria tão ingênuo a ponto de acreditar que João Goulart teria condições de pôr em prática um programa desses, especialmente naquele momento, setembro/outubro de 1963. Se a reforma agrária ainda era possível, sendo objeto inclusive de negociações do PSD nos bastidores, como mostra o estudo de Argelina C. Figueiredo³⁰, a socialização dos frutos da produção era algo totalmente inviável pela repercussão que isso causaria, em qualquer tempo do governo Goulart, ou mesmo de qualquer outro. Isso com certeza fazia parte de sua retórica e de sua forma de atingir seu alvo, que era mostrar que Goulart não era capaz de conduzir as reformas. Outra pessoa mais articulada e mais comprometida com as esquerdas deveria tomar seu lugar.

No dia seguinte, ele começava sua coluna com o nome desta pessoa: Miguel Arraes. Iniciava com o “*governador Miguel Arraes*” sugerindo ao Presidente Goulart como agir para superar a crise: “*governe com as forças que o apoiam desde 1961*”. Continuava, com uma acusação feita por Brizola de que Jango tentava conciliar forças inconciliáveis, e completava: “*Não tem sido outra a tônica dos meus comentários, ou de qualquer pessoa atenta à realidade nacional.*”

Prosseguia exortando Jango a assumir poderes “*quase ditatoriais*” que a Carta de 1946 dava ao Executivo.

“Com um ministério progressista, Jango revolucionaria o país, marginalizando o Congresso. Encontraria em seu apoio muitos dos dez milhões de votos do plebiscito. O presidente conta com um dispositivo militar que o sustentaria frente à inevitável contra-ofensiva da direita. Tudo isso me parece evidente.” (UH-BH, 24.09.63)

Poucos dias depois Jango pediria ao Congresso o estado de sítio.

Em 23 de outubro, ele escreveu uma coluna com o título **Que fazer?**. Coincidentemente, no mesmo mês em que ocorreu a Revolução Russa de 1917. Nessa coluna, ele dizia que a **única solução** que se oferecia a João Goulart era “*ter coragem de rasgar o tumor.*” Para isso bastaria que ele seguisse as recomendações

³⁰ FIGUEIREDO. *Democracia ou reformas?*.

feitas por Miguel Arraes, que eram complementar o monopólio estatal do petróleo, exercer o efetivo controle sobre as remessas de lucros para o exterior e encaminhar a estatização do comércio exterior. Paulo Francis dizia que era deprimente ver a maneira pela qual Jango era tratado por toda a imprensa, e que ele já governava sob um meio golpe de direita. Estava “*manietado, num centro ilusório, de palavras não acompanhadas de atos.*” Lembrava o suicídio de Vargas, talvez como uma sugestão a Jango, o qual havia feito com que a maioria do povo chegasse “*ao conhecimento político de certos fatos e [reagisse] coletivamente contra os que os deturparam a consciência popular.*” Francis não explicava, no entanto, porque depois dessa tomada de consciência o povo estava sendo novamente iludido, e tendo de ser outra vez conduzido à luz por iluminados iguais a ele próprio. E concluía:

“Mas ninguém me convencerá de que Jango se fosse às televisões e rádios e explicasse ao povo o alcance das medidas que venho discutindo, que esse povo, que o empossou em setembro de 1961 e o reempossou em janeiro de 1963, não estaria integralmente ao seu lado, mais uma vez.” (UH-BH, 23.10.1963)

A meu ver há aí um equívoco, proposital ou não, na interpretação que Francis faz sobre os acontecimentos de setembro de 61 e janeiro 63. Tanto na reação ao veto militar à posse de Goulart como no plebiscito presidencialismo/parlamentarismo, a manifestação popular não foi a favor de Jango como vice-presidente ou presidente. No plebiscito de 1963, então, isso é mais claro ainda. Mesmo o *Última Hora*³¹, que apoiava João Goulart, deixou claro nas reportagens sobre o resultado do plebiscito que a escolha popular foi pelo sistema presidencialista e não foi uma nova eleição de Jango para a presidência. Basta lembrar que Jango foi eleito vice-presidente com apenas 38% dos votos, enquanto Jânio Quadros obteve 48%. Na eleição de 1955, Jango elegeu-se vice-presidente com 41% dos votos, 512.000 a mais do que Juscelino Kubitschek, que alcançou 36% dos votos. Ou seja, João Goulart, mesmo com o aumento considerável do contingente eleitoral de 8,6 milhões em 1955 para 11,7 milhões em 1960, manteve aproximadamente a mesma média percentual de votação, 38% e 41%, respectivamente. No plebiscito, o presidencialismo recebeu o sim de 9,5 milhões de eleitores, de um total de 12,3 milhões de votos, isto é, 77%. É difícil acreditar que o prestígio eleitoral de Goulart tivesse dobrado depois de dois

³¹ *Última Hora*, 07.01.1963. “O povo brasileiro ditou ontem, através das urnas, a sua vontade soberana. Pelo exercício do voto, mudou o regime. O povo disse NÃO em todo o país.” “Democracia está vitoriosa sem sangue e sem lágrimas.”

anos conturbados de governo. A vitória do presidencialismo foi decorrente de uma conjugação de interesses completamente diversos³², não podendo servir de base para uma retomada efetiva das reformas. Parece evidente que João Goulart não tinha tanto apoio popular assim, como Paulo Francis queria que seus leitores acreditassem. Arriscaria a hipótese de que os 9,5 milhões de eleitores escolheram votar pela democracia, rejeitando a solução golpista adotada em 1961. Demonstraram acreditar na democracia como regime muito mais do que a elite brasileira golpista.

Se, em dezembro de 1963, Paulo Francis chegava ao auge do radicalismo, pregando abertamente um golpe de esquerda, e incentivava Jango a tomar para si poderes ditatoriais, a partir de janeiro de 1964 ele passa para uma posição mais conciliadora. As críticas ao Governo e a João Goulart dão lugar a análises do panorama político como um todo e a ataques mais freqüentes a Carlos Lacerda, que já fazia campanha para as eleições presidenciais de 65. Chegou mesmo a criticar as esquerdas por não apoiarem Jango, quando este regulamentou a lei de Remessas de Lucros.

Essa mudança, com certeza, deveu-se ao seu pragmatismo. Jango já não controlava mais a crise e os indícios de um golpe de direita se mostravam cada vez mais claros. Resolve, pragmaticamente, abandonar de vez o barco de Jango e embarcar em uma solução mais aceitável pelo centro: a candidatura de Arraes. As pesquisas do IBOPE para a eleição presidencial de 1965, com o impedimento das candidaturas de João Goulart e Leonel Brizola, apresentavam os seguintes números: Juscelino em primeiro com 25%, Carlos Lacerda a seguir com 22%, logo depois Carvalho Pinto com 12%. Arraes e Ademar de Barros estavam empatados com 8%. Arraes era o único candidato das esquerdas e se beneficiava pelo impedimento de Jango e Brizola.³³ Na análise que Paulo Francis faz das candidaturas à presidência, em 4 de janeiro de 1964, comenta o favoritismo de Kubitschek e também as limitações que teria a candidatura de Carlos Lacerda para crescer. Diz que o candidato das esquerdas ainda não havia surgido, oficialmente, e citava a receita de Arraes para este candidato:

³² Além do boicote ostensivo de Goulart ao Parlamentarismo, a emenda do plebiscito contou com o apoio dos militares, sob inspiração de Kubitschek, e do movimento sindical. O PSD também apoiou a emenda, após um acordo com Goulart, no qual Kubitschek, outra vez, desempenhou papel decisivo. FIGUEIREDO. *Democracia ou reformas?*, pp.75-86.

³³ Esta dados estão em LAVAREDA. *A Democracia nas Urnas*, p. 153. Carvalho Pinto fora governador de São Paulo entre 1958-62, eleito pela coligação PDC-UDN-PTN-PR-PSB, e ministro da

“e mais importante: a fusão do que Miguel Arraes chama forças nacionais, englobando, sem radicalismo ideológico, todas as correntes de opinião que se opõem ao (para simplificar) imperialismo e latifúndio” (UH-RJ, 04.01.64).

Em outubro, Paulo Francis escreve, em sua coluna, que Arraes havia proposto a Jango a complementar o monopólio estatal do petróleo, exercer o efetivo controle sobre as remessas de lucros para o exterior e encaminhar a estatização do comércio exterior. Apesar de confessar não saber qual teria sido a reação de Jango à proposta, diz que o presidente provavelmente teria alegado “falta de condições” para a implantação de qualquer uma delas. Vai ficando claro, então, que Paulo Francis se inclina para Arraes. Jango já havia mostrado que não era confiável, sempre conciliando com a direita e adiando as reformas. Conciliar com a direita não era exatamente o problema. Isso Francis também queria, mas conciliação para implementar as reformas. A outra opção seria o apoio a Brizola, mas Francis considerava-o radical. Além disso, Brizola não parecia disposto a aceitar qualquer tipo de influência. Tinha o perfil de um caudilho. Ou coisa ainda pior. Em 1962, Francis encontrou com Brizola no Rio de Janeiro. Na oportunidade, Brizola lhe perguntou o que achava de Hitler, sem o anti-semitismo. Francis lhe respondeu que, mesmo sem o anti-semitismo, achava Hitler cômico e sinistro. Depois da resposta, mudaram de assunto.

“Nunca fui amigo íntimo de Brizola, mas, de um modo geral, eu o apoiava como jornalista, contra a vontade de Samuel Wainer, que era homem de Jango, que reclamava de mim com Samuel.”³⁴

Arraes era mais acessível, almoçavam juntos no Rio de Janeiro. e Francis provavelmente alimentava esperanças de poder ter alguma influência em um futuro governo, democrático ou não, de Arraes.

Na mesma coluna da conversa de Arraes com Jango, o governador de Pernambuco ainda merece mais dois parágrafos, que terminam com “*Arraes é um dos líderes políticos mais lúcidos do país.*” A referência positiva a Miguel Arraes não é fortuita. Tanto Francis quanto Adalgisa Nery sempre se referiam a Arraes positivamente. Por exemplo: em março de 1964, Adalgisa Nery, ao comentar os

Fazenda entre junho e dezembro de 1963. “Um nome de expressão reduzida a São Paulo, onde liderava a pesquisa. [...] A ausência de dimensão nacional dificultava-lhe a postulação.”

discursos do dia 13, usa dois terços da sua coluna elogiando Arraes. Ao elogiá-lo como político, diz que ele só pisa em terra firme, sabendo para onde vai e o que tem a fazer em sua caminhada. “*Não faz política personalista, não deseja fazer revoluções particulares nem em moldes estrangeiros com doutrinas e teorias que escapam às circunstâncias e às características nacionais*”.³⁵

Arraes e Brizola eram dois políticos que Francis elogiava em sua coluna. Francis tinha se encontrado apenas uma vez com o presidente João Goulart. Isso em 6 de março de 1964, durante uma reunião na qual Jango se encontrou com os intelectuais cariocas no Rio. Com Brizola também tinha tido apenas um encontro. Já com Arraes ele tinha contatos mais freqüentes. Francis gostava dele e criticava a esquerda quando esta não defendia Arraes dos ataques do presidente Goulart.

“Almoçávamos Arraes, Hermano Alves e eu no restaurante do Mesbla, Rio, alguns dias antes do comício de 13 de março. Deplorávamos o radicalismo saco-de-vento que víamos em toda parte. Espoucavam greves todos os dias. Naquele, tinham paralisado o fornecimento de gás aos bairros residenciais. O *Jornal do Brasil* publicou no dia seguinte que, enquanto as donas de casa não conseguiam fazer ou esquentar a comida para os seus, três notórios esquerdistas passavam à tripa forra no Mesbla, dando nossos nomes ao desprezo público.”³⁶

Quando Miguel Arraes era atacado por grupos de esquerda, ele prontamente saía em defesa do governador. Reclamava das divisões da esquerda e do “*vedetismo individual, que serve apenas ao fascismo aventureiro* [leia-se Carlos Lacerda]”.

“Em certos círculos, preparavam um manifesto denunciando o Governador Miguel Arraes como ‘lacaio do imperialismo’, o que seria somente risível se não fosse também uma medida de desequilíbrio, do blanquismo inconseqüente com que tanta gente encara os problemas do país.” (UH-RJ, 12.12.1963)

Na análise, dividida em 5 itens, que Francis faz das opções que se colocavam no panorama político para 1965, o item mais importante vem com uma referência a Miguel Arraes: “*a fusão do que Miguel Arraes chama forças nacionais, englobando, sem radicalismo ideológico, todas as correntes de opinião que se opõem ao (para simplificar) imperialismo e latifúndio*” (UH-RJ, 04.01.1964). Quando surge a sugestão de um nome único para as esquerdas, ela vem, não por acaso, junto com o nome do Governador de Pernambuco.

³⁴ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 45.

³⁵ UH-RJ, 19.03.64.

Paulo Francis troca, então, o termo ‘forças populares’ por ‘forças nacionais’, que englobavam todas as correntes de opinião que se opunham ao imperialismo e ao latifúndio, mesmo as não-esquerdistas. Segundo ele, as forças nacionais constituíam a maioria do país, embora estivessem dispersas, setorizadas, e, em grande parte, confusas. Essa troca vem acompanhada quase invariavelmente do nome do governador Miguel Arraes, colocando as ‘forças populares’ e Arraes como alternativas à ‘revolução’ que combateriam a direita. Arraes assume a função de um mentor e de um tertius, a terceira via.

“Segundo Arraes, perdemos um tempo enorme com a terminologia irreal que divide o Brasil entre esquerda, direita e centro, com um radicalismo verbal apoiado em muitos poucos fatos concretos. Deve-se ser radical nos fins, nota Arraes, ou na sustentação de certas posições, como a defesa da Petrobrás.”

Isso porque,

“há milhões de brasileiros que não se deixam sensibilizar pela linguagem radical em moda, mas que apoiam a principal reivindicação dos verdadeiros radicais, que é a substituição de uma estrutura colonizadora pelo controle nacional de nossa economia.” (UH-RJ, 07.01.1964)

A partir daí, Arraes vai sendo apresentado aos seus leitores como aquele que possui o mais lúcido raciocínio sobre a condição brasileira e a maneira de alterá-la em benefício da coletividade. Assim, segundo Francis, as esquerdas, se quisessem sobreviver e progredir, teriam de seguir o pensamento de Arraes.

Esse destaque positivo dado a Miguel Arraes pode ter três explicações. Primeira, Arraes poderia estar sendo usado como uma maneira de pressionar João Goulart a tomar o caminho das reformas, deixando de lado a conciliação. Se Jango não queria fazer as reformas, Arraes queria fazê-las. Dessa maneira, Arraes serviria como um exemplo e também como uma ameaça à liderança de Goulart no PTB. Como a Constituição impedia a reeleição do presidente, Arraes começava a destacar-se como uma estrela das esquerdas.

Já a segunda estaria ligada aos interesses financeiros de Samuel Wainer. O *Última Hora* do Recife havia nascido para sustentar a candidatura ao Senado, pelo PTB, do empresário José Ermírio de Moraes, proprietário do grupo Votorantim. Todo o jornal foi montado com financiamento de José Ermírio, que o manteve também

³⁶ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 42.

quando faltaram anúncios para financiá-lo. O jornal apoiou a candidatura de Arraes ao governo. Foi José Ermírio quem financiou a campanha de Arraes ao governo em troca de apoio a candidatura ao senado pelo PTB pernambucano. Pode-se acrescentar a isso o fato de que José Ermírio, pertencente ao grupo “fisiológico” do PTB, fazia parte do Ministério nomeado logo após a volta do presidencialismo. Nesse caso, Francis estaria simplesmente seguindo a “linha” do jornal.

A última é que Paulo Francis poderia ter sido seduzido pelo nordestino Arraes.

“Apesar de seu brilhante êxito em Pernambuco, aos olhos de todos não passava de um nordestino provinciano cujo estilo político parecia fora de moda no mundo industrializado do centro-sul do Brasil. Conquanto tivesse conquistado a simpatia e a admiração de alguns intelectuais nacionalistas de esquerda no Rio de Janeiro, seu pequeno prestígio dentro do PTB era suplantado pelo de Jango e Brizola, que se elevavam no centro da política nacional.”³⁷

Essa simpatia e admiração de alguns intelectuais nacionalistas poderia estar ligada à pretensão de alguns deles, inclusive Francis, de poder exercer alguma ascendência sobre Arraes em um provável mandato presidencial. Mas essa admiração atingia também jovens intelectuais e, provavelmente, por outros motivos. José Murilo de Carvalho, então um estudante do curso de Sociologia Política da Faculdade de Ciências Econômicas, descreve a imagem que Arraes tinha na época:

“Naquela época, na realidade, eu diria que tal convicção [democrática] quase não existia. A direita não se preocupava, e a esquerda tão-pouco. Boa parte da esquerda. E aqui eu faço questão de fazer uma exceção para um líder de esquerda: Miguel Arraes. Ele inclusive esteve na Universidade em 63 fazendo uma conferência em que defendia suas posições. Miguel Arraes era consistentemente democrático. Quando o avisaram de que o golpe tinha sido dado, ele perguntou: ‘Quem deu? Foi Goulart ou foi a direita?’ Ele era contra os dois tipos de golpe. Arraes, faço questão de salientar, teve a posição mais consistente, em termos de liderança, e a mais democrática.”³⁸

Em 24 de janeiro de 64, Francis faz uma análise interessante do momento que ele chama de ‘*Era do pseudo-acontecimento*’, nome dado a um acontecimento forjado e difundido pela classe dominante, sem qualquer repercussão social. Ou seja, era pura e simplesmente um boato. Ele cita como exemplo uma anedota verdadeira. No dia anterior, havia corrido o boato de que Jango teria dado o golpe. Um jornalista,

³⁷ SKIDMORE. *Brasil*, p. 340.

amigo de Francis, ao tomar conhecimento do boato, entrou em contato com San Tiago Dantas. Perguntou-lhe se sabia de algo, ao que San Tiago respondeu: “*Interessante. Há minutos o presidente me ligou perguntado o que é que há.*”

“A conclusão desse meu amigo: San Tiago, atendendo à pergunta do presidente, teria telefonado para Amaral Peixoto. Este de nada sabia, por certo, e ligou para Doutel de Andrade, que, por sua vez prometeu ao presidente do PSD comunicar-se com Jango para obter informações.” (UH-RJ, 24.01.1964)

Essa boataria mostra como a crise política era grave. A boataria envolvia não só presidentes de partido, mas chegava também ao Presidente da República. Em janeiro de 1964, já se aceitava a idéia de um golpe como algo que iria mesmo acontecer. Francis fazia em sua coluna uma irônica e sombria previsão: “*A democracia brasileira, como Alziro Zarur, está sendo chamada por Jesus.*”³⁹

Esse pseudo-acontecimento, a acefalia no governo e o corporativismo reivindicatório (perigoso por não estar condicionado a realidades políticas) geravam, para Paulo Francis, o clima ideal para o fascismo de Carlos Lacerda. Durante todo o mês de janeiro e até meados de fevereiro de 1964, Francis ataca sistematicamente Carlos Lacerda e a candidatura dele à presidência. Nesse período, não há ataques ao Governo, nem a Goulart, em particular. Arraes é citado com certa frequência, algumas vezes como um dos grandes eleitores para 65, outras vezes como potencial candidato do PTB, já que Brizola estava constitucionalmente impedido de concorrer à presidência, por ser cunhado de João Goulart.

Em meados de fevereiro de 1964, Francis volta a falar de Jango e também, explicitamente, de revolução. Afirma que Jango “*está forte, com um dispositivo sindical e militar que lhe dará cobertura para medidas executivas em profundidade [as reformas de base]*” (UH-RJ, 13.02.1964). Na sua avaliação, a maior oposição a Jango vem da ‘esquerda radical’ [Brizola et al.], da qual ele exclui o PCB. Ela tem sua base entre militares, operários e camponeses, que poderiam ser mobilizados para fazer a revolução em dois casos. Primeiro, se Goulart não fizesse as tais reformas. Segundo, caso Lacerda chegasse ao poder via golpe de direita ou mesmo via eleitoral.

O tom das colunas da segunda quinzena de fevereiro passa a ser a caracterização de um provável futuro governo presidencial de Carlos Lacerda como

³⁸ CARVALHO. 1964 – *Uma necessidade histórica*, p. 17.

uma ditadura de direita. Mostra o discurso fascista de Lacerda, que elogiava sistematicamente o governo português de Salazar. Francis afirma ainda a interferência direta de Lacerda na violência política ocorrida em Minas durante o congresso da CUTAL (Central Única dos Trabalhadores da América Latina). Ao incluir na acusação também o IBAD, Francis mostra que a conspiração IPES/IBAD não era tão secreta assim. Ou, pelo menos, em parte.

“Somente cretinos, ingênuos ou desonestos podem crer na geração espontânea da violência em Minas contra o congresso da CUTAL e o comício da Frente de Mobilização Popular. Trata-se de operação concebida, comandada e executada pelo IBAD, como parte e parcela da ofensiva fascista no País.” (UH-RJ, 27.02.1964)

Para ele, a única solução para combater essa violência seria usar as tropas do exército para garantir estas manifestações. Com a violência começando do lado de lá “*as forças populares receberam o sinal verde para replicar violência com violência.*” Esse seria o início da guerra civil que ele já havia previsto. Porém, antes, segundo Francis, haveria uma interrupção para os feriados do carnaval.

Um discurso defendendo a democracia e a lei só vai surgir nas colunas de Francis no final de março de 1964, depois que a situação de Goulart estava praticamente insustentável, após o comício do dia 13. A culpa da situação recai toda sobre o Congresso, e Goulart é pintado como um democrata nato. O tom do discurso é meio irreal e soa quase como um grito final de desespero:

“As liberdades democráticas serão preservadas. Nem há clima no País para que caíam. [...] Houvesse sido convertida em lei [o pedido de reforma da Constituição], onde estariam hoje os supostos desígnios golpistas de Jango? O Congresso Nacional, ressalvadas as exceções, é o único e exclusivo responsável pela crise que o defronta.” (UH-RJ, 20.03.1964)

No dia 24 de março de 1964, em plena crise política, o jornal *Última Hora* sofre uma interessante modificação. A coluna de Paulo Francis muda de nome, trocando o *Informa e comenta* para um significativo ***Interpreta e comenta***. Além disso, há uma modificação também na diagramação. As colunas de Adalgiza Nery e Otávio Malta, que saíam normalmente na página 4, dispostas verticalmente no lado direito da página, e a de Paulo Francis, que saía na página 3, disposta verticalmente e

³⁹ UH-RJ, 04.01.64.

ocupando toda a coluna de cima a baixo, à direita, passam a ocupar a página 4, e são dispostas horizontalmente. Foi introduzida uma nova coluna, de Flávio Tavares, com o nome *Flávio Tavares informa de Brasília*.

A troca do **informa**, *dar notícia ou informação*, por um **interpreta**, *ajuizar, aclarar o sentido, explicar, traduzir*, mostra a intenção de mudar a qualidade da discussão. Assim como pretendia exercer uma ascendência sobre Arraes, Francis passa também a tirar do leitor a possibilidade dele mesmo interpretar as informações passadas por Francis. Ele agora já traz na sua coluna o fato interpretado.

E vai ser isso o que ele procurará fazer também em suas memórias. Ele não vai simplesmente narrar os acontecimentos, ele vai interpretá-los, procurando construir uma versão própria para esse início dos anos 60. Nessa nova interpretação, *representação*, os atores vão mudar de papéis, inclusive ele, o autor do novo roteiro.

CAPÍTULO 3

A história dos que foram sem nunca terem sido.

ou

“Mais lembranças tenho eu do que todos os homens tiveram desde que o mundo é mundo. Minha memória, senhor, é como depósito de lixo.”¹

“Detesto, repito, nostalgia, e não é minha intenção glamourizar o período. O nosso movimento inovou porque reuniu todos os fios da meada, do modernismo a Jorge Amado, digamos, procurando uma comunalidade brasileira completa, de nação integrada. Sem querer ser muito otimista, há uma progressão e não uma involução.”

Paulo Francis – *Os melhores anos de nossa vida* . (1978)

¹ Jorge Luiz Borges – *Funes, o memorioso*.

Por que aconteceu março de 1964? Era, ou não, inevitável o golpe? Existia a possibilidade efetiva de uma outra saída ou o único caminho era o antidemocrático? O golpe começou em Washington? Foi golpe ou contragolpe?

Há várias interpretações sobre o Golpe de 64, bem como diversas memórias sobre 64, tanto dos que ganharam como daqueles que perderam. A interpretação que considera o Golpe de 64 como inevitável tem algumas versões não coincidentes. Uma delas é a de que o golpe teria sido tramado fora do Brasil, fazendo parte de uma estratégia do imperialismo e da Guerra Fria. Nós estaríamos sob a influência dos Estados Unidos sendo, portanto, uma impossibilidade o pretense caminho para o socialismo que o país estava tomando. Essa versão é, por exemplo, a de Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*², e de outros auxiliares próximos ao presidente João Goulart, durante seu governo. Washington teria financiado o golpe através da CIA.

A tese da conspiração internacional e direitista defendida por Renne Dreifuss, 1964, *A conquista do Estado*, leva em conta o complô arquitetado pelo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Nele estariam envolvidos os militares, principalmente aqueles ligados a Escola Superior de Guerra, os grandes empresários e os latifundiários. A ação da classe capitalista por meio de uma elite orgânica constituída por tecno-empresários, empresários e militares, organizada politicamente no complexo IPES/IBAD, conseguiu desenvolver “*uma campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico-populista*”, compreendendo “*a desagregação dos quadros populistas, assim como aqueles de imaturos grupos reformistas, adiando as ações do Executivo*”, procurando “*conter o desenvolvimento da organização nacional das classes trabalhadoras*”.³ O objetivo da elite orgânica era a unificação das várias oposições sob sua liderança e a partir daí formular um plano geral para lançar uma

“campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas.”⁴

² Luiz A. Moniz BANDEIRA. *O governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

³ DREIFUSS. 1964, p. 229.

⁴ DREIFUSS. 1964, p. 229.

O maior problema da análise de Dreifuss é que ele toma a conspiração das elites orgânicas como uma condição suficiente para o sucesso do golpe, percebendo os conspiradores como onipotentes, não sendo limitados por nenhum constrangimento externo.

Outras teses que levam em consideração a inevitabilidade do golpe destacam o lado econômico como o mais importante. Para manter seus lucros, o capitalismo nacional teria tanto que transferir seus lucros para o exterior como manter uma superexploração da força de trabalho, e isto só seria possível sob um regime autoritário. Outra vertente defende que o processo de substituição de importações de bens de consumo duráveis tinha chegado ao máximo possível. Assim, a próxima etapa, a substituição de importações na área de bens de capital requereria a introdução de um regime autoritário.

Dois trabalhos que se destacam em relação a essa abordagem são de Guillermo O'Donnell, *Modernización y Autoritarismo*⁵, e de Fernando Henrique Cardoso, *O modelo político brasileiro*. O'Donnell mostra as conexões entre estágios de industrialização e regimes autoritários. Para ele, à medida que acontece um aprofundamento da substituição de importações, o processo de industrialização atinge um ponto crítico, exigindo assim, para a continuação do crescimento econômico posterior, a adoção de formas autoritárias de regulação do conflito. Para ele, existiria uma afinidade eletiva entre esses dois fenômenos. Seu principal argumento baseia-se numa conjectura implícita que contém a noção de necessidade.

Cardoso apresenta uma visão mais determinista, afirmando que o autoritarismo foi inevitável. Para ele, o processo de acumulação exigiria o desmantelamento das organizações sindicais e políticas disponíveis às classes populares, porque “*tratava-se da necessidade de recompor os mecanismos de acumulação e de recolocar esta última num patamar mais alto, capaz de atender ao avanço verificado no desenvolvimento das forças produtivas*”⁶. Todas essas explicações econômicas já foram refutadas, especialmente no que concerne às evidências empíricas que as sustentam. Refiro-me especialmente aos trabalhos de José Serra, *As desventuras do economicismo: três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento*; Michael Wallerstein, *O colapso da democracia no Brasil*; e Albert O. Hirschman, *A mudança para o autoritarismo na*

⁵ O'DONNELL, G. *Modernización y Autoritarismo*. Buenos Aires: Paidós, 1973.

⁶ CARDOSO. *O modelo político brasileiro*, p. 51.

*América Latina e a busca de suas determinantes econômicas.*⁷ Wallerstein, apesar de criticar as teses de O’ Donnell e Cardoso, defende também uma explicação econômica para o golpe, colocando a sua origem na estagflação.

“A crise política não foi provocada tanto por um novo conjunto de requisitos políticos correspondentes a um novo estágio de crescimento econômico quanto pela inabilidade do regime populista de sobreviver a um período de estagflação.”⁸

Fernando Henrique Cardoso, posteriormente, criticou a sua própria posição. No texto *Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina*, ele relembra aqueles “*que proclamam apressadamente a inevitabilidade da ditadura militar para abrir o caminho para a ‘fase atual’ do desenvolvimento capitalista que a história é mais caprichosa do que pode parecer.*”⁹

A análise de Wanderley Guilherme dos Santos, *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*, tem como premissa principal que “*conflitos sociais e econômicos geram impactos pela mediação da estrutura e competição políticas*”, sendo que “*o que importa para o resultado de qualquer outro conflito na sociedade como um todo*” é a estrutura do conflito político.¹⁰ Para Santos, o golpe de 64 foi resultado do que ele chama “paralisia de decisão”. Os processos que produziram esta paralisia decisória seriam “*a fragmentação de recursos de poder, acompanhada de radicalização ideológica, a fragilidade e inconstância das coalizões que se formaram no parlamento e a instabilidade governamental*”.¹¹

O processo de radicalização é o principal fator explicativo da tese de Santos, pois ele impediu que os partidos se engajassem em cooperação e compromisso. A ênfase nos aspectos políticos leva Santos a subestimar os aspectos sociais e econômicos que também estavam em jogo no processo. Outra crítica que pode ser feita é à noção de inevitabilidade do golpe de 64: “*o impasse foi a consequência imperiosa de um conflito político caracterizado pela dispersão de recursos entre atores radicalizados*”.¹²

⁷ Os textos de SERRA e HIRSCHMAN estão no livro *O Novo Autoritarismo na América Latina*, COLLIER, David (org.).

⁸ WALLERSTEIN. *O colapso da democracia no Brasil*, p. 323.

⁹ CARDOSO. *Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina*, p. 47.

¹⁰ SANTOS. *Sessenta e Quatro*, p. 22.

¹¹ SANTOS. *Sessenta e Quatro*, p. 10.

¹² SANTOS. *Sessenta e Quatro*, p. 22.

Em trabalho mais recente, de 1993, Argelina Cheibub Figueiredo retoma o estudo da crise política que levou ao golpe de 64. Em *Democracia ou Reformas?*, Figueiredo analisa as alternativas democráticas para a solução da crise política iniciada com a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e finalizada com o golpe militar de 1964. Ela considera que o golpe não foi resultado de uma onipotente conspiração direitista, nem tampouco a consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ou econômicos. Figueiredo mostra que a estrutura dos conflitos econômicos e a ideologia que orienta as estratégias das forças políticas foram provavelmente tão importantes para o fim da democracia quanto a inadequação do sistema institucional.

José Murilo de Carvalho, ao comentar as teses de Moniz Bandeira, de Dreifuss, e as de O'Donnell e Cardoso, levanta a seguinte hipótese:

“Dado o fato de ter havido surpresa, de terem sido as teses elaboradas posteriormente, eu me pergunto seriamente sobre esse tipo de elaboração. Pergunto se não se trata, na realidade, de um alibi da esquerda, ou dos principais responsáveis pela esquerda na época, para se livrarem da responsabilidade dos erros políticos que cometeram. [...] Foi realmente uma necessidade ou trata-se de uma racionalização *a posteriori*? Foi uma atribuição à fortuna de um grau de necessidade total para ocultar o que na realidade talvez tenha sido uma ausência de ‘virtu’ política?”¹³

Paulo Francis também tem sua interpretação sobre o golpe de 64, escrita em forma de memórias e artigos analíticos. Os dois livros de memórias são *O afeto que se encerra – memórias* e *Trinta anos esta noite – 1964 – O que vi e vivi*. Cabe aqui uma pergunta instigante. Na construção dessas memórias, seria possível identificar uma tentativa por parte de Paulo Francis de “se livrar da responsabilidade dos erros políticos que cometeu” como intelectual que ajudou a formar uma opinião pública?

“Há muitas versões sobre 1964. E fabulação, quer dizer, de um dado real são construídas fantasias do tamanho da paranóia de quem nos conta. Todos somos de certa forma ficcionistas. É praticamente impossível não colorir com nossa personalidade o que narramos. A memória sempre nos trai.”¹⁴

A memória, individual ou coletiva, é construída de diálogos produzidos num determinado contexto social. Ela leva em conta os aspectos políticos, sociais e econômicos. Assim,

¹³ CARVALHO. 1964 – *Uma necessidade histórica*, p. 11-12.

“A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional.”¹⁵

Segundo Le Goff, tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Por isso, os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.¹⁶ Paulo Francis, em *Trinta anos esta noite*, afirma que pretende tirar do esquecimento os acontecimentos de 1964 e esclarecer “*algumas idéias nebulosas sobre o regime militar e o governo Jango*”.¹⁷ Quer fazer um “*relato pessoal de 1964*”, do qual participou “*como jornalista*”.

“Perguntei a amigos sobre nomes, ocorrências e alguns dados de que me sentia incerto de memória.”¹⁸

Em *O afeto que se encerra*, ele afirma que o livro “*contém passagens autobiográficas*”, não sendo “*estudo, ou reminiscência, de um período histórico. É memória seletiva*”.¹⁹ Acredito que Paulo Francis tentou construir um “*lugar de memória*”. Os lugares de memória são os *lugares* (no sentido exato do termo)

“em que uma sociedade registra voluntariamente as suas recordações. [...] Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações. Todos estes memoriais têm a sua história.”²⁰

Apesar de Pierre Nora ter esforçado-se em esclarecer qual é exatamente o conceito de “*lugar de memória*”, ele ainda é bastante impreciso. Armelle Enders pondera que o conceito “*possui geometria variável e designa ora objetos, ora um método, ora a memória, ora o trabalho do historiador*.”²¹ Na introdução de *Les*

¹⁴ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 11.

¹⁵ MENESES. *A história, cativa da memória?*, p. 22.

¹⁶ LE GOFF. *História e Memória*, p. 426.

¹⁷ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 7.

¹⁸ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 11.

¹⁹ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 11.

²⁰ NORA. *Memória coletiva*, p. 454.

²¹ ENDERS. *Les Lieux de mémoire, dez anos depois*, p. 135.

Lieux de mémoire, Pierre Nora ensina que o “*lugar de memória*” é o lugar no qual “*a memória se cristaliza e se refugia*”²² daquilo que, de fato, pode ter ocorrido.

“O que faz os lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. *Templum*: recorte no indeterminado do profano – espaço ou tempo, espaço e tempo – de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”²³

Esta definição é de 1984. Em 1993, na edição de mais um volume de *Les Lieux de mémoire*, Nora volta ao assunto e apresenta uma nova definição:

“Lugar de memória: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer.”²⁴

O primeiro artigo de Paulo Francis sobre o golpe foi publicado pela *Revista Civilização Brasileira*, em maio de 1965: *1º aniversário do golpe: quem deu, quem levou, reações possíveis*. Para ele, o golpe contou com a participação norte-americana, deixando claro não acreditar em qualquer mudança de regime no Brasil sem a devida anuência dos Estados Unidos.

“O golpe, na América Latina, ao contrário da revolução, é instrumento da classe dominante. Esta, apesar de antagonismos setoriais, depende, para a sua sobrevivência, da cobertura do poder americano: o que se estende às instituições que a mantêm como classe dominante, como as Forças Armadas.”²⁵

Francis, que atuou com o objetivo de clamar por soluções antidemocráticas, vai criar nas suas memórias uma outra imagem, de si e de seus companheiros de esquerda, procurando se livrar de qualquer responsabilidade naquele desfecho. Seu perfil se encaixa bem no que Weffort chama de ser autoritário e democrata ao mesmo tempo.

“Mas o forte da tradição política brasileira é a ambigüidade que a muitos permite serem – ou pretenderem ser – autoritários e democratas ao mesmo

²² NORA. *Entre memória e história*, p. 7.

²³ NORA. *Entre memória e história*, p. 27.

²⁴ NORA, Pierre. *Les France*, apud ENDERS. *Les Lieux de mémoire, dez anos depois*, p. 133-34.

²⁵ FRANCIS. *1º aniversário do golpe*, p. 61.

tempo. [...] Alain Touraine definiu o sentido histórico do desenvolvimento do Brasil dos anos 30 aos anos 60 com uma expressão característica: ‘democratização via autoritária’. O que sugere que a nossa tradição política foi capaz do milagre de distinguir uma eficácia democrática no autoritarismo daquela época. O único milagre de que a tradição não tem sido capaz, até aqui, é o de discernir na democracia o seu próprio sentido. Uma concepção autoritária da democracia significa, além de uma certa preferência pela ambigüidade, o gosto por doses maciças de cinismo. [...] Esta mistura complexa de ambigüidade e de cinismo nos legou um conceito de democracia segundo o qual esta é apenas um instrumento de poder. Um instrumento de poder entre outros, apenas um meio, uma espécie de ferramenta para se atingir o poder. Essa idéia está de tal modo enraizada em nossos hábitos políticos que ficamos, com freqüência, embaraçados diante da simples possibilidade de virmos a pensar a democracia como um fim em si.”²⁶

Paulo Francis escreveu bastante sobre o golpe de 64 e sobre o início dos anos 60. No ano de 1966, ele publicou na *Revista Civilização Brasileira*, de maio, o artigo *Tempos de Goulart*. Esse artigo e o de 1965 foram republicados em uma coletânea, *Opinião Pessoal – Cultura e Política*. Publicou também dois livros de memórias, *O afeto que se encerra*, em 1981, e *Trinta anos esta noite – 1964, o que vi e vivi*, em 1994. Escreveu também um pequeno ensaio chamado *O Brasil no mundo – uma análise do autoritarismo desde suas origens*, em 1985, no qual comenta o Golpe de 1964.

Todo esse material, que pode ser chamado de memórias é, na verdade, praticamente o mesmo, quase sempre retrabalhado. Paulo Francis é um homem de um texto só, que vai parafraseando a si mesmo, de texto em texto.

“Mais importante, em 1 de abril, falei ao telefone com o General Ladário Teles, comandante do Terceiro Exército. Ele me disse que tinha amplas condições de resistir contando com a guarnição de Porto Alegre, mas que o Presidente se recusara ao ‘derramamento de sangue’.” (1981)²⁷

“Eu próprio ouvi, ao telefone, em 1º de abril, o general Ladário Teles, comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, dizer que tinha plenas condições de resistência e que contava com 70% da guarnição, que é a mais numerosa e uma das melhor equipadas do país.”(1985)²⁸

“Mas, ao meio-dia de 1º de abril, consegui falar com o general Ladário Teles, que comandava o Terceiro Exército. Disse que tinha plenas condições de

²⁶ WEFFORT. *Por que democracia?*, p. 33-34.

²⁷ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 62.

²⁸ FRANCIS. *O Brasil no mundo*, p. 41.

resistência, que dispunha do apoio de 70% da sua tropa, mas que o presidente João Goulart não queria derramamento de sangue.” (1994)²⁹

“Jango sabia que arriscava o apoio das elites antiesquerdistas e conservadoras, o que deve ser a razão principal que o levou a entregar o Ministério da Fazenda a Carvalho Pinto, e não só o ministério, como todos os cargos importantes ligados à economia, para espanto geral de aliados e inimigos. Carvalho Pinto silenciou até Lacerda.” (1985)³⁰

“Veio Carvalho Pinto. [...] Calou a oposição a Jango, que se organizava sob o comando do infatigável Carlos Lacerda. Mais uma vez, não há explicação lógica. Carvalho Pinto nomeou gente sua para todas as posições no Ministério da Fazenda. [...] Ninguém entendeu. Samuel ficou perplexo.” (1994)³¹

E assim acontece em quase todos estes textos. As lembranças mudam de capítulos, os capítulos mudam de nomes, notas de rodapé são incorporadas ao texto.

Nas memórias de Francis, escritas em maio de 1966³², os culpados do desastre já são logo nomeados: a ignorância do nosso povo e a incompetência de João Goulart.

“A ignorância é o grande patrimônio nacional.”

“... o Presidente recusou-se a governar. Sua inabilidade com civis e militares não tem paralelo na História do País”. [...] Hostilizando ainda seu aliado natural em Pernambuco.”

Nem uma palavra sobre a atuação dos outros atores no processo. O intuito é tirar o foco dele mesmo e dos companheiros de esquerda que apostaram num poder que não tinham e bancaram uma aposta que não conseguiram sustentar. Desse modo, ele insiste, determinado, “*uma coisa é certa*”: o desempenho de Goulart, “*triste e ridículo exige uma crítica em profundidade se não quisermos perseverar no erro*”.

Passa, então, a fazer a análise das duas versões sobre o golpe, na época, 1966, mais correntes. A versão dos inimigos de Goulart atribuía o golpe à inércia do presidente, ao seu ‘primarismo’, entendendo-se por primário “*o indivíduo ignorante de sociologia, economia e constitucionalismo*”. A outra versão, a dos amigos de Jango, dizia respeito ao seu despreparo. Paulo Francis afirmava, então, que

²⁹ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 21.

³⁰ FRANCIS. *O Brasil no mundo*, p. 63.

³¹ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 35-36.

³² *Tempos de Goulart* (FRANCIS. *Opinião Pessoal*). Nos parágrafos seguintes todas as referências são a este texto.

discordava das duas versões, porque o que era decisivo para um líder não era seu nível intelectual, mas sim “*o senso das oportunidades de ação, dos meios de aproveitá-las e a energia para esgotá-las*”. Não concordava com nenhuma das versões apresentadas, pois considerava que a política brasileira subsistia “*sob o signo do comadrismo, do mexerico, do personalismo*”. Como se vê, nenhuma palavra sobre a esquerda radical, a esquerda das exigências desproporcionais a seu poder, da qual ele fazia parte, tanto como colunista como membro dos “grupos dos onze”.

E Goulart, aquele que havia sido consagrado em janeiro de 1963, com 9,5 milhões de votos, conforme a análise feita pelo próprio Francis, como vimos no capítulo anterior, aquele a quem tudo se cobrava, a quem tudo se pedia, passa a ser considerado, dois anos depois (1966), como não representando de maneira nenhuma “*o espírito de revolta das camadas populares do País*”³³.

Acusa Goulart, *um caudilho populista*, de manter um sindicalismo dos pelegos, não permitindo infiltrações de esquerda, de nunca ter tentado ampliar a sindicalização, pois assim “*se arriscaria a perder o controle do movimento popular, caso ele se organizasse e diversificasse*”. Paulo Francis é também um pragmático na construção de suas memórias. A verdade é aquilo que é útil, o que não é útil é esquecido ou distorcido. Esqueceu-se, com certeza, da participação de Almino Affonso, que foi Ministro do Trabalho em 1963. Affonso promoveu, durante a sua gestão, o aumento da autonomia sindical em relação “*aos políticos tradicionais como o Presidente Goulart*”³⁴, insistindo inclusive na legalização da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Francis “esqueceu-se” deste fato, ou isto entra naquilo que ele mesmo chamou de “*memória seletiva*”³⁵? E esses comentários sobre estas posições de Affonso e sua atuação frente ao ministério saíram em reportagens no *Última Hora*, nos dias 02, 03 e 04 de abril de 1963, o jornal em que Paulo Francis escrevia.

Quando relembra que “*nossos atores políticos não entenderam o drama que estavam vivendo*”³⁶, Francis não estava se referindo a ele mesmo. Para ele, esses atores enganaram-se “*quanto às origens e soluções da crise brasileira*”, esquecendo-se de “*incluir a si próprios e as correntes de pensamento que representam entre os*

³³ FRANCIS. *Opinião Pessoal*, p. 18.

³⁴ ERICKSON. *Sindicalismo no processo político no Brasil*, p. 99.

³⁵ FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 11.

³⁶ FRANCIS. *Opinião Pessoal*, p. 22.

tributários da estagnação nacional.”³⁷ Paulo Francis parece esquecer-se da sua própria atuação, daquele que procurava um palco maior para atuar.

Em determinado momento, começa a fazer uma crítica ao mito do líder infalível, usado, segundo ele, pela direita.

“O mito do líder infalível, da *father figure*, permanece entranhado na consciência do nosso povo, e seus mentores nada fazem por demoli-lo; muito ao contrário, interessa-lhes, mantê-lo como instrumento de obscurantismo.”³⁸

Pois bem, nas colunas de Paulo Francis, um dos principais assuntos era Getúlio Vargas e sua ‘carta-testamento’. Getúlio era constantemente lembrado, principalmente a Goulart, como um grande líder responsável pelo destino que o país cumpria naqueles anos finais dos 50 e início dos 60. E como um exemplo a ser seguido. Não no suicídio, porque achava que Jango não tinha coragem para isso, mas na coragem de levar à frente as reformas. Citava como exemplo a CSN, a Petrobras e a Eletrobras. Mas o problema não era com ele, Francis, que se mostrava imune a qualquer autocrítica. Pode-se dizer que ele não estava cumprindo o papel de intelectual que é capaz de criticar a sociedade e também de se autocriticar. Capaz de perceber que, mesmo dispondo de mais instrumentos para fazer a crítica da sociedade, isto não o tornava isento ou imune à críticas e principalmente autocríticas.

E ele continua, falando como um crítico acima de todos e de tudo.

“E é necessário que o mocinho seja cotejado com um bandido à altura, integralmente repulsivo, pois só assim as qualidades de chefia consideradas aceitáveis pela classe dominante ganharão o relevo ‘mágico’ indispensável a esse tipo de batota política. A antinomia Lacerda-Goulart foi artificialmente criada em tais padrões.”³⁹

Percebe-se a tentativa de se isentar de qualquer envolvimento ou responsabilidade nos acontecimentos. Os interesses eram os da classe dominante. Nem uma palavra sobre o fato de ter sido ele, Paulo Francis, um dos principais fomentadores dessa antinomia. Nas suas colunas, Lacerda era pintado não só como um líder incontestável, como também o contraponto de Goulart.

³⁷ FRANCIS. *Opinião Pessoal*, p. 22.

³⁸ FRANCIS. *Opinião Pessoal*, p. 17.

³⁹ FRANCIS. *Opinião Pessoal*, p. 17.

“O regime vigente levou a certos extremos a tendência predominante no passado, uma política em que o povo serve, quando muito, de massa de manobra, sem ser ouvido ou cheirado na defesa de seus direitos e interesses reais.”⁴⁰

Mas era isso que ele mesmo fazia em sua coluna, ao usar sempre o povo como ameaça à classe média, real leitora de suas colunas. O povo aparecia em sua coluna sempre como elemento ameaçador, aquele que estava pronto a explodir, se a classe média não lhe concedesse alguns dos benefícios que Francis e outros reivindicavam em nome do povo.

Acusa a esquerda de ter se tornado indistinta do populismo oligárquico, que se fazia passar por “ideológico” para atrair votos e apoios da esquerda. O populismo conseguiu também o apoio de “*toda a brigada intelectual e de agitação de esquerda, que assim se convence de estar ‘ajudando o processo’*.”⁴¹ Não há qualquer referência à sua própria participação, nem como intelectual nem como esquerdista. Assegura, também, em 1994, que “*deveria ter atacado as esquerdas, mas me omiti*”. Mas nas suas colunas, frequentemente, havia ataques às diversas esquerdas.

A memória da memória também muda, às vezes, de forma surpreendente. Seria possível implantarem-se memórias, inventar um passado?

“Todas as eras são insatisfatórias e trágicas para os que as viveram, de que temos testemunho escrito interminável. Idealizam o passado os que temem o presente e o futuro. É um temor justificado, mas intrínseco à vida, que termina em morte, na derrota irreversível.”⁴²

Ao deixar o Brasil em 1970, Francis teria perdido a sua identidade? A construção e a reconstrução de uma memória seria a tentativa de criar essa identidade. “*Sem memória não temos identidade. Sem passado não temos identidade. Sem ambos nós simplesmente não existimos. Perdemos a nossa consciência ao perdermos os nossos caminhos trilhados, que vão tirar a certeza de quem nós somos.*”⁴³

O que era uma crítica em 1966, passa a ser **a única saída** em 1994. Em 1966, Paulo Francis dizia que as esquerdas haviam “*pactuado com a baixa politicagem das oligarquias*”, tornando-se “*um instrumento indireto*” destas. As esquerdas, segundo

⁴⁰ FRANCIS. *Opinião Pessoal*, p. 18.

⁴¹ FRANCIS. *Opinião Pessoal*, p. 18.

⁴² FRANCIS. *O afeto que se encerra*, p. 172.

⁴³ MENEZES. *Blade Runner – entre o passado e o futuro*, p. 147.

ele, justificavam essa conduta com argumentos como “*falta de condições*’, do *‘mal menor*’, dos *‘objetivos táticos*’ e *chorumela semelhantes*”. Vinte e oito anos depois, a *chorumela* vira uma justificativa para seu próprio comportamento no início dos anos 60.

“No fim do governo Jango [...] a campanha contra era de tal ordem que só me restava atacar, jornalisticamente, quem queria derrubar Jango. Em política, a escolha é sempre pelo mal menor.”⁴⁴

Arraes, nas colunas de Francis, em 63 e 64, era considerado “*um dos líderes políticos mais lúcidos do país*”. Em 66, ele ainda continuava prestigiado, constituindo-se na “*única tentativa estruturada e objetiva de instruir o povo para o exercício do poder*”. Trinta anos depois, Miguel Arraes passa a ser aquele que “*não decolou do regionalismo simples, de cristão primitivo*”, e não há referência à sua mudança de opinião, aos elogios que antes destinava a Arraes.

Se, em outubro de 1963, ele reivindicava de Goulart a socialização dos frutos da produção e a reorganização das relações de trabalho, em 66 ele afirma que “*o socialismo é impraticável no Brasil a curto e médio prazo*”, porque “*teríamos de arcar com os problemas de uma economia subdesenvolvida.*” Mais uma vez, nenhuma palavra sobre seu comportamento enquanto colunista.

Quando faz o *mea-culpa*, ele vem cheio de subterfúgios. “*Somos co-autores da confusão instaurada no País pelo Presidente*”, ele reconhece. Porém, somos seres humanos falíveis, inexperientes na maioria. “*Era difícil não ser contaminado naquele período de perspectivas tão variadas*”.

“Não me excludo dos erros que lhes aponte, exceto quando especificado; e se eu tivesse maior importância no processo político do País, seria, sem dúvida, tão suscetível de críticas na minha atividade jornalística quanto os políticos [...]. Não é um mau começo perdermos as ilusões sobre nós mesmos, se isto nos levar a não mais iludir o próximo.”⁴⁵

Seria este “*se eu tivesse maior importância no processo político*” uma confissão de que o sucesso na carreira como crítico teatral transformou-se em um fracasso no jornalismo político?

⁴⁴ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 187.

⁴⁵ FRANCIS. *Opinião Pessoal*, p. 31.

Quando Paulo Francis descreve o Rio de Janeiro como uma grande vila, onde todos pareciam se conhecer, pelo menos de vista, ele está relembando um Rio que era apenas uma parte do Rio. A cidade que ele descreve era basicamente o Centro e a Zona Sul. Era a cidade onde ele transitava. Quando se lê as notícias do *Última Hora*, tanto as manchetes da primeira página, quanto a parte policial, descobre-se um outro Rio, que Francis, em suas memórias, ignora. Pelas manchetes do *Última Hora* pode-se descobrir que a cidade passava constantemente por crises de abastecimento, dos mais variados gêneros. Nas manchetes da segunda-feira ficava-se sabendo que na quinta-feira iria faltar leite, açúcar, ou mesmo combustíveis. O jornal da sexta-feira, geralmente, trazia estampada na primeira página a confirmação da previsão, a confusão e a insatisfação popular. Nas páginas policiais, os principais personagens eram geralmente migrantes que, vivendo em situações miseráveis, acabavam cometendo crimes.

Havia, na verdade, dois Rios, um dos intelectuais da Zona Sul, e outro dos pobres mortais comuns, obrigados a conviver com um caos diário. Além dos problemas graves de abastecimento, havia greves quase diárias. Era impressionante como o país não parava. A pergunta que surge naturalmente é como era possível o país continuar funcionando com tamanho caos. Francis, nas suas memórias, descreve bem o Rio das festas cariocas, mostrando o mundo em que ele vivia, um mundo que existia paralelamente ao caos real.

“Lembro que Adalgisa Nery, então colunista da *Última Hora*, estava lá e lhe admirei a bela estrutura óssea. Generais, almirantes e brigadeiros, com as respectivas. [...] Comemos bem, atendidos *comme il faut*. O general Osvino Alves crivava Samuel [Wainer] de perguntas, se a cozinheira cozinhava ou se a comida fora encomendada de algum restaurante, o que mordomo fazia etc. Por alguns minutos devo ter meditado sobre a inexperiência social de nossos dirigentes civis e militares.”⁴⁶

Francis deixa também entrever a irresponsabilidade de seu comportamento como intelectual, bem como suas preocupações principais naquele momento.

“Nossa posição era curiosa. Professávamos querer destruir a ordem de que Moreira Salles [banqueiro, ministro, embaixador] era um dos pilares, mas se ele não nos convidasse para um coquetel nos sentiríamos humilhados.”⁴⁷

⁴⁶ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 47.

⁴⁷ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 54.

Atribui seu radicalismo à sua juventude.

“Não vou pedir desculpas. Nem sei o que queria. Não era socialismo.”⁴⁸

Jacques Le Goff, no texto *Passado/Presente*, afirma que, nos Estados Unidos, citado como um caso complexo, a exaltação de acontecimentos recentes da história americana são hipostasiados num passado mitificado, e conseqüentemente, estão sempre ativamente presentes enquanto mitos.⁴⁹ Talvez pudéssemos considerar isso que Paulo Francis faz em suas memórias, além de criar um lugar de memória, um caso de hipostasia. Principalmente se considerarmos uma das acepções da palavra *hipóstase*: “Ficção ou abstração falsamente considerada como real.”

“Hoje (1994) me parece que esse tempo foi bom. Mitificamos o passado, de uma maneira ou outra. Lembro saudoso o alto intelectualismo dos anos 1950...”⁵⁰

Porém, se considerarmos um outro significado da palavra *hipóstase*, como essência, substrato, o que há de permanente nas coisas que mudam, ficará uma séria dúvida no ar. Existiu, existe mesmo uma tentativa de se criar uma memória falsa sobre o período ou o substrato desse tempo foi a ilusão, o devaneio, o logro, o engano? Ou o sonho?

⁴⁸ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 59.

⁴⁹ LE GOFF. *Passado/Presente*, p. 293-310.

⁵⁰ FRANCIS. *Trinta anos esta noite*, p. 63.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quando o governo João Goulart caiu em 1º de abril de 1964, tomei uma garrafa de uísque inteira. [...] Fui me esconder na *garçonnière*, ninho de amor, de um amigo em Ipanema. [...] Lia tantos livros que, quando o rádio, a televisão ou algum jornal me traziam para o que acontecia no Brasil, às vezes me sentia um marciano recém-chegado em terra estranha. [...] Não saía para coisa alguma. [...] Amigos ricos, participantes emocionais ou com dinheiro do movimento militar contra Jango, me ofereceram dinheiro. Havia muita generosidade no Brasil, apesar de tudo. [...] Borges nunca me procurou. O provável é que isso se deva a velhos amigos meus no governo Lacerda.”

Paulo Francis, *Trinta anos esta noite*

Um dos epítetos do golpe de 64, usado pelos militares que deram o golpe, era a “redentora”. A “revolução redentora”, que viera para redimir os brasileiros do caos, do perigo comunista e da subversão. Mas essa redenção teve um outro aspecto não imaginado pelos militares e que não ocorreu no mesmo plano e momento. A “redentora”, ao unir contra ela todo um grupo heterogêneo de opositores, redimiu também uma esquerda que nunca foi democrática. Quando se instaurou uma ditadura de direita, ela purificou e transformou os golpistas antidemocráticos de esquerda em democratas de primeira hora. Isto foi uma das coisas que tentei demonstrar ao analisar a atuação de Paulo Francis.

Francis sempre referia a si mesmo e a sua geração de intelectuais como “*grupo geracional de rara ingenuidade*”, que acreditava “*que seria possível fazer um país novo, decente, justo*”. Mas não se lembra, em suas memórias, que, para atingir este objetivo, eles não se importavam em renunciar à democracia e à liberdade. E não considero que Francis estava sozinho nesse barco. Outros atores políticos da atualidade se beneficiaram desta “imagem redimida”, e com isso conseguiram construir uma imagem de democratas, apenas por estarem lutando contra uma ditadura de direita, sem mencionar que eles também defenderam ou apoiaram as tentativas da esquerda para dar um golpe. Mesmo que tivessem as melhores intenções do mundo, qualquer golpe implicaria restrição à liberdade, ou seja, levaria ao fim da democracia que então existia. Vários personagens do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso se beneficiaram desta imagem de esquerdistas democratas, como por exemplo, Sérgio Mota e José Serra. Serra, por exemplo, em março de 1964, presidia a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Outro ponto a destacar seria a participação de Paulo Francis no “grupo dos onze” de Leonel Brizola. Se considerarmos que ele realmente fazia parte de um desses grupos podem-se levantar duas questões. A primeira é a falta de articulação dos “grupos dos onze”. Francis, em momento algum, seja em suas memórias ou entrevistas, disse que procurou os outros dez membros do grupo do qual ele fazia parte. Ficou escondido, bebendo e com medo de ser preso. Não procurou nem foi procurado. Segundo Brizola, havia 24 mil “grupos dos onze”, poucos meses antes do golpe. A intenção de Brizola, segundo ele mesmo, era “*arregimentar a sociedade civil contra o golpe de Estado, que a direita articulava*”. Se imaginarmos que os outros 264 mil membros estavam também desarticulados para uma eventual

necessidade de entrar em ação imediata, sem aviso prévio, talvez se possa entender o fracasso dos grupos na resistência ao golpe de direita.

A outra questão é como as lideranças estavam mal preparadas e não conseguiram ver o potencial que existia para a mobilização de boa parte da população. Neste caso, conseguiu-se mobilizar milhares de pessoas para participarem dos grupos, mas as lideranças não se preocuparam em colocá-los em ação, nem prepará-los para o caso do golpe vir do outro lado. Incluo entre estas “lideranças” Paulo Francis, que, como intelectual, declarou-se participante do movimento. E tinha uma tribuna livre para se manifestar. No período crítico do governo Goulart, entre setembro de 63 a março de 64, Francis não falou nem uma vez no grupo dos onze, nem mesmo quando tratava dos prováveis golpes de direita que ele denunciava.

Por fim, pode-se perceber a dificuldade que é fazer um trabalho sobre intelectuais. Estabelecer uma definição sobre o que é o intelectual é um problema difícil de ser superado. Como comparar um intelectual como Mário de Andrade com o intelectual Paulo Francis? E isso sem se considerar o talento indiscutível de Mário de Andrade. Tentei solucionar esse problema optando pela análise da função do intelectual como formador da opinião pública e, por isso mesmo, comprometido com uma série de princípios, como o da defesa da liberdade e da democracia. E também como responsável pelas conseqüências da divulgação de suas idéias e propostas em um meio de comunicação, o jornal, que atingia um público razoável. No início da década de 60, o jornal era um meio de comunicação privilegiado, já que a televisão era um artigo de luxo e pouco difundido.

Princípios, como a defesa liberdade para si próprio e para os outros, devem fazer parte do compromisso do intelectual com o seu mundo contemporâneo, com sua sociedade e, por fim, com a própria humanidade. Pode ser ele um erudito, um especialista ou um artista, aí incluindo os escritores o compromisso do intelectual não é apenas em fazer ciência ou produzir o belo, mas também a preocupação com o bem público, com os valores da sociedade na qual vive e com os debates em torno desses valores. Por isso a defesa da democracia é importante, porque esse regime permite o livre debate.

Ao defender abertamente e sem subterfúgios o rompimento com a ordem democrática, a fim de atender às demandas de uma esquerda que se considerava como única representante das camadas populares, Francis assumiu uma responsabilidade fundamental ou, pelo menos, importante no resultado final do

processo. Ao mostrar nas páginas do *Última Hora* que a democracia e a liberdade não eram os valores mais importantes a serem defendidos, validando o lema “reformas por bem ou por mal”, ele legitimou a atitude da direita de lutar contra as reformas, por bem ou por mal.

Restaria, ainda, pelo menos uma pergunta. Como aquele momento tão cheio de possibilidades, de tanta participação popular, tão “*irreconhecivelmente inteligente*”, teve como resultado final um golpe militar que resultou em 21 anos de ditadura?

Se o espaço público é o espaço da deliberação conjunta, que permite aos homens, na medida em que são capazes de ação e opinião, tornarem-se interessados e responsáveis pelas questões que dizem respeito a um destino comum, e

“a perda de um mundo compartilhado de significações, no qual a ação e a palavra de cada um podem aparecer como algo que importa para a condução dos negócios humanos, é acompanhada pela experiência da impotência. [...] Impotência que é ainda acompanhada da incapacidade de elaboração de uma história comum.”¹

Então, o resultado final, o golpe dos militares (o uso da violência) significaria o fracasso do diálogo tentado pelos intelectuais. Não foi possível convencer, dissuadir pela palavra: a *impotência*. Neste caso, a experiência da impotência equivaleria à perda da própria noção de liberdade, isto é, a experiência da impotência (a incapacidade de convencimento pelo diálogo) teria levado esses intelectuais a perderem a noção de liberdade, não se importando com os meios para efetivar as mudanças, mas apenas com os fins.

Talvez por isso, Franz Paulo Heilborn, vulgo Paulo Francis, tenha se exilado voluntariamente nos Estados Unidos, mantendo-se a confortáveis milhares de quilômetros de seu fracasso como intelectual.

O criador fugiu da criatura.

¹ TELLES. Espaço Público e Espaço Privado na constituição do social, p. 37.

POSFÁCIO

Por Nelson Rodrigues

“Quando era crítico teatral, Paulo Francis disse certa vez: – ‘O hospital é mais importante do que o teatro’. Não me lembro se escreveu exatamente assim, mas o sentido era este. E o articulista tinha a ênfase, a certeza de quem anuncia uma verdade inapelável e eterna. Ao acabar o texto, voltei à frase e a reli: – ‘O hospital é mais importante do que o teatro’. [...] O leitor, em sua espessa ingenuidade, não imagina, como nós intelectuais, precisamos de poses. Cada frase nossa, ou gesto, ou palavrão é uma pose e, diria mesmo, um quadro plástico. Ah, as nossas posturas ideológicas, literárias, éticas etc. etc. Agimos e reagimos de acordo com os fatos do mundo. Se há o *Vietnã* nós somos *vietcongs*; mas se a Rússia invade a Tchecoslováquia, vestimos a pose tcheca mais agressiva. E as variações do nosso histrionismo chegam ao infinito. Imagino que, ao desdenhar do teatro, o Paulo estivesse fazendo apenas uma pose.”

Nelson Rodrigues, *A cabra vadia – Novas confissões*.

*BRAVOS, BRAVÍSSIMO!*¹

Eu me lembro do gráfico Arlindo, que foi, há trinta anos ou mais, chefe de oficina de *O Globo*. Jamais poderei esquecê-lo. Imaginem vocês que o velho Arlindo não bebia café na xícara, como qualquer um de nós. Não. Derramava o café no pires e bebia do próprio pires. E nada descreve a volúpia com que o fazia. Parecia um desses prazeres jamais concebidos.

Aquilo me impressionava muito. Eis o que me perguntava: – por que o pires e não a xícara? Até que, na madrugada de ontem, resolvi fazer uma experiência. A úlcera começou a doer e fui apanhar leite na geladeira. E, como o velho e finado Arlindo, bebi um pires de leite. Por uma dessas ingenuidades fatais, eu estava esperando um efeito mágico. Mas vejam vocês: – o pires não dá nenhum sabor encantado e repito: – o leite em pires, copo ou xícara é a mesma bebida hedionda.

E, então, meio frustrado, lá vou eu para a janela de madrugada. Súbito, começo a pensar no meu ex-inimigo Paulo Francis. Já nos chamamos de “palhaços”, de “analfabetos”, de “burros”. Lembro-me da estréia de minha peça *Perdoa-me por me traíres*. Era, ali, no Municipal. Ao baixar o pano sobre o terceiro ato, a platéia explodiu. Metade vaiando, metade aplaudindo. O então vereador Wilson Leite Passos puxou um revólver e queria fuzilar o texto.

(O patético, ou sublime, como queiram, é que eu representei. Foi, da minha parte, um gesto suicida. Eu sabia que era o pior ator do mundo, o pior. Mas como se tratava de uma peça desesperada, quis ser solidário com a obra, o produtor, o diretor e artistas. E representei. O prodigioso é que a platéia falava mais do que o elenco. Na primeira fila estava uma senhora gorda e patusca como uma viúva machadiana. Passou os três atos me chamando de “tarado”. E outras senhoras, e outros cavalheiros, me xingavam, o tempo todo, em cena aberta.)

E, no final, tive a vaia e tive a apoteose. Do palco, vi grã-finhas subindo nas cadeiras, aos uivos, contra e a favor. E estava lá o Paulo Francis, com o Edmundo Moniz. Berrava para mim – “Burro! Burro!”. Contam-me que o Edmundo Moniz protestava: – “Não faça isso! Não faça isso!”. Nada me ofendeu, e digo mais: – achei a vaia estimulante. Nem me impressionou o vereador, de revolver, querendo dar tiros como um Tom Mix. Mas sofri quando o crítico me chamou de “burro”.

¹ RODRIGUES. *A Cabra Vadia*, p. 79-81.

Um mês depois, cáí doente. Circulou que fora um derrame e que eu estava paralítico de um lado, sei lá. E, então, o Paulo Francis não pensou duas vezes: – foi para a redação e escreveu uma página crispada de ternura. Foi aí que, subitamente, descobri tudo. Era um pobre ser, de intensa, desesperada fragilidade. O meu caso clínico não foi trombose, nem eu estava hemiplégico. Seja como for, tive a visão de sua dilacerada, envergonhadíssima bondade. Era um falso cínico.

Mas ainda assim, passamos anos sem um cumprimento, sem um “olá”, sem um aperto de mão. Até que, no aniversário do José Lino Grünewald, o anfitrião ofereceu-nos uma noite de ópera. Houve um desfile dos divos de velhas gerações. Foi uma rajada de carusos, de muros, lauri volpi, totti dal monte, schipa, tita rufo. E, súbito, o Paulo Francis começa a falar comigo. O teatro dramático nos separou e o teatro lírico nos uniu. Eu, o Paulo Francis e o José Lino Grünewald somos loucos por ópera.

Foi esta a última vez que o vi. Depois do aniversário, ele desapareceu. E, pouco a pouco, a sua ausência foi adquirindo uma densidade, uma tensão insuportável. Houve um momento em que me ocorreu a seguinte e fascinante hipótese: – “O Paulo Francis entrou para um convento”. Imaginem: O Paulo Francis franciscano, beneditino ou jesuíta. Ontem, porém, almoço como o José Lino Grünewald. E o meu amigo solta a notícia: – “O Paulo Francis chegou”. Estava viajando.

Não era absurda a idéia do convento. Viajar é também uma forma de solidão. Pergunto ao José Lino: – “E que tal?”. O Paulo Francis andara pela Europa e dera um pulo aos Estados Unidos. Não sei de tudo que ele viu e ouviu. Só sei de duas coisas que o assombraram: – primeiro, a liberdade americana. Nos Estados Unidos, tudo se diz e tudo se faz. A liberdade estourou todos os limites. Outra coisa que o impressionou: a Alemanha Oriental.

Na Alemanha Oriental, não entram nem Sartre, nem *Le Monde*. Segundo as autoridades comunistas, o povo, lá, ainda não está preparado para ler *Le Monde*. Quanto a Sartre, não sei por que expulsaram os seus textos. Mas o que importa é o simples fato: – a Alemanha Oriental abomina Sartre. E, como uma ditadura analfabeta, há de perseguir outros autores, e livros, e idéias, e jornais.

Mas imagino que, ao desembarcar no Galeão, o Paulo Francis tenha feito a pergunta dramática: – “E aqui? E aqui?”. Como se comportara o Brasil na sua ausência? Como agiram e reagiram nossos intelectuais? E qual foi a ação das

esquerdas? Se eu estivesse no aeroporto, contaria o histórico comício de 1^o de maio, no campo de São Cristóvão. Foi um ato longamente concebido e amorosamente executado. Tratando-se do “Dia do Trabalhador”, as esquerdas aproveitaram a data universal para uma demonstração de força.

O d. Hélder fala muito em “conscientização”. Outros exaltaram “a maturidade política” do nosso povo. E há, por todo o Brasil, um furioso ímpeto libertário. Portanto, o comício do campo de São Cristóvão devia dar, segundo os cálculos mais modestos, uma renda de 416 milhões de cruzeiros antigos.

E, de fato, a partir das dez horas da manhã, hordas ululantes começavam a varar a cidade. Da Zona Sul, Norte e Centro, partiam multidões ventando fogo. E havia, também, uma tempestade de bandeiras. Um turista que por aqui passasse e visse esse vendaval humano havia de imaginar que começava, aqui, outra revolução francesa. D. Hélder diria que era a “conscientização”. E era a “conscientização”. Só que houve um ligeiro desvio de itinerário. Em vez de ir para o campo de São Cristóvão, o povo rumava para o Estádio Mario Filho.

Imagino a perplexidade amarga do Paulo Francis: – “E o comício?”. Diria eu: – “Houve o comício”. Insistiria o Paulo Francis: – “Não foi ninguém?”. Resposta: – “Foi. Compareceram os oradores”. Se o Paulo Francis perguntasse – “E o público?” – eu responderia que os oradores eram oradores e público. Faço uma idéia do imenso e divertido espanto do meu ex-inimigo. Desembarca no Brasil e sabe de um orador que faz o discurso e urra “bravos”, “bravíssimo”, para a própria retórica.

Nelson Rodrigues – 09/05/1968.

SUMMARY

This work analyzes, with a political focus, the role of the Brazilian intellectual Paulo Francis in the period between the end of the 1950's and the beginning of the 1960's, until the military coup of 1964. Paulo Francis had a daily column in a major Brazilian newspaper, the *Última Hora*. First the concept of what it means to be an intellectual is discussed. Then Paulo Francis is shown as an intellectual during three different historical periods. First, at the beginning of his career as a journalist while working as a theater critic he built a cultural model to be followed and also influenced a change in the Brazilian theater scene. During the second period, after his success as a play reviewer, Francis tries to apply the same model to politics with poor results both for himself and for Brazil. We then consider how Francis showed disdain for democratic values, and we examine the pernicious influence of capital on the editorial line of *Última Hora*, and apparently, also on Francis as a columnist. Finally, we endeavor to show that while writing his memoirs from the 1950's and 1960's Francis twisted some historical facts. The objective of the distortion of reality was to paint with lighter colors his own actions and the action of his leftist-leaning friends' past behavior, thus manufacturing a small part of history in his own image.

KEYWORDS: Intellectuals, Paulo Francis, *Última Hora*, press, 1964 coup d'etat.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.
- AFFONSO, Almino. *Raízes do Golpe: da crise da legalidade ao Parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- ALVIM, Thereza Cesário (col. e sel.) et al. *A imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias 1961-1967*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ANDRADE, Jeferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- ANDRADE, Mário de. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade–Oneyda Alvarenga: cartas*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- ARAÚJO, Maria Martins de. *Binômio: pasquim e panfleto (1952-1964)*. Niterói: UFF, 1995. (Dissertação, Mestrado em História).
- AZEVEDO, Luiz Vítor Tavares de. *Carlos Lacerda e o discurso de oposição na Tribuna da Imprensa (1953-1955)*. Niterói: UFF/ICHF, 1988. (Dissertação, Mestrado em História).

- BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a Crise pré-64 – o 24 de agosto de Jânio Quadros – o caminho da revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquiria D. Leão. *Intelectuais e política – a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci – a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/Forense Universitária/Finep, 1984, 4 vols.
- BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Paris: Bernard Grasset, 1995.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo – partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense/Cedec, 1989.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – O ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder – dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BRANCO, Carlos Castello. *Introdução à revolução de 1964 – Agonia do poder civil – 1º tomo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- BRANCO, Carlos Castello. *Introdução à revolução de 1964 – A queda de João Goulart – 2º tomo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- BRANCO, Humberto de Alencar Castello et al. *A revolução de 31 de março – 2º aniversário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, tomo III, 3º volume, p. 121-224.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara, et al. *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara e GÓES, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. *Visões e Vozes: O governo Goulart nas páginas da Tribuna da Imprensa e Última Hora (1961-1964)*. Niterói: UFF, 1996. (Dissertação, mestrado em História).
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988.

- CARDOSO, Adalberto M. Nas sendas da modernidade. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 50, março de 1998, pp. 221-227.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. pp. 41-62.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*; ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- CARLI, Gileno Dé. *Visão da Crise – 1961-1964*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*; 1 – documentos. São Paulo: Difel, 1980.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Vol. VII, parte X, Literatura e Realidade. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.
- CARVALHO, José Murilo de. 1964: uma necessidade histórica. *Extensão*. Belo Horizonte, vol. 4, n. 3, pp. 9-24, dezembro 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. El turno de los derechos políticos (1945-1964). In: *Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995, p.94-113.

- CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHACON, Vamireh. *Estado e povo no Brasil – As experiências do Estado Novo e da democracia populista: 1937-1964*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.
- CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: VALLE, Edenio et al. *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez, 1985.
- COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CORRÊA, Villas-Boas. *Entrevista*. In: DINES, Alberto e FERNANDES Jr., Florestan (orgs.). *Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil, volume 2, Ecos do Parlamento*. São Paulo: Editora 34, 2000, pp. 74-89.
- COSTA, Caio Túlio. O salmão e a sardinha – sobre Paulo Francis, um ficcionista de imprensa. In: *O relógio de Pascal – a experiência do primeiro ombudsman da imprensa brasileira*. São Paulo: Siciliano, 1991, p.127-147.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da cultura. In: *Cultura e sociedade no Brasil – Ensaio sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, Carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. (int. e org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.
- DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*. In: *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 247-275.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil - 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhadores na Crise do Populismo: Utopia e Reformismo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, n. 82, janeiro, 1996, p. 85-108.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. *Revista Brasileira de História*. ANPUH, vol. 14, n. 27, 1994. São Paulo: Marco Zero.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal – uma releitura*. São Paulo: Summus, 1986, 5ª ed., ampliada e atualizada.
- DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.
- DREIFUSS, René. *1964 – A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

- DREIFUSS, René e GROSSI, Yonne de Souza. A conquista do Estado. *Extensão*. Belo Horizonte, vol. 4, n. 3, 91-107, dezembro 1994.
- DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*, Belo Horizonte: UFMG, 1986.
- DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- ENDERS, Armelle. Les lieux de mémoire, dez anos depois. *Estudos Históricos*, n. 11, Rio de Janeiro, 1993. pp. 132-137.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FERREIRA, Oliveiros S. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- FEUER, Lewis S. What is an intellectual? In: GELLA, Aleksander (ed.) *The intelligentsia and the intellectuals: Theory, Method and Case Study*. Beverly Hills, California: Sage Publications Inc., 1976. pp. 47-58.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? – Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. 69-78.

- FRANCIS, Paulo. *Uma coletânea de seus melhores textos já publicados*. São Paulo: Editora Três, 1978.
- FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite – 1964 – O que vi e vivi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FRANCIS, Paulo. *O afeto que se encerra – memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- FRANCIS, Paulo. *Cabeça de Papel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- FRANCIS, Paulo. *Cabeça de Negro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- FRANCIS, Paulo. *O Brasil no mundo: uma análise política do autoritarismo desde suas origens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- FRANCIS, Paulo. *Filhas do segundo sexo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- FRANCIS, Paulo. *Nixon x McGovern – As duas Américas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1972.
- FRANCIS, Paulo. *Certezas da dívida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FRANCIS, Paulo. *Paulo Francis Nu e Cru*. Rio de Janeiro: Codecri, 1976.
- FRANCIS, Paulo. *Opinião Pessoal (Cultura e Política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FRANCIS, Paulo. 1º aniversário do golpe: quem deu, quem levou, reações possíveis. *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n. 2, maio 1965, p. 61-70. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

- FRANCIS, Paulo. *Waaaal*; o dicionário da Corte de Paulo Francis. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FREITAG, Bárbara. Habermas e a filosofia da modernidade. *Perspectivas*, São Paulo, número 16, pp. 23-45, 1993.
- GARCIA, Marco Aurélio. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GELLA, Aleksander. An introduction to the sociology of the *intelligentsia*. In: *The intelligentsia and the intellectuals: Theory, Method and Case Study*. Beverly Hills, California: Sage Publications Inc., 1976.
- GERASSI, John. *Jean-Paul Sartre – Consciência odiada de seu século; vol. 1 – Protestante ou protestador?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos* n. 11, Rio de Janeiro, 1993, p. 62-77.
- GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, vol. 1, n. 2, dez. 1996. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996, p. 31-58.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre público e privado. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral) e SCHWARCZ, Lilia Moritz (organizadora do volume). *História da vida*

privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – volume 1 – introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – volume 2 – os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HIPPÓLITO, Lúcia. *PSD: de Raposas e Reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIRSCHMAN, Albert O. A mudança para o autoritarismo na América Latina e a busca de suas determinantes econômicas. In: COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. pp. 65-100.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição revista, 1978.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais : a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
- JAGUARIBE, Hélio. ISEB, um breve depoimento e uma reapreciação crítica. *Cadernos de Opinião*, n. 14, outubro/novembro, 1979.
- JAGUARIBE, Hélio. A classe média é o pêndulo do sistema político brasileiro. In: MOTA, Lourenço Dantas. *A história vivida – volume III*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1982, p.167-202.
- JORGE, Fernando. *Vida e obra do plagiário Paulo Francis; o mergulho da ignorância no poço da estupidez*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13 – os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.
- KONDER, Leandro. Homens e idéias – Um ex-udenista fala do golpismo pré-1964 (entrevista de Rafael de Almeida Magalhães). *Oitenta*. Porto Alegre: L&PM, volume 1, novembro/dezembro, 1979, p.17-28.
- KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos Anos 50. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p.355-374.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários; nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial: Editora Página Aberta, 1991.
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- LAHUERTA, Milton. Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo). In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci – a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.
- LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas Urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ: Ed. Rio Fundo, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- LE GOFF, J. Passado/Presente. In - *Enciclopédia Einaudi* vol. 1, Memória-História, Lisboa, Casa da Moeda, 1984, p. 293 a 310
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ: UCAM, 1999.
- LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LOSURDO, Domenico. Os intelectuais e o conflito: responsabilidade e consciência histórica. In: BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquiria D. Leão. *Intelectuais e política – a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999, pp. 177-196.

- LOTTMAN, Herbert R. *A rive gauche: escritores, artistas e políticos em Paris 1935-1950*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- MANNHEIM, Karl. O problema da “*intelligentsia*” – um estudo de seu papel no Passado e no Presente. In: *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a Política “Populista” no Brasil. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, tomo III, 3º volume, p. 257-294.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia – os intelectuais e a política no Brasil – 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, vol. 2, junho. 1987.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992, pp. 9-24.
- MENEZES, Paulo. *Blade Runner* – entre o passado e o futuro. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 11, n. 1, maio de 1999. pp. 137-156.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MONIZ, Edmundo. Reação e Revolução. In: *O golpe de abril*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 1-32.

- MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974) – pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1990.
- MOURA, George. *Paulo Francis, o soldado fanfarrão – A odisséia intelectual do ator, diretor e crítico de teatro Paulo Francis pelos palcos brasileiros*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- MOURÃO FILHO, Olympio (General). *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- NORA, Pierre. Memória coletiva. In: LE GOFF, Jacques et. al. *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, dezembro de 1993, pp. 7-29.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Modernidade e questão nacional. *Lua Nova*, São Paulo, número 20, pp. 41-68, maio 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo: Anna Blume, 1993.

ONOFRE, José. As duas cabeças dos romances de Francis. *Oitenta*. Porto Alegre: L&PM, volume 1, novembro/dezembro, 1979, p.253-265.

ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PARKER, Phyllis R. *1964: O papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil – Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEDREIRA, Fernando. *Março 31 – Civis e militares no Processo da Crise Brasileira*. José Álvaro Editor: Rio de Janeiro, 1964.

PEREIRA, Osny Duarte. O ISEB, o desenvolvimento e as reformas de base. *Revista Brasiliense*. São Paulo, n. 47, maio–junho 1963.

PINHEIRO NETO, João. *Jango – um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PINTO, Paulo Roberto Margutti et al. Apresentação. In: *Filosofia analítica, Pragmatismo e Ciência*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

PORTELLI, Hughes. O papel dos intelectuais no seio do bloco histórico. In: *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil – problemas da Revolução Nacional Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- REIGOTA, Marcos. *Ecologia, elites e intelligentsia na América Latina: um estudo de suas representações sociais*. São Paulo: Annablume, 1999.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (organizador). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RODRIGUES, Nelson. *A Cabra Vadia: novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RYFF, Raul. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979.
- SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SANTIAGO, Silviano. O intelectual modernista revisitado. *O eixo e a roda – memorialística e autobiografia*. Revista de Literatura Brasileira, volume 6, julho 1988, Belo Horizonte, Faculdade de Letras, UFMG, pp. 7-19.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. A negociação que não houve. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 10, pp. 42-4, 1984.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro – anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

- SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- SARTRE, Jean-Paul. Entrevistas com Jean-Paul Sartre - agosto-setembro 1974. In: BEAUVOIR, Simone. *A cerimônia do Adeus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SCHILLING, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder – I – Os protagonistas*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon (sel. e int.) et. al . *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UnB, 1981.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política. In: *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.61-92.
- SERRA, José. Três teses equivocadas relativas à ligação entre industrialização e regimes autoritários. In: COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. pp.101-153.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVA, Hélio. *1964 – Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SILVA, Hélio. O Caso da Última Hora. In: *1954 – Um tiro no coração (O ciclo Vargas – vol. XVI)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.183-215.
- SIMÕES, Solange. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SINGER, Paul. Análise crítica do Plano Trienal. In: *Desenvolvimento e Crise*. São Paulo: Difel, 1968, p. 101-137.

- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. Classes Sociais, Strata Sociais e as Eleições Presidenciais de 1960. *Sociologia*. São Paulo, vol. XXIII, n.3, setembro 1961.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil* (Desenvolvimento, Classe, Política durante a Segunda República). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SOUZA, Jessé (organizador). *O malandro e o protestante; a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora Unb, 1999.
- SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil* (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- STACCINI, José. *Março 64: mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais – Os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- STEPAN, Alfred. *Os militares na política – as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TELLA, Torcuato S. di. A responsabilidade política da “intelligentzia” latino americana. *DADOS*, n. 1, 2^o semestre, 1966, Rio de Janeiro: IUPERJ.
- TELLES, Vera da Silva. Espaço Público e Espaço Privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, vol. 2, n. 1, pp. 23-48, 1. Sem. 1990.
- THIOLENT, Michel. *Opinião Pública e Debates Políticos: subsídios metodológicos*. São Paulo: Polis, 1986.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.
- TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o Golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TOLEDO, Caio Navarro. (org.) et al. *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- TOLEDO, Caio Navarro. A democracia populista golpeada. In *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- TOLEDO, Caio Navarro. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TRINTA ANOS DEPOIS. *Folha de São Paulo*, especial B. 1, 27 março 1994.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

- VIANNA, Luiz Werneck. O americanismo: da pirataria à modernização autoritária (e o que se pode seguir). In: HOLLANDA, F. B., *Ópera do Malandro*. São Paulo: Circulo do Livro, 1978, pp. 5-15.
- VIANNA, Luiz Werneck. Vantagens do moderno, vantagens do atraso. In: *A transição – da constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989, pp. 47-64.
- VIANNA, Luiz Werneck. Os intelectuais e a modernização burguesa autoritária. In: *Travessia – da abertura à constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver – memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- WALLERSTEIN, Michael – O colapso da democracia no Brasil: seus determinantes econômicos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 3, 1980, pp. 297-334.
- WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia?*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- WEFFORT, Francisco C. *Qual democracia?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- WEFFORT, Francisco C. *Apresentação*. In: SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- YOUNG, Jordan M. *Brasil 1954-1964: fim de um ciclo civil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.